



*“Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”*

Dissertação no âmbito do VII Mestrado em “Direito e Segurança”

**Discente:** Vera Lúcia Lopes Marques

**Orientador:** Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

*“ Hoje o objetivo final da segurança é o cidadão e não apenas o Estado, mas tudo deve ser planeado ao mais alto nível o Estado (...)”.*

*José Garcia Leandro*

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Agradecimentos*

Cabem algumas palavras de agradecimento, a todos quantos permitiram ser possível este ciclo.

Um agradecimento muito particular à Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, na pessoa do Senhor Professor Jorge Bacelar Gouveia, que nos permite estudar estas áreas securitárias.

Um agradecimento especial ao Senhor Professor André Ventura, sem o qual isto não seria possível.

E, por tão óbvio, quase redundante à minha família e amigos, por tudo em todos os momentos.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## Lista de Siglas e Abreviaturas

Ac.	- Acórdão
ARD	- Assistente de Recinto Desportivo
Art.	- Artigo
CGCSP	- Coordenação-Geral de Controlo e Segurança Privada
CE	- Comunidade Europeia
CEDH	- Convenção Europeia dos Direitos do Homem
CNV	- Cartão Nacional de Vigilante
CPP	- Código de Processo Penal
CRP	- Constituição da República Portuguesa
CSP	- Conselho de Segurança Privada
CV	- Comissão de Vistoria
DESLEP	- Delegacias de Controlo de Segurança Privada
DL	- Decreto-Lei
DPF	- Departamento de Polícia Federal
DUDH	- Declaração Universal dos Direitos do Homem
EURO 2004	- Campeonato Europeu de Futebol de 2004
GNR	- Guarda Nacional Republicana
IGAI	- Inspeção- Geral da Administração Interna
Ley	- Ley 23/1992, 30 de Julho (espanhola)
LOIC	- Lei de Organização da Investigação Criminal
LSI	- Lei de Segurança Interna
LSP	- Lei de Segurança Privada
MAI	- Ministério da Administração Interna
OPC	- Órgão de Polícia Criminal
Pag.	- Página
Portaria 3	- Portaria nº3.233, de 10 de Dezembro 2012 (brasileira)
PSP	- Polícia de Segurança Pública
REASP	- Regime do exercício da atividade de segurança privada
STJ	- Supremo Tribunal de Justiça
TC	- Tribunal Constitucional
TJUE	- Tribunal de Justiça da União Europeia

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## **Resumo**

Este trabalho visa refletir sobre a forma como a Segurança tem vindo a evoluir, enquadrando novos atores- privados que, agora, desempenham funções, outrora reservadas a entes públicos.

Esta nova realidade levanta questões de privatização de poderes públicos de autoridade, o que coloca em causa, por um lado, o *ius imperii*, e, por outro, os direitos fundamentais dos cidadãos.

Contudo a Segurança Privada é uma realidade crescente, necessária e que importa enquadrar.

**Palavras-chave:** segurança, poderes públicos de autoridade, privatização, segurança privada, direitos fundamentais.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Abstract*

This work aims to reflect on the way as the security has come to evolve, fitting new private actors who now play functions, long ago private the public beings.

This new situation raises issues of privatization of public authority, which puts into question the *ius imperii* and rights of citizens.

Although private security is a growing reality, and that it needed to study.

**Keywords:** security, public authority powers, privatization, private security, human rights

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Índice*

Agradecimentos .....	I
Lista de siglas e abreviaturas .....	II
Resumo .....	III
Abstract.....	IV
Índice .....	1
Motivação e justificação do tema .....	4
Metodologia adotada .....	6
Objeto de estudo .....	7
Introdução.....	8

## **CAPÍTULO I- Da Segurança**

1.Da tentativa de conceito .....	10
2. A Segurança no Ordenamento Jurídico Português	
2.1. Na CRP .....	13
2.1.1.Evolução do conceito de Segurança nas várias Constituições Portuguesas .....	17

## **CAPÍTULO II- Da Segurança Privada**

1.Conceito de Segurança Privada .....	24
2.Evolução do ordenamento jurídico português quanto à segurança privada	
2.1.DL 282/86, de 5 de Setembro .....	29
2.2.DL 276/93, de 10 de Agosto.....	31
2.3.DL 231/98, de 22 de Julho .....	34
2.4.DL 35/2004, de 21 de Fevereiro .....	36
2.5.Lei 34/2013, de 16 de Maio.....	43

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

3. Questões de inconstitucionalidade- Acórdãos do Tribunal Constitucional.....	48
4. Enquadramento jurídico de atividade de segurança privada .....	57
5. Outros regimes jurídicos no âmbito da Segurança Privada	
5.1. Da Segurança Privada em Espanha .....	61
5.2. Da Segurança Privada no Brasil .....	65

## **CAPÍTULO III- Das revistas e buscas**

1. Em processo penal .....	69
2. Das Revistas ao abrigo da Lei de Segurança Privada	
2.1. A primeira regulamentação- DL 35/2004, de 21 de Fevereiro.....	76
2.2. Atual regime das revistas e buscas no âmbito da segurança privada .....	79
3. Revistas de Prevenção e Segurança Vs. Revistas como meio de obtenção de prova ou medida cautelar polícia.....	81

## **CAPÍTULO IV- Da privatização da Segurança**

1. Do público e do privado: a privatização securitária? .....	86
2. Entendimento jurisprudencial europeu .....	87
2.1. Acórdão do TJUE de 29/10/1998- Comissão/Reino de Espanha Processo C-114/97 .....	88
2.2. Acórdão do TJUE de 09/03/2000- Comissão/Reino da Bélgica Processo C-355/98 .....	90
2.3. Acórdão do TJUE de 31/05/2001- Comissão/República Italiana Processo C- 283/99 .....	92
3. A Segurança como poder público e transferência para os privados	
3.1. Poderes públicos e delegação .....	94
3.2. Transferência de poderes públicos para privados.....	96
4. Privatização de segurança.....	97
5. Guardas de Recursos Florestais- um bom exemplo de privatização de algumas funções policiais .....	101



# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## CAPÍTULO V

1.Ensaio sobre perspectivas futuras.....	105
2.Resposta às questões que nos propusemos .....	108
Conclusões.....	112
Bibliografia	
1.Livros e publicações periódicas.....	114
2.1. Edições on line .....	118
2.2. Links .....	119
2.3.Relatórios.....	120
2.4.Legislação consultada.....	120
Anexos.....	122
Índice de imagens	
Pirâmide de Maslow .....	11

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Motivações e justificação do tema*

O tema da Segurança é um tema que toca a todos e cada um de nós de uma forma muito peculiar, ter a certeza, ou, pelo menos, a firme convicção que ao sair de casa para um espaço público o posso fazer despreocupadamente quanto à minha própria segurança, assim como quanto à segurança dos meus bens, é um “balão de oxigénio” diário.

Ora, a consciência da segurança e o sentimento de segurança estão cada vez mais presentes no nosso quotidiano. Pensemos no 11 de Setembro de 2001 e em como num instante foi mundialmente perceptível esta necessidade básica humana de segurança.

Esta necessidade tem vindo a ser, cada vez mais, centrada no próprio indivíduo, em garantir a cada indivíduo que o objetivo da segurança é a sua própria segurança. O modo como esta tem sido garantida é que tem sofrido algumas oscilações, nomeadamente deixando de se colocar nas “mãos” do Estado e recorrendo-se em larga medida a privados.

E é este fenómeno que suscita o nosso interesse, perceber até que ponto esta função estatal, concebida no *ius imperii*, dado que o Estado recorre à Polícia e ao uso coercivo da força, se necessário, para a garantir, pode, então, estar a ser transferida para privados.

Estarão estes privados a substituir o Estado? É possível que um poder que o Povo concedeu ao Estado, abdicando de parte da sua liberdade em função da segurança de todos, esteja a voltar aos privados, mas agora obedecendo às leis do mercado, dado que a Segurança Privada não deixa de ser, há que dizê-lo, uma empresa que visa, naturalmente, o lucro.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Como enquadrar estes aspetos no nosso ordenamento jurídico e na vertente securitária, interligando o Direito e a Segurança na regulamentação duma área cada vez em maior crescimento como é a Segurança Privada é aquilo a que nos propomos.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *Metodologia adotada*

Ao longo deste trabalho recorreu-se, em larga escala, ao método dedutivo, partindo das premissas mais gerais da segurança para as particulares do objeto de estudo, deduzindo as consequências a partir dos efeitos.

Recorremos, também, ao método histórico, analisando várias fases de desenvolvimento do fenómeno em estudo- a segurança privada- e o seu contributo para o estágio atual do tema.

E, por outro lado, também, ao método comparativo, no sentido de estabelecer comparações e verificar como o fenómeno em análise é tratado noutros outros ordenamentos jurídicos.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Objeto de estudo*

O objeto do nosso estudo será a Segurança Privada, a sua regulamentação e a análise de um eventual desenvolvimento de atividades públicas por parte desta.

Para tal iremos analisar as atribuições que a Lei coloca ao seu dispor e de que forma o faz, enquadrando-o no demais ordenamento jurídico português. Com isto pretendemos, por um lado, enquadrar a Segurança, *latu sensu*, verificar que funções são atribuições estatais e dessas quais as que estão a ser transferidas para os privados.

Aí chegados perceber se o podem ser e em que termos, enquadrando a atividade de Segurança Privada nos limites que a Constituição da República lhe impõe e, nomeadamente, quanto às revistas pessoais que estas entidades estão habilitadas a realizar, dado que é a faculdade que lhes assiste onde mais se colocam em causa os direitos fundamentais, dada a restrição que aí ocorre dos mesmos.

Pretendemos então aferir o papel da Segurança no nosso ordenamento jurídico e como tem o mesmo evoluído, como nesta evolução tem passado para domínio privado e em que medida essa atribuição deste poder público a entes privados pode bulir com direitos fundamentais, estando, assim limitada. No fundo, perceber o papel da Segurança Privada, o crescente aumento das suas funções e, até que ponto, essas funções poderão ser, cada vez mais, policiais e, por isso mesmo, permitidas ou vedadas.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Introdução*

Com esta dissertação propomo-nos estudar a crescente evolução dos poderes conferidos à “Segurança Privada”, ou seja, a crescente privatização de um domínio público, abordando, em especial, a possibilidade de revistas e o alargamento de competências para o âmbito de funções estritamente policiais.

Para tal, analisaremos a evolução desta atividade do ponto de vista jurídico, não sendo nosso intuito em momento algum versar sobre matéria operacional, da qual terão conhecimento e estarão, naturalmente, muito mais aptos elementos policiais e de segurança privada que diariamente lidam com essa atividade e com a necessidade de a operacionalizar.

Pretendemos realizar um enquadramento constitucional, nomeadamente, quanto ao Art. 27º, CRP, estabelecendo, aqui uma ponte para a função policial (Art. 272º, Constituição da República Portuguesa) e ainda para a Lei de Segurança Interna (LSI), em especial quanto às medidas de polícia. Partindo deste ponto, também, para o regime das revistas e buscas previsto no Código de Processo Penal.

De abordar, igualmente, entidades cujos poderes foram alargados e que, atualmente ,em determinadas situações, desempenham poderes e funções que o Código de Processo Penal atribui aos órgãos de polícia criminal.

Deste modo, pretendemos enquadrar a legislação específica desta atividade “cruzando”, assim, o domínio público e privado e percebendo até que ponto as funções estritamente policiais e as medidas, até agora, policiais deixarão de o ser, mormente, quanto a revistas, ilustrando, aqui, com o exemplo dos recintos desportivos e outros pertinentes.

Tomamos como exemplo as revistas, dado que as mesmas restringir direitos fundamentais e estão, em determinados casos, conferidas ao pessoal de segurança privada.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Pretendemos, então, responder, essencialmente, a três questões:

1. Está o Estado a demitir-se da sua função de prestador e garante de uma sua função essencial a favor dos privados?
2. Estando, é legítima tal privatização? Nomeadamente à luz da Constituição da República Portuguesa?
3. Qual o papel da Segurança Privada enquanto ente no qual se privatizam funções policiais?

No capítulo I iremos abordar o conceito de segurança, do seu enquadramento no ordenamento jurídico português e da sua evolução.

No capítulo II abordaremos o tema da Segurança Privada, o seu conceito, a evolução desta realidade e, também, o enquadramento noutros ordenamentos jurídicos.

Ao longo do III capítulo dedicar-nos-emos às revistas, no regime processual penal e no regime da segurança privada, suas diferenças e aproximações.

No capítulo IV vamos dedicar a nossa atenção à privatização da Segurança, incluindo o entendimento jurisprudencial europeu.

No último capítulo, o V, vamos tentar perspetivar a evolução e o incremento das funções da segurança privada e a sua correlação com poderes públicos.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## Capítulo I

### Da segurança

#### *1. A Segurança- a tentativa de conceito*

Sendo tema central do presente trabalho a Segurança Privada, impõe-se, antes de mais, abordar o conceito de Segurança, *latu sensu*, do ponto de vista da doutrina, por um lado, e inserindo-o, no ordenamento jurídico português, por outro.

Atentemos, assim, alguns autores, seguidamente a lei e o seu espírito e definindo, depois, o conceito que nos acompanhará ao longo deste trabalho sempre que seja feita alusão a este termo.

Este conceito é, *prima facie*, inerente à condição humana, onde exista um ser humano, dada essa condição, surge a necessidade de segurança, como uma necessidade básica, que, independentemente da sua tipificação, ou não, do ponto de vista legal acompanha o ser humano inserido numa sociedade, manifestando-se, desde logo, através do natural instinto de proteção da integridade e de um espaço próprio isento de perigos ou ameaças.

O entendimento da segurança como uma necessidade básica humana ficou representada na *Pirâmide de Maslow*, correspondendo-lhe o segundo nível de um escalonamento hierárquico destas necessidades, distribuídas, então, da seguinte forma:



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---



Fonte: [www.therabbitway.com](http://www.therabbitway.com)

Ora, sendo uma necessidade básica do Homem, facilmente se entende que seja estudada e enquadrada por diversas áreas, no aqui releva, a área jurídica interligada à área securitária, debruçemo-nos, então, sobre este conceito.

Recuemos até Jean Jacques Rousseau, e à ideia de contrato social, enquanto garantia de preservação da segurança, bem-estar e liberdade natural do Homem. Aqui, face à vincada necessidade do Homem de viver num espaço livre de ameaças e/ou perigos, abdicou do uso da força por meios privados para garantir esta estabilidade e “paz social”, por força da transferência deste poder para a esfera societária, enquanto manifestação da vontade de todos (entenda-se da comunidade ou, se se quiser, da sociedade).

Isto é, cedeu-se parte da liberdade individual em prol da garantia da segurança de todo e cada um dos indivíduos, que se traduz, então, na segurança coletiva.

Referimos aqui Jean Jacques Rousseau e o contrato social, mas não esqueçamos Hobes e Locke, em que o primeiro entende que os cidadãos abdicam, inteiramente, dos seus direitos naturais para os colocar à inteira disposição monárquica, que “presta contas” diretamente a Deus, e o segundo que defende uma conceção já mais próxima dos nossos direitos fundamentais, como hoje conhecemos, cujo exercício é transferido

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

para o monarca, sem que, contudo, os cidadãos deles abdicuem, ou seja, o ente público constitui um garante de que são cumpridos estes mesmos direitos.

Seguindo o pensamento de Cesar Beccaria, e citando o Senhor Professor Manuel Guedes Valente<sup>1</sup>:

*“o homem teve de “colocar no depósito público(...)a mínima parte possível” da liberdade para que aquele ente o defenda das agressões dos demais concidadãos”.*

Ora, a liberdade surge, sempre lado a lado, com a segurança, por forma a que possa existir um co balizamento entre estes conceitos. Já em 1989, *Michel Rocard* definiu a Segurança como “ *tudo aquilo que faz a diferença entre a liberdade e a anarquia* ”<sup>2</sup>.

E todas estas ideias se entrelaçam levando a um conceito de segurança que passará, necessariamente, pela garantia a todos e a cada um dos cidadãos que compõem uma determinada sociedade, que, em troca da parcela de liberdade de que abdicaram, terão uma estabilidade, que revelará uma ausência ou atenuação de qualquer ameaça ou risco, ainda que potencial, ao seu espaço individual e coletivo, levando a uma situação de paz social, quer quanto à integridade de cada um, quer quanto aos seus bens e instituições de âmbito comunitário.

Assim, essa garantia será facultada por uma entidade, que representará todos os indivíduos daquela comunidade específica, nomeadamente o Estado.

E, aqui chegados, referimo-nos a um conceito de Segurança Pública, que passa pelo dever que as entidades públicas têm de acautelar e garantir a segurança individual e do próprio Estado.

Atentemos, então, no tratamento constitucional desta questão no nosso ordenamento jurídico.

---

<sup>1</sup> Cfr. Manuel Guedes Valente, *Constitucionalização da segurança limites às (novas) tendências privadas*, in Revista Segurança e Defesa, nº8, p. 60 Outubro-Dezembro 2008

<sup>2</sup> Segundo citação em “Revista Pela Lei e pela Grei, nº1/2003, Sobre a Segurança, Coronel Armando Carlos Alves”.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## ***2. A Segurança no ordenamento jurídico português***

### ***2.1. Na Constituição da República Portuguesa***

Como atrás referido, a segurança traduz uma necessidade básica humana, sendo assim tratada e entendida constitucionalmente, na medida em, que é tida como um direito fundamental.

Estes direitos- os direitos fundamentais- são inerentes á condição humana, como refere José Carlos Vieira de Andrade<sup>3</sup>, “(...) *os direitos fundamentais podem ser vistos enquanto direitos naturais de todos os homens, independentemente dos tempos e dos lugares*” e, a segurança, é, então um deles, que se encontra tipificado na Constituição da República Portuguesa ( CRP), insiramolo, assim, nos demais artigos da mesma e no próprio Estado Português.

Tendo em conta, que Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana, conforme o Art. 1º, CRP e, sendo um Estado de Direito Democrático, que garante a efetivação dos direitos e liberdades fundamentais (Art. 2º, CRP), os cidadãos veem o direito à segurança plasmado e garantido constitucionalmente, nos termos do Art.27º/1, CRP. Sendo, desta forma, a sua garantia uma obrigação estatal, como bem aborda Alice Mendes Feiteira<sup>4</sup>, ao referir-se á segurança como “ *um direito fundamental, como uma garantia do exercício de outros direitos fundamentais e como uma obrigação essencial do Estado*” (sublinhado nosso).

Importa, também, determo-nos nesta definição quando a autora se refere á segurança como “garantia de exercício de outros direitos fundamentais”, isto porque, por um lado,

---

<sup>3</sup> In “Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976”, 3ª edição de Outubro 2004, Editora Almedina p. 15

<sup>4</sup> In “ Uma conceção integrada de segurança no domínio das políticas públicas: tópicos de reflexão”- Estudos de Direito e Segurança, volume II, coordenação Professor Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, 2012

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

o artigo supracitado refere a segurança e a liberdade como direitos fundamentais, logo, não se apartando, entre si, estes conceitos, como, de resto, em termos conceptuais já se referiu anteriormente.

Por outro lado, é certo que ao Estado cabe garantir a efetivação destes direitos. Contudo, eles são oponíveis e vinculativos não só para entidades públicas, como, também, para entidades privadas (conforme Art. 18º/1, CRP).

Neste momento, focamos a nossa atenção, nas entidades públicas e, na forma como o Estado garante, então, a efetivação da segurança aos cidadãos. Fá-lo, desde logo, através da Polícia, a quem cabe garantir os direitos dos cidadãos e defender a legalidade democrática, como estatui o Art. 272º/1, CRP.

As funções policiais traduzem-se, assim, em três vertentes complementares entre si, a saber:

1. Defesa da legalidade democrática
2. Garantia da segurança interna
3. Defesa dos direitos dos cidadãos

De que forma são desenvolvidas estas funções? Através da execução das medidas de polícia, que no seu desenvolvimento se encontram sempre obrigadas a respeitar os direitos, liberdades e garantias e na medida do estritamente necessário, como estatui o Art. 272º/1, 2 e 3 CRP e o Art. 2º/2, Lei de Segurança Interna, Lei nº53/2008, 29 de Agosto, doravante designada pela abreviatura LSI.

Tal execução permite garantir a Segurança Interna, que passa pela garantia da ordem, segurança e tranquilidades públicas dentro de todo o espaço sujeito a jurisdição estatal portuguesa, e é definida pelo Art.1º/1, LSI, da seguinte forma:

*“A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições*

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

*democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.*

Os direitos fundamentais constituem, eles próprios, um limite à segurança interna, isto é, um limite ao desenvolvimento de medidas de polícia que garantem a manutenção desta, como se verifica pela leitura do Art. 272º/1 e 3, CRP conjugada com o Art.2º/1, LSI. Ou seja, se, num determinado momento o direito à segurança conflitua com algum dos demais direitos fundamentais, nomeadamente com o direito à liberdade, pode ser imposto um limite à liberdade individual do cidadão, desde que o bem jurídico que se pretenda proteger com tal restrição seja a manutenção e garantia da proteção da ordem pública ou mesmo a proteção de outras pessoas ou dos seus bens.

De resto, o próprio conceito de “medidas de polícia” para aí aponta, dado que através destas a Administração Pública, impõe limites às liberdades de cada um dos cidadãos, no sentido de garantir a segurança que a vida coletiva impõe.<sup>5</sup>

Cumpra aqui definir o conceito de medida de polícia. A LSI elenca-as no seu Art.28º, definindo como tal, por exemplo, a identificação de pessoas suspeitas em lugar público, e no seu Art. 29º dedica-se às medidas especiais de polícia, por exemplo a apreensão temporária de armas. Mas como definir este conceito, esta figura das medidas de polícia? Desde logo estamos a referir-nos a uma atividade levada a cabo por uma entidade munida de autoridade e funções policiais que restringe um determinado direito inerente a um indivíduo por forma a que prevaleça a segurança do coletivo livre de qualquer violação ou ameaça, Vitalino Canas define-as como “*condutas ou comportamentos suscetíveis de produzir, imediata ou mediatamente, efeitos ou provocar consequências jurídicas limitativas de posições jurídicas subjetivas praticadas com o fim de evitar que condutas, ilegais ou não, façam perigar, lesem ou continuem a lesar situações jurídicas subjectivas a que a ordem jurídica confere tutela em concreto, a legalidade democrática ou a segurança interna*”<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Neste sentido alguns votos de vencido no Acórdão 479/94, do Tribunal Constitucional.

<sup>6</sup> In “Estudos de Direito e Segurança, volume II, coordenação Jorge Bacelar Gouveia, Almedina, Outubro 2012, pág. 453

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Referimo-nos, há pouco, à Administração Pública como ente que desenvolve estas medidas, entenda-se, aqui, por Administração Pública, a polícia, em sentido lato, ou seja, abarcando o conceito de polícia em sentido institucional ou orgânico e, também, em sentido funcional. Isto porque o termo “Polícia” pode, então, ter estes sentidos, a saber e explicitando os mesmos, ainda que sumariamente:

Polícia em sentido funcional: que se prende com a atividade que é desenvolvida pela Administração Pública ao emitir regulamentos ou a levar a cabo atos que tenham por finalidade restringir a prática de comportamentos lesivos para os demais ou impedir que estes se desenvolvam.

Polícia em sentido institucional ou orgânico: conjunto de órgãos ou serviços que tenham como função o desenvolvimento de uma atividade de foro policial.

Em suma, a segurança constitui um direito fundamental, consagrado como tal na CRP, cuja obrigação de garantia comete ao Estado, sendo uma das suas funções primordiais, desde logo, por constituir uma necessidade da coletividade, ao abrigo da qual os cidadãos cederam parte da sua liberdade a favor do *ius imperii*, ao abrigo do contrato social.

Portanto, este é o entendimento que hoje é dado pela Constituição à Segurança, e terá sempre sido desta forma? Vejamos, então, como tem evoluído, constitucionalmente, este conceito, a par da evolução do próprio texto constitucional.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### 2.1.1 Evolução do conceito de segurança nas várias Constituições Portuguesas

Como sabemos, Portugal já assistiu a seis Constituições, que foram, naturalmente, acompanhando a situação histórico-política do nosso país e que datam de 1822,1826,1838,1911,1933 e 1976.

No que respeita ao primeiro texto constitucional português- a Constituição de 1822, elaborada pelas Cortes Constituintes, na sequência da Revolução Liberal de 1820, que teve por base a Constituição Cádiz, a Constituição Espanhola de 1812 e, também, as Constituições francesas de 1791 e 1795, os direitos fundamentais têm lugar no Título I (Dos Direitos e Deveres Individuais dos Portugueses) e, logo, no seu Art.1º esta Constituição se dedica á Segurança, da seguinte forma:

#### **Art.1º**

*“A Constituição política da Nação Portuguesa tem por objeto manter a liberdade, segurança e propriedade de todos os Portugueses”.*

Seguidamente é definida a Segurança pessoal como uma proteção conferida pelo Governo a todos os cidadãos, textualmente assim definida:

#### **Art.3º**

*“A segurança consiste na proteção que o Governo deve dar a todos para poderem conservar os seus direitos pessoais”*

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

É, ainda, feita ao longo deste texto constitucional uma outra referência ao termo Segurança, mas desta feita, quanto à Segurança do Estado em si mesmo, e ao nível de uma situação excecional, em que sendo ameaçada a segurança deste é justificada a prisão de qualquer cidadão, por ordem do Rei, desde que tal cidadão fosse, em quarenta e oito horas entregue a um juiz<sup>7</sup>, é o que estatui o Art. 124º, IV, como abaixo se transcreve:

### **Art.124º**

*O rei não pode:*

*IV-Mandar prender cidadão algum, excepto: 1º- quando o exigir a segurança do Estado, devendo então ser o preso entregue dentro de quarenta e oito horas ao Juiz competente.*

Era, assim, referida e tratada constitucionalmente a Segurança à luz da Constituição de 1822. Corria o ano de 1826 e nova Constituição vigorava em Portugal- a Carta Constitucional de 1826, esta de cunho de D. Pedro IV que, no Brasil, a redigiu, tomando por inspiração a própria Constituição Brasileira, aqui os direitos fundamentais deixam de ter a relevância que haviam tido na Constituição de 1822 e, desde logo, deixam de figurar no primeiro artigo do texto para estarem presentes no último artigo da Carta Constitucional, o que, por si mesmo, traduz o tratamento dos mesmos, e é aí que a Segurança é, então referida:

---

<sup>7</sup> Esta situação remete-nos, de imediato, no nosso “subconsciente jurídico”, para uma situação atual que mais adiante abordaremos e em que esta necessidade, agora, de validação judicial de uma determinada diligência, se verifica, para que a mesma seja válida, permitimo-nos, por ora, deixar esta ideia em suspenso e a ela voltar mais adiante.



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### **Art.145º**

*“A inviolabilidade dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Portugueses, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Reino (...)”*

No que respeita á Segurança do próprio Estado, tudo o que lhe respeite e a implique, quer na vertente interna quer na vertente externa, é atribuição do Rei, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, como estatui, de forma inovadora, o Art.75º, parágrafo 15º, Carta Constitucional, que abaixo se reproduz:

### **Art.75º**

*O Rei é chefe do Poder Executivo (...). São suas principais Atribuições:*

*§ 15.º- Prover a tudo o que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição.*

Visitado que está o regime constitucional vigente em 1826, centremo-nos, agora, na Constituição de 1838, esta já não de cunho régio, mas fruto de elaboração por parte das Cortes e de promulgação por parte da Rainha D. Maria II, aqui as influências foram, maioritariamente, francesas (Constituição de 1830) e belgas (Constituição 1831).

Volta a ser dedicado um capítulo aos direitos fundamentais – Título II- Dos Direitos e Garantias dos Portugueses, que, contudo, não se refere, em momento algum, à segurança. Fá-lo, apenas, no Art. 116º/5 para responsabilizar os Ministros e Secretários de Estados, por tudo o que “*obram contra a liberdade, segurança e propriedade dos cidadãos*”.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

No ano de 1911 e, na sequência da Revolução de 5 de Outubro de 1910, assiste-se à primeira Constituição Republicana, fruto do trabalho da Assembleia Constituinte, aqui a inspiração adveio da Constituição Suíça e Brasileira. Neste texto constitucional os direitos fundamentais estão contemplados no título II, e no seu Art.3º, referia-se à segurança, garantindo a inviolabilidade dos direitos concernentes à segurança individual a todos os portugueses e estrangeiros residentes no país. Admitindo a possibilidade de suspensão da mesma apenas em estado de sítio, nos termos do Art.26º,16º, Constituição 1911, sendo tal possibilidade de competência exclusiva do Congresso da Republica (Art.26º, Constituição 1911), a declaração do estado de sítio, por um período igual ou inferior a trinta dias podia ser efetuada pelo Presidente da República, em caso de agressão estrangeira ou perturbação interna grave (Art. 47º/6, Constituição de 1911).

De referir, também, que, neste âmbito, quanto aos direitos fundamentais, ficou estipulada uma clausula aberta, uma vez que o Art.4º, Constituição de 1911 “ não exclui outras garantias e direitos não enumerados”.

Pensando agora na Constituição de 1933, de cariz antiparlamentarista e fruto do trabalho de António Oliveira Salazar, foi colocada ao parecer do Conselho Político Nacional, teve como fontes a Constituição de Weimar e o fascismo italiano. No que respeita aos direitos fundamentais, foram regulados de forma autoritária, sobretudo no respeitante às liberdades. Quanto à segurança e, à semelhança da anterior, esta é referida associada à figura de estado de sítio, que seria declarado sempre que estivesse em causa a segurança e ordem pública, nos termos do Art. 91º/8, Constituição 1911, referia-se, assim, à segurança do Estado, sem qualquer referência a segurança individual de cada um dos cidadãos.

A Constituição de 1976, ainda hoje em vigor, não obstante as várias revisões, surgiu na sequência do 25 de Abril de 1974, resultando dos trabalhos da Assembleia Constituinte convocada pelo Movimento das Forças Armadas, tendo como intuito, conforme se lê no Preâmbulo da CRP “*garantir os direitos fundamentais dos cidadãos*”, que foram, então, desde logo, consagrados e distinguidos entre direitos, liberdades e garantias, por um

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

lado e, por outro, direitos económicos, sociais e culturais, sendo o direito à segurança referido a par e passo com o direito à liberdade, tal como, ainda hoje, ainda acontece.

Das revisões constitucionais ocorridas duas se destacaram no âmbito da segurança, a de 1997 e a de 2001: a primeira, por diretamente ter revisto o Art.27º, CRP e ter conferido a possibilidade de detenção para identificação de suspeitos; a segunda revisão referida-a de 2001, que passou a contemplar na CRP a referência a um espaço de liberdade e segurança, fruto da cooperação necessária à construção da União Europeia.

Até que se chegasse ao ponto atual, suprarreferido, foi este o caminho percorrido, no último ponto agora abordado fizemos alusão à integração europeia, sim, porque é preciso não esquecer que, desde 1986, Portugal a integra e, assim, encontra-se vinculado à sua legislação nos termos previstos no Art. 8º,CRP, nomeadamente à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (daqui em diante CEDH), que foi assinada e ratificada, vinculando, assim, o Estado Português, e que consagra no seu Art. 5º, justamente, o direito à liberdade e à segurança, dispondo no seu nº1, que “ *toda a pessoa tem direito à liberdade e segurança*”. Contudo, aqui estes dois direitos têm vindo a ser entendidos como um só, a interpretação que lhe tem sido dada entende-o como a proteção contra uma prisão arbitrária, refere Irineu Cabral Barreto na sua CEDH Anotada<sup>8</sup> que “*O direito à segurança da pessoa contém a garantia de que um indivíduo só poderá ser preso ou detido pelos motivos e segundo os processos previstos na lei*”.

A leitura deste Artigo tem, portanto, sempre sido feita no sentido de garantir que a liberdade do indivíduo não é posta em causa, garantindo o Estado, na vertente de autoridade pública, a segurança para que tal aconteça.

No âmbito desta Convenção, são feitas alusões à segurança na vertente de segurança nacional, mostrando-a como razão suficiente e válida para que sejam restringidos alguns direitos, fá-lo no seu Art.6º/1, quando atribui à segurança nacional força suficiente para impedir a publicidade de um julgamento. Mais adiante é referida a segurança pública

---

<sup>8</sup> “ A Convenção Europeia dos Direitos do Homem Anotada, Wolters Kluwer Portugal Coimbra Editora, 4ª edição, 2010, pag.107

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

como razão para que a autoridade pública esteja possibilitada de interferir na vida privada e familiar, como estatui o Art.8º/2, CEDH. No Art.9º/2, CEDH, a segurança pública justifica, também, que possa ser restringida a liberdade de manifestação religiosa e, ainda, no Art. 10º/2, a segurança pública volta a justificar outra restrição a uma liberdade fundamental, neste caso, a liberdade de expressão.

A par desta Convenção encontramos, também, ao nível da legislação comunitária, a Carta dos Direitos Fundamentais, que, igualmente, consagra o direito à liberdade e segurança (Art.6º).

Aproveitamos o ensejo para aludir a um outro diploma que, noutra sede, vincula o Estado português, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (doravante DUDH) de 10 de Dezembro de 1948, que foi publicada em Diário da República a 9 de Março de 1978, e reconhece a dignidade inerente a todos os Homens e os direitos que são inalienáveis, que devem, portanto, ser protegidos através do Direito. Neste contexto, reconhece-se segurança pessoal como um desses direitos, o que faz no Art. 3º, DUDH, ao referir que “ *todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança*”, ora, uma vez que o Estado português se vinculou a esta Declaração (DUDH) comprometeu-se a garantir o respeito e efetivação dos direitos do Homem, como refere o Preâmbulo da mesma.

Desta forma se mostra, por um lado, como evoluiu a CRP no tratamento dos direitos fundamentais e, no que aqui releva, quanto à segurança e, também, de que forma o ordenamento supranacional foi contribuindo, ele próprio, para que a segurança vá sendo reconhecida, cada vez mais, como um direito fundamental por si mesmo, sem a “muleta” da liberdade, que tem, em nossa opinião, inquinado algum do seu entendimento.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Veja-se, por todos, Jorge Miranda e Rui Medeiros na sua Constituição da República Portuguesa Anotada ( Tomo I, Coimbra Editora, 2005), que a páginas 300 e 301, afastam qualquer leitura securitária do direito à segurança, não o apartando do direito à liberdade, nomeadamente da liberdade física e detenções .

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Referimos, assim, de que modo tem evoluído este conceito do ponto de vista da segurança enquanto direito fundamental e função estatal. Contudo, ao determo-nos, no momento atual, no ordenamento jurídico português, deparamo-nos com a existência de uma Lei que regula o exercício da segurança privada- a Lei nº 34/2013 de 16 de Maio. Significa, então, que não cabe apenas ao Estado este exercício da segurança? Analisemos esta realidade.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Capítulo II*

### *Da segurança Privada*

#### *1. O conceito de segurança privada*

Esta atividade que acima referimos- a de segurança privada- tem vindo a desenvolver-se cada vez com maior intensidade e assumindo um papel de relevo e preponderância no nosso país e, igualmente, no nosso ordenamento jurídico, as suas funções têm sido alargadas e as suas competências têm vindo a tocar, progressivamente, a esfera pública, nomeadamente policial, para o que muito contribuiu a EURO 2004 e o alargamento da possibilidade de realização de revistas aos agentes destes serviços, mas, deste ponto trataremos mais adiante.

Por agora cumpre, antes de mais, abordar e definir o conceito de segurança privada, conceito este que nos acompanhará ao longo deste trabalho, sendo sempre a ele que nos remetemos quando haja essa necessidade.

Começemos, então, por apresentar alguns dos conceitos que têm vindo a ser utilizados e definidos, nomeadamente, na doutrina e atendendo, seguidamente, á letra da lei.

Atenta a doutrina portuguesa encontramos, Pedro Gonçalves<sup>10</sup> a definir a segurança privada como:

*“(...) uma atividade de natureza privada, fundamentalmente, desenvolvida por empresas de segurança privada publicamente autorizadas, no cumprimento de contratos de prestação de serviços com os interessados em beneficiar dos seu serviços”.*

---

<sup>10</sup> Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves, in “ Entidades privadas com poderes públicos- O Exercício de poderes públicos de autoridade por entidades privadas com funções administrativas(...)”

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Para Norberto Rodrigues<sup>11</sup> “ *a atividade de segurança privada compreende os serviços privados organizados para prestar serviços de segurança a terceiros (...), bem como a organização, por quaisquer entidades (...) de serviços destinados à sua própria segurança*”.

Atenta a letra da lei<sup>12</sup> a atividade de Segurança Privada define-se como:

*“A prestação de serviços a terceiros por entidades privadas com vista à proteção de pessoas e bens, bem como à prevenção da prática de crimes”,*

Comtemplando, ainda<sup>13</sup>:

*“a organização, por quaisquer entidades e em proveito próprio, de serviços de autoproteção, com vista à proteção de pessoas e bens, bem como á prevenção da prática de crimes.”*

Esta atividade baliza-se pela complementaridade e subsidiariedade face às competências desempenhadas pelas forças e serviços de segurança, nos termos legais (Art.º 1º/2, Lei 34/2013, 16 de Junho).

E, assim, no nosso modesto entendimento pode a segurança privada ser definida como a atividade de proteção de pessoas e bens desenvolvida por privados, devidamente credenciados e autorizados publicamente, e a favor de outros privados, mediante uma contrapartida financeira, garantindo a segurança dos mesmos e dos seus bens e dissuadindo qualquer intenção criminal que possa existir sobre os mesmos.

Esta atividade, embora privada, desenvolve-se tendo por princípios norteadores a prossecução do interesse público e a complementaridade e a subsidiariedade face às competências desempenhadas pelas forças e serviços de segurança, isto é, de

---

<sup>11</sup> In “A Segurança Privada em Portugal sistema e tendências”, Almedina, 2011, pág.83

<sup>12</sup> Art. 3,a) do DL 34/2013, de 16 de Junho

<sup>13</sup> Art.3, b) da Lei 34/2013, 16 de Junho

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

*“organismos públicos, exclusivamente ao serviço do povo português (...) e concorrem para garantir a segurança interna”*, como dispõe o Art. 25º/1, LSI, como são a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública, por exemplo (Art. 25º/2, a) e b), LSI).

De resto, a segurança privada não só é regulada por parte do Estado, como a sua importância de tal forma reconhecida que, em determinados setores existe a obrigatoriedade destes serviços, nomeadamente no Banco de Portugal (Art. 4º/1, DL 34/2013, 16 de Junho), uma instituição, indiscutivelmente, pública que está, então, assim obrigada a adotar este sistema.

E de que forma tem vindo a ser regulada a Segurança Privada em Portugal? Como tem evoluído no enquadramento legal?

A estas questões responderemos de seguida, contudo e não obstante o conteúdo legal e jurídico deste estudo, não perdemos, naturalmente, de vista que o Direito acompanha a evolução da sociedade balizando os comportamentos humanos e, desta forma, ressaltamos que a primeira empresa de segurança privada, surge por força das necessidades de uma segurança mais vocacionada para a garantia patrimonial dos privados, nomeadamente ao nível de atividades de foro comercial, que se depararam com a necessidade premente de uma segurança própria e permanente, que não era já eficaz se assegurada apenas pela força pública, que, claro está, não poderia estar afeta apenas e só à garantia de segurança de uma determinada entidade privada.

Assim, a primeira empresa de segurança privada surgiu, em Portugal, no ano de 1965, com a denominação de “*Custódia- Organização de Vigilância e Prevenção, Lda.*”, por escritura lavrada na Secretaria Notarial de Sintra, como se verifica no Diário do Governo III Série- Número 147, de 24 de Junho de 1965, páginas 2114 a 2115<sup>14</sup>, que certifica tal constituição no dia 17 de Maio do mesmo ano.

---

<sup>14</sup> Que se reproduz no Anexo 2.



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Esta sociedade dedicava-se a preparar e fornecer guardas e vigilantes contra incêndios ou roubos, bem como a negociação de dispositivos de alarme e segurança, conforme dispõe o art.2º do Pacto Social que se reproduz abaixo conforme consta do suprarreferido Diário do Governo III Série nº 147, de 24 de Junho de 1965:

2º

*“A sociedade tem por objecto preparar e fornecer guardas e vigilantes contra incêndios, roubos, desabamentos e outros acidentes e, bem assim, negociar dispositivos de alarme e segurança e ainda qualquer outra actividade que delibere explorar e seja legalmente possível”.*

Assim, esta empresa dedicava-se à formação e à afetação do seu pessoal, por si formado, a clientes com necessidades de garantia de segurança, numa vertente de autoproteção, esta sociedade viria depois a dar origem á conhecida empresa Securitas-Portugal<sup>15</sup>, que ainda hoje exerce atividade em território nacional.

Na década de sessenta Portugal acompanhava, portanto, outras tendências de medidas de segurança privada que se desenvolviam cada vez mais, com a década de setenta e o 25 de Abril de 1974 o sentimento de insegurança aumentou, bem como se intensificou o recurso a alarmes, centralizados neste tipo de empresas, que prestava, então estes serviços. Começaram, por esta altura, a surgir transportes de valores e dinheiro, um serviço, também, prestado por este tipo de empresas.

A atividade continuava a desenvolver-se cada vez com maior incidência e num completo vazio legal, foi, então que, no ano de 1986 o legislador entendeu ser urgente e necessário traçar o quadro legal desta atividade. Esta necessidade impunha-se, desde logo, por estarmos diante de uma garantia de segurança, um direito fundamental, cuja garantia cabia, assim, ao Estado, através da autoridade policial.

---

<sup>15</sup> Como consta da “Revista Securitas Portugal”- edição 72- Junho de 2011, página 16.Consultada a versão online em:<http://www.securitas.com/PageFiles/53381/Revista%20Securitas%20Edi%C3%A7%C3%A3o%2072.pdf>, pela última vez em 27/11/2013.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Ora, sucedia que não eram, apenas, as forças e serviços de segurança que o estavam a garantir, mas, também, entidades privadas que visavam o lucro, desenvolvendo a sua atividade, nomeadamente, na área da segurança e vigilância industrial e comercial e transportes de valores.

Impôs-se, desta forma, a regulação e a delimitação de tais atividades, por forma a que as mesmas complementassem os serviços públicos e, sobretudo, desenvolvessem uma função específica e concreta de prevenção criminal, apartando-se da investigação criminal, sendo subsidiárias das funções públicas.

Foi o que fez o Decreto-Lei 282/86, de 5 de Setembro, que, de seguida, analisaremos.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### 2. Evolução do ordenamento jurídico português quanto à Segurança Privada

#### 2.1. Decreto- Lei nº 282/86, de 5 de Setembro

O Decreto-Lei 282/86, de 5 de Setembro, visou, então, regular esta atividade já, à época, largamente desenvolvida, mas sem qualquer tipo de legislação. O diploma tinha como objetivo impor parâmetros de legalidade e responsabilidade às empresas que desenvolviam esta atividade, tornando-as colaborantes das forças de segurança, numa posição subsidiária. Deixando por regular, por não ser admissível no ordenamento jurídico português a investigação por privados, que iria bulir com direitos fundamentais do cidadão e, por isso, se manteve na esfera pública.

Este diploma aplicava-se a todas as empresas de segurança privada, independentemente da designação que tomassem (Art.1º/3, DL 282/86, 5 Setembro), era desenvolvida por empresas para o efeito legalmente constituídas e por sistemas de autoproteção (Art.2º,a) e b), DL 282/86, 5 Setembro e com o objetivo, claro e definido, de ser um meio de prevenção de ilícitos criminais (Art.3º, DL 282/86). Estava vedada a estas empresas qualquer atividade que colocasse em causa direitos fundamentais dos cidadãos (Art.4º,DL 282/86) ou que colidisse com o serviço próprio das forças e serviços de segurança (Art.4º/2, DL 282/86).

Os fins destas empresas traduziam-se na proteção de bens e serviços, vigilância e controlo de acesso a locais vedados ao público, elaboração de estudos de segurança e fabrico de material de segurança (Art. 5º, DL 282/86), para os atingirem era admitido o uso pelo pessoal de segurança de transporte de fundos e valores e, também, instalação e manuseamento de equipamento de segurança (Art. 6º, DL 282/86).

A autorização para o desenvolvimento de tal atividade estava dependente de autorização do Ministério da Administração Interna, sob a forma de Alvará (Art. 7º, DL 282/86).

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

O pessoal de segurança privada não poderia ter sido condenado por crimes dolosos para que pudesse exercer a atividade (Art. 10º/1,c), DL 282/86), o uso e porte de arma era admitido em serviço quando autorizado pela empresa de segurança privada (Art. 12º/2, DL 282/86). Em serviço era obrigatório o uso de uniforme e cartão de identificação (Art. 13º/1 e 14º, respetivamente, do DL 282/86).

Como deveres estavam obrigados, entre outros, à comunicação imediata a autoridade policial ou judicial de qualquer crime público de que tivessem conhecimento no exercício das suas funções, ou que, estivesse na iminência de, a qualquer momento, ser cometido (Art. 16º e 17º, DL 282/86). Era, também, seu dever colaborar com as autoridades judiciais e policiais em tudo que, legitimamente, lhes fosse pedido (Art. 19º, DL 282/86).

A fiscalização da atividade destas entidades estava a cargo dos Comandos Gerais da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública (Art. 23º, DL 282/86).

Sempre que se verificasse a violação das regras estabelecidas estaríamos em face duma contraordenação, que seria sancionada com uma coima, cuja aplicação competia a um Diretor Geral designado pelo Ministério da Administração Interna, nos termos dos Arts. 26º e 29º, DL 282/86.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### ***2.2 Decreto- Lei nº 276/93, de 10 de Agosto***

Mais tarde, no ano de 1993, assiste-se a nova legislação neste âmbito, o Decreto-Lei 276/93, de 10 de Agosto (DL 276/93), que revoga o anterior diploma e surge por força da expansão da atividade de segurança privada e do seu papel, cada vez mais marcante na sociedade portuguesa, que levou a que se tornasse mais claro e mais preciso o quadro legal regulatório da atividade, incluindo a complementaridade destes serviços com as forças de segurança, mas mantendo o seu papel subsidiário.

No Art.1º, DL 276/93 foi alargado, face ao diploma anterior, o elenco dos serviços prestados pelas empresas de segurança privada, passando a incluir-se, por exemplo, a formação de pessoal e vigilância nos mesmos (Art.1º/2,h), DL 276/93), também, a instalação e gestão de centrais de alarmes (Art.1º/2,d), DL 276/93).

Definiu-se o conceito de *estudos de segurança*, bem como o conceito de *material e equipamento de segurança*, a que se aludia já no diploma anterior, mas sem os definir em momento algum, o DL 276/93 fê-lo no Art.1º/3, a) e b).

Manteve-se como fim da atividade de segurança privada a prevenção e dissuasão de ilícitos criminais, continuando vedado a estes agentes a prática de qualquer ato de competência policial, conforme o Art.3º, DL 276/93.

Estipulou-se a complementaridade destes serviços quanto às forças de segurança e de proteção civil do Estado e manteve-se o dever de colaboração com aqueles (Art.4º, DL 276/93).

A adoção de um serviço de segurança privada passou a ser obrigatória para qualquer entidade bancária ou parabancária, com meios eletrónicos de vigilância (Art.5º, DL 276/93).

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Ao nível do pessoal distinguiu-se o pessoal de apoio técnico do pessoal de vigilância, no Art.8º/3,a) e b), DL 276/93, cabendo aos primeiros a elaboração dos estudos de segurança, bem como o fabrico, instalação e manutenção de equipamento de segurança e aos segundos as funções, por assim dizer, mais operacionais a vigilância e proteção propriamente ditas.

Mantiveram-se outros pontos como a obrigatoriedade de uso de uniforme e identificação pelos elementos da segurança privada, no exercício das suas funções, bem como quanto ao uso e porte de arma (Arts.11º e 12º, DL 276/93, respetivamente. Também foram mantidos o sigilo profissional e o dever de colaboração com entidades policiais (Arts.19º, 16º e 17º, respetivamente do DL 276/93).

Os requisitos de formação foram melhor regulados e definidos, por forma a contribuir para o melhoramento das capacidades técnicas do pessoal de segurança privada, fê-lo o Art.10º, DL 276/93.

Regulou-se o regime das centrais de alarme em que deve sempre existir pessoal de apoio com capacidade de atuação imediata (Art.13º, DL 276/93) e, também, quanto aos veículos de transporte de valores, sujeitos a licenciamento por parte do Ministério da Administração Interna (Art.16º/1 e 2, DL 276/93).

A inovação deste diploma passou pela criação do Conselho de Segurança Privada (CSP), criado para contribuir para que a atividade de segurança privada se adeque aos princípios e regras previstas no diploma em apreço (Art.20º/1, DL276/93). Tal Conselho é composto pelo Ministro da Administração Interna, os comandantes gerais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, pelo Secretário Geral do Ministério da Administração Interna e por dois representantes das organizações privadas de segurança (Art.20º/2, DL 276/93).

Ao CSP, além das funções fiscalizadoras, coordenadas pelo CSP e garantidas pelos Comandos da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

(Art.29º/1, DL 276/93), cabe, anualmente, realizar um relatório síntese sobre a atividade de segurança privada (Art.21º/3,a), DL 276/93).

.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *2.3 Decreto- Lei nº 231/98, de 22 de Julho*

Em 1998, surge nova legislação no quadro da Segurança Privada, o Decreto- Lei nº 231/98, de 22 de Julho (DL 231/98), por forma a incluir os ensinamentos obtidos pela experiência acumulada desde a legislação inicial, e ir, também, ao encontro do Tratado da União Europeia, nomeadamente quanto à liberdade de circulação de trabalhadores.

O objeto da segurança privada mantém-se a proteção de pessoas e bens e a dissuasão da prática de crimes (Art.1º/3,a), DL 231/98), nos mesmos termos de subsidiariedade e complementaridade face às força de segurança. Contudo, alguma alterações foram realizadas em relação ao anterior diploma e sobre as quais importa determo-nos.

Assim, a formação de vigilantes deixa de se encontrar na esfera exclusiva de competência desses mesmos serviços, podendo ser ministrada por entidades externas à empresa de segurança privada em causa, como estatui o Art. 8º/1, DL 231/98, sendo a definição do conteúdo e duração dos cursos definidos em Portaria aprovada pelo Ministério da Administração Interna (Art. 8º/2, DL 231/98). Também a realização de estudos de segurança deixou de figurar como objeto da segurança privada.

Quanto à obrigatoriedade de adoção de um sistema de segurança privada, foi alargada a outras entidades que não estavam sujeitas ao mesmo anteriormente, nomeadamente estabelecimentos de restauração e de bebidas que disponham de salas ou de espaços destinados a dança (Art. 5º/2, DL 231/98), sendo obrigatória a inclusão de meios eletrónicos de vigilância, assim como os espaços de livre acesso ao público que, pelas atividades que neles se exerçam sejam suscetíveis de gerar riscos para a segurança (Art. 5º/3, DL 231/98).

Outra alteração importante se dá quanto ao CSP, introduzido pelo diploma anterior, que passa agora a deter funções meramente consultivas, sendo chamado apenas a pronunciar-se elaborando recomendações e relatórios, nos termos do Art. 20º, DL 231/98, passando, contudo, a ser composto, também, pelo Inspetor Geral da



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Administração Interna (Art.19º/2, b), DL 231/98), pelo Diretor Geral da Polícia Judiciária (Art. 19º/2, e), DL 231/98) e por dois representantes de associações representativas do pessoal da segurança privada (Art.19º/2,h), DL 231/98).

A autorização para o exercício da atividade de segurança privada, bem como a sua fiscalização, passa a caber à Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, nos termos do Art.21º e 23º, DL 231/98.

Quatro anos mais tarde reajusta-se a LSP, agora não numa reforma estrutural de base, mas tendo por base a necessidade de o adequar a um evento desportivo que iria decorrer em Portugal- o Campeonato Europeu de Futebol de 2004 (Euro 2004). E, assim, o Decreto-Lei nº 94/2002, de 12 de Abril (DL 94/2002) passou a prever a adoção de um sistema de segurança privada em recintos desportivos para que se pudesse realizar determinado espetáculo, alterando assim o Art.5º/3, DL 231/98, incluindo esta realidade numa situação de obrigatoriedade de adoção do sistema de segurança privada.

Para tal foi, também, revista a matéria concernente à formação do pessoal de vigilância, dado que, aqueles vigilantes que exerçam funções de Assistentes de Recinto Desportivo devem ter formação específica, cujo conteúdo e duração é regulado em Portaria conjunta do Ministro da Administração Interna e da Juventude e do Desporto, nos termos da alteração ao Art.8º/2, DL 231/98, por força do DL 94/2002.

Quanto aos elementos de uso obrigatório, passam a incluir, no caso do Assistente de Recinto Desportivo, uma sobreveste onde conste de forma perfeitamente visível a expressão “Assistente” e sendo, aqui, dispensado o uso visível de Cartão Profissional, de acordo com a nova redação dada ao Art.10º/2, DL 231/98.

No que respeita ao CSP, passa a integra-lo, além das restantes entidades, um representante do Conselho Nacional contra a Violência no Desporto, nos termos da redação dada ao Art.19º/2,i), DL 231/98.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *2.4 Decreto- Lei nº 35/2004, de 21 de Fevereiro*

No ano de 2004, justamente o ano do Euro 2004, é revogado o quadro legislativo de segurança privada atrás descrito, através do Decreto- Lei 35/2004, de 21 de Fevereiro (DL 35/2004). Esta alteração prendeu-se, uma vez mais, com a evolução e importância desta atividade em Portugal, por um lado e, por outro, com a jurisprudência do Tribunal Constitucional e com a necessidade de transposição de Diretivas Comunitárias.

Neste diploma mantêm-se os princípios definidores do exercício de segurança privada: a prossecução do interesse público e a complementaridade e subsidiariedade face às forças de segurança. É redefinido o objeto da atividade de segurança privada, apartando o conceito de prestação de serviços do de organização interna do serviço e estabelecem-se condições específicas para cada um deles obter a respetiva autorização.

Uma alteração muito importante prendeu-se com a possibilidade dos vigilantes poderem realizar revistas de prevenção e segurança no controlo de acessos a determinados locais, nomeadamente a recintos desportivos, com esta revista pretende-se obstar a que determinados objetos proibidos ou com potencial de perigo entrem nesses mesmos espaços. Porém, os vigilantes não têm poder de apreensão desses ou outros objetos, nem tão pouco de realizar detenções.

Outra alteração importante operada com este diploma prendeu-se com a obrigatoriedade que as entidades que exercem segurança privada passassem a dispor de um Diretor de Segurança.

Ao nível do Conselho de Segurança Privada introduziu-se como membro do mesmo o Banco de Portugal e um representante das entidades que são obrigadas a dispor de um sistema de segurança, podendo as mesmas ser convocadas quanto a matérias que se revistam de interesse para esse sector, dado que falamos de membros não permanentes, apenas serão convocados nesse âmbito.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

É, ainda, com este diploma revogada a legislação quanto à segurança em instituições bancárias e de crédito, que se encontrava já desconforme á realidade atual.

No seu capítulo I este diploma estipula disposições gerais onde desde logo, elenca os serviços que a compõem, são eles:

1. A vigilância de bens móveis e imóveis e o controlo de entrada, presença e saída de pessoas (Art. 2º/1,a), LSP;
2. A proteção pessoal (Art. 2º/1,b), LSP);
3. Exploração e gestão de centrais de receção e monitorização de alarmes (Art.2º/1, c), LSP);
4. Transporte, guarda, tratamento e distribuição de valores (Art. 2º/1,d), LSP).

São, também, referidos os serviços e instituições obrigados a dispor de serviço de segurança privada, como já atrás exemplificamos o Banco de Portugal (Art.4º, LSP) e estabelecimentos de restauração e de bebida que disponham de salas ou espaços destinados a dança ou onde habitualmente se dance ( Art.4º/3, LSP, complementado com o Art.1 do Decreto-Lei 101/2008, 16 de Junho, que estabelece o regime jurídico dos sistemas de segurança privada dos estabelecimentos de restauração e bebida, sendo obrigação dos proprietários e dos administradores ou gerentes destes estabelecimentos garantir o funcionamento efetivo dos sistemas de segurança privada ( Art.3º/1,a), DL 101/2008, 16 Junho).

No Art.5º, LSP observamos as proibições no decurso da atividade de segurança privada e, assim, é proibida qualquer atividade que caía na competência exclusiva de qualquer autoridade judiciária ou policial, nomeadamente refira-se a investigação criminal; também a proibição de ameaçar, restringir ou inibir o exercício de qualquer direito fundamental e proteger bens, serviços ou pessoas em atividades ilícitas.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

No capítulo II, esta lei detém-se sobre o pessoal e meios de segurança privada, define as suas funções, num elenco não taxativo no Art.6º/2, LSP. São, também, indicadas as várias categorias de vigilantes de segurança privada, definidas pela Portaria 1522-B, 2002 bem como as funções em que é obrigatória a especialização dos vigilantes, a saber, a proteção pessoal e os assistentes de recinto desportivo.

Neste último caso- os assistentes de recinto desportivo (ARD) têm a possibilidade de realizar revistas pessoais de prevenção e segurança no controlo de acesso aos recintos desportivos, limitando, deste modo, um direito fundamental, contudo a este tema voltaremos adiante, esta possibilidade é-lhes conferida pelo Art.6º/6, LSP. Os ARD são vigilantes especializados que desempenham funções de segurança e proteção de pessoas e bens em recintos desportivos e anéis de segurança (Art.6º/5, LSP), a Portaria 1522-B/2002, 20 de Dezembro define-o no seu Art.1º como *“um vigilante de segurança privada, especificamente formado com o objectivo de garantir a segurança e o conforto dos espectadores nos recintos desportivos e anéis de segurança.”* É nesta Portaria que se encontra vertido o regime que regula as funções específicas, bem como a formação e avaliação destes vigilantes. Quanto à obrigatoriedade de segurança privada em recintos desportivos prevê e dispõe a Portaria 1522-C/2002, de 20 de Dezembro, fixando as condições em que é obrigatório o recurso à segurança privada nos recintos desportivos e, também, as condições de exercício de funções pelos ARD.

A LSP refere, também, neste capítulo a figura do Diretor de Segurança, o responsável pela preparação, treino e atuação do pessoal de vigilância (Art. 7º, LSP).

No Art. 8º, LSP é citada uma vasta lista de incompatibilidades e requisitos para o exercício da atividade privada em que surge como requisito, entre outros, que o administrador ou gerente de sociedades de segurança privada não tenha sido condenado por prática de crime doloso contra a vida, integridade física ou reserva da vida privada ou contra a ordem e tranquilidades públicas (Art. 8º/1,d), LSP) e quanto ao pessoal de vigilância que possua perfil psicológico necessário à função e formação adequada (Art.8º/5,LSP).

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Quanto à formação profissional dos vigilantes, quer inicial, quer de atualização é ministrada por entidades titulares de Alvarás ou especializadas e devidamente autorizadas (Art.9º/1,LSP). Sendo que a competência para definição da duração e conteúdos dessa formação pertence ao Ministro da Administração Interna e ao Ministro da Segurança Social e do Trabalho e, no caso dos Assistentes de Recinto Desportivo pertence, ainda, ao membro do Governo que tutele a área do Desporto (Art.9º/2, LSP).Quanto aos vigilantes candidatos a proteção pessoal a elaboração, realização, fiscalização das provas e sua avaliação compete às forças de segurança, como prevê o Art.9º/4, LSP.

Para que desenvolva a sua atividade o pessoal de vigilância deve ser titular do cartão emitido pelo Ministério da Administração Interna (MAI), nos termos do Art. 10º, LSP, este cartão, mais, concretamente ao Departamento de Segurança Privada da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, nos termos do Art.4º, Portaria 1084/2009, de 21 de Setembro, que estabelece o regime de emissão do cartão profissional de vigilância, portanto, a habilitação legal a que seja exercida a atividade de segurança privada.

Devem os vigilantes realizar cursos de atualização para que este cartão seja revalidado, de acordo com o Art. 10º/3, LSP. Este cartão deve estar sempre apostado visivelmente no exercício da sua atividade, de acordo com o Art. 11º, LSP.

Estas entidades devem, a todo o tempo, estar aptas a estabelecer contato permanente com as forças de segurança e os utilizadores dos seus serviços, de acordo com o Art.12º, LSP.

Como meio de segurança podem as entidades utilizar meios de vigilância eletrónica, desde que estejam sempre respeitados os direitos e interesses constitucionalmente protegidos, a gravação que obtenham, quer de imagem, quer de som, deverá ser conservada por trinta dias e, seguidamente, destruída (Art. 13º/1 e 2, LSP), sempre que este meio seja utilizado deve ser afixada, de forma bem visível, a informação de que o

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

local se encontra sob vigilância de um circuito fechado de vigilância, como dispõe o Art.13º/3, LSP.

Quanto a um outro meio de segurança- as centrais de alarmes, que são exploradas e geridas por segurança privada (Art.2º/1,b), LSP), estas constituem um meio técnico auxiliar da atividade de segurança privada, nos termos do Art.1º, Portaria 135/99, de 26 de Fevereiro, que regula as condições de exploração e gestão de centrais de receção e monitorização de alarmes de roubo e intrusão, bem como instalação, gestão, manutenção e exploração de sistemas de segurança.

Uma outra questão relativa ao exercício da atividade de segurança privada prende-se com o porte de arma, que é permitido, em serviço, mediante autorização escrita da entidade patronal, nos termos do Art. 14º/2, LSP, sendo, ainda, permitido aos agentes de segurança privada o recurso a aerossóis e armas elétricas, de acordo com o disposto no Art.14/1, LSP, estando tais armas especificadas na Lei 5/2006, de 23 de Fevereiro.

É, também, possível a utilização de canídeos no desenvolvimento da atividade de segurança privada, igualmente mediante autorização por escrito por parte da entidade patronal (Art.15º, LSP).

A utilização de qualquer outro meio técnico de segurança, não previsto no diploma legal em apreço, encontra-se sempre sujeita a autorização por despacho do Ministério da Administração Interna, ouvido o Conselho de Segurança Privada (órgão de consulta deste mesmo Ministério), nos termos do Art.16º, LSP.

As empresas de segurança privada e o respetivo pessoal de vigilância encontram-se sujeitos ao dever de colaboração com as autoridades públicas (Art.17º, LSP) e, também, a segredo profissional, de acordo com o disposto no Art. 19º, LSP.

Quanto ao Conselho de Segurança Privada, regula-o o Art. 20º,LSP, definindo-o como órgão de consulta do Ministro da Administração Interna, mantendo-se como membros permanentes do mesmo aqueles que já o eram no anterior diploma que regulava a segurança privada e que, atrás, foram já enunciados, foram acrescentados como

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

membros não permanentes deste Conselho um representante do Banco de Portugal, um representante do Conselho para a Ética e Segurança no Desporto e um representante dos estabelecimentos de restauração e bebidas ou onde habitualmente se dance, que podem ser convocados sempre que a matéria objeto de consulta o justifique, como se infere do Art. 20º/3,LSP.

O CSP elabora um relatório anual sobre segurança privada (Art. 21º,b), LSP), pronuncia-se sobre a admissibilidade de novos meios de segurança, propõe iniciativas legislativas na área da segurança privada e emite recomendações, dado o seu carácter consultivo.

Nos termos do Art.22º, LSP, a atividade de segurança privada apenas pode ser exercida com autorização do Ministério da Administração Interna, titulada por alvará, estando o exercício de tal atividade sujeito a fiscalização por parte da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), com a colaboração da Guarda Nacional Republicana (GNR), bem como da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), tal como prevê o Art. 31º, LSP, a formação do pessoal de vigilância encontra-se a cargo dessas mesmas entidades, de acordo com o preceituado nesse mesmo Artigo. O referido Alvará é solicitado através de um pedido de autorização para o exercício da atividade de segurança privada, dirigido ao Departamento de Segurança Privada da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, conforme o Art.2º, Portaria 1085/2009,21 de Setembro, que estabelece os requisitos para a obtenção de alvará e licença e o respetivo procedimento.

Sendo exercida a atividade de segurança privada sem Alvará ou mesmo sem cartão de vigilante, estamos em face de um crime, o crime de exercício ilícito da atividade de segurança privada, punido com pena de prisão até dois anos ou multa até 240 dias, se não houver lugar a pena mais grave (Art. 32º-A, LSP).

As entidades que prestam serviços de segurança privada devem constituir-se de acordo com a Legislação de um Estado Membro da União Europeia ou de um Estado parte do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu e possuir sede ou delegação em Portugal,

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

variando o seu capital em função das atividades autorizadas a exercer ( Art. 23º/1 e 2, LSP), competindo sempre à Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna a instrução dos processos de autorização para este exercício ( Art. 24º, LSP).



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *2.5 Lei nº 34/2013, 16 de Maio*

Mais recentemente e já na reta final deste trabalho entrou em vigor o novo regime do exercício da atividade de segurança privada (REASP), estabelecido na Lei nº34/2013, de 16 de Maio que revoga o DL 35/2004, de 21 de Fevereiro.

Esta alteração de fundo ao regime legal da Segurança Privada prendeu-se, desde logo, com um significativo aumento desta atividade em território nacional, na medida em que tem aumentado a procura destes serviços no que respeita a proteção de pessoas e bens, tem, também, assumido cada vez maior relevo a eficácia destes serviços quanto à prevenção e dissuasão da prática de crimes ou outros atos ilícitos.

Desde logo, as necessidades e solicitações de segurança por parte dos cidadãos a este tipo de atividade têm sido crescentes e galopantes, o que, necessariamente, conduziu a um crescimento deste setor. Ora, com maior procura e um maior exercício de atividade, as empresas de segurança privada e os seus colaboradores foram aumentando o seu *know-how*, consolidando experiência e adequando o desenvolvimento da sua atividade.

Estes fatores associados à necessidade de adequação do ordenamento jurídico português a Diretivas Comunitárias conduziram a esta profunda revisão da regulamentação da segurança privada.

A necessidade de uma profunda alteração neste quadro havia já sido ponderada e a sua necessidade notada, nas Grandes Opções do Plano relativas ao período de 2012-2015, consubstanciadas na Lei nº 64-A/2012, de 30 de Dezembro de 2012, contemplou-se o reforço de atuação do Estado na área da segurança privada, quer por via do controlo da atividade desenvolvida pelas entidades privadas, quer, desde logo, por força da regulamentação nesta área.

Assim aconteceu com o REASP publicado em DR a 16 de Maio de 2013 e em vigor desde 15 de Junho de 2013.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Importa, então, conhecer das mudanças trazidas por este diploma legal.

Desde logo, ocorreu uma clarificação do objeto de segurança privada, mantendo-se o conceito de atividade de segurança como no anterior diploma. Nos termos do Art 1º/3,a) e b), REASP, passaram a ser elencados conceitos e definições legais, por forma a que se garantam os princípios da certeza e segurança jurídica.

Estabeleceu-se, no Art.1º/1, in fine, REASP, que este diploma além de estabelecer o regime do exercício da atividade de segurança privada, estabelece as medidas de segurança a adotar por entidades públicas ou privadas com vista a prevenir a prática de crimes.

Para que seja possível tal prevenção e, também, a prossecução do interesse público impõem-se medidas de segurança, de carácter obrigatório, para certas atividades, que passam pela implementação de um serviço de vigilância, instalação de dispositivos de videovigilância e central de alarme próprios, bem como pela obrigatoriedade de existência de um Departamento de Segurança e de um Diretor de Segurança.

Estas medidas aplicam-se a entidades gestoras de espaços comerciais com área bruta de, no mínimo, 20 000 (vinte mil) metros quadrados ou com uma área de venda acumulada de, pelo menos, 30 000 (trinta mil) metros quadrados, bem como, a farmácias, postos de abastecimento de combustível e estabelecimentos onde se proceda à exibição, compra e venda de metais preciosos e obras de arte, instituições de crédito e sociedades financeiras.

Importa, aqui, fazer uma ressalva, quanto ao Banco de Portugal, sempre que tais medidas colidam com as normas e recomendações adotadas no âmbito do Sistema Europeu de Bancos Centrais, deixam de se aplicar, por força dessa incompatibilidade.

Neste diploma passaram, ainda, a incluir-se atividades como a autoproteção- isto é, a auto-organização de proteção de bens pessoais); o desempenho de atividades de

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

formação profissional a elementos da segurança privada e, também, a prestação de serviços a terceiros.

Ao nível do acesso à profissão ocorreram, também, alterações, sobretudo quanto à formação e consultoria, tendo, também, sido regulamentado o desempenho da segurança privada. Passou a ser requisito de acesso à profissão o conhecimento da língua portuguesa, sempre que o candidato seja nacional de outro Estado-membro da União Europeia.

Os vigilantes são, agora, obrigados a uma apresentação anual do registo criminal, não sendo permitido o acesso à profissão se nele constar algum registo. Também, a avaliação médica e psicológica passa a ser realizada mais regular e eficazmente.

No que respeita aos contratos de trabalho passam a revestir, obrigatoriamente, forma escrita, deixando de ser possível que assumam a forma de contrato de muito curta duração.

Ao nível das especialidades foram, também, alargadas, sendo agora as seguintes:

- Vigilante
- Segurança-porteiro
- Vigilante de proteção e acompanhamento pessoal
- Operador de central de alarmes
- Assistentes de Recinto Desportivo
- Assistente de Recinto de Espetáculo
- Assistentes de portos e aeroportos
- Vigilante de transportes de valores

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

- Fiscal de exploração de transportes públicos

Em relação ao cartão profissional, necessário para que o pessoal de vigilância privada exerça a sua atividade ele passa, agora a considerar-se propriedade da empresa de segurança privada a que o trabalhador se encontre vinculado, tendo os vigilantes que o entregar à entidade patronal, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a cessação contrato de trabalho, assim não procedendo o mesmo cancela automaticamente.

As entidades que prestem formação (agora, também, uma atividade considerada segurança privada) carecem de autorização expressa para tal.

Existiu um agravamento das penas para o exercício ilegal de segurança privada.

No que concerne aos Alvarás e Licença também se verificaram alterações significativas, de referir que existem quatro tipos de Alvará- A, B, C e D- consoante a atividade que seja exercida.

O valor do capital social necessário para a emissão de Alvará passou para 250 000 (duzentos e cinquenta mil) euros no caso de empresas que prestam as atividades de vigilância de bens móveis e imóveis e o controlo de entrada, presença e saída de pessoas, bem como a prevenção da entrada de armas, substâncias e artigos de uso e porte proibidos ou suscetíveis de provocar atos de violência no interior de edifícios ou outros locais, públicos ou privados, de acesso vedado ou condicionado ao público; de proteção pessoal; o rastreio, inspeção e filtragem de bagagens e cargas e o controlo de passageiros no acesso a zonas restritas de segurança nos portos e aeroportos, bem como a prevenção da entrada de armas, substâncias e artigos de uso e porte proibidos ou suscetíveis de provocar atos de violência nos aeroportos, nos portos e no interior de aeronaves e navios; e, ainda, fiscalização de títulos de transporte.

Em relação à atividade de transporte de valores o capital social fixa-se agora no montante de 500 000 (quinhentos mil) euros.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Quanto ao seguro de responsabilidade civil de que carecem estas empresas para que lhes seja concedido Alvará, o seu valor foi, também, alterado para o valor de 500 000 (quinhentos mil) euros, sendo o valor anterior de 250 000 (duzentos e cinquenta mil) euros.

No que respeita à emissão de licença, a mesma passa a ter como requisito que estejam contratualmente vinculados, pelo menos, três trabalhadores.

Os requisitos para a emissão de autorização passam a ser semelhantes para entidades formadoras e consultoras. No momento da renovação, o pedido terá de ser apresentado num período de trinta dias ou aquela caducará automaticamente.

O coordenador de segurança passou a ter um regime diferente, não sendo considerado pessoal de vigilância.

Relativamente ao Diretor de Segurança são enumeradas exaustivamente as condições e requisitos para o exercício da função, sendo a mesma incompatível com a função de administrador ou gerente. Está, agora, o Diretor de Segurança sujeito às incompatibilidades e requisitos inerentes à atividade de segurança privada, obtendo, ainda título profissional habilitante.

Outra alteração deste diploma prende-se com a necessidade das entidades consultoras de segurança privada estarem sujeitas a autorização no caso de elaboração de estudos de segurança e projetos de organização, bem como a manutenção de alarmes e equipamentos de segurança, sendo obrigatório o registo prévio.

Alterou-se, ainda, o regime contraordenacional, tendo sido tipificadas diversas condutas com sanção criminal e aumentando-se o número de contraordenações e coimas.

De referir uma outra inovação deste diploma que se prende com a necessidade das empresas de Segurança Privada comunicarem, mensalmente, um regime de incidentes à PSP.

Vejamos, então, esta lei, que agora vigora.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### 3. Enquadramento jurídico da atividade de segurança privada

O REASP define o âmbito e objeto da segurança privada no seu Art.º1, continuando a ser princípios norteadores desta atividade a subsidiariedade e complementaridade face às forças e serviços de segurança.

Mantém a definição de atividade de segurança privada como sendo, por um lado, a prestação de serviços a terceiros por entidades privadas com vista à proteção de pessoas e bens, bem como à prevenção da prática de crimes (Art. 1º/3,a), REASP) e, por outro, como a organização, por quaisquer entidades e em proveito próprio, de serviços de autoproteção, com vista à proteção de pessoas e bens, bem como à prevenção da prática de crimes (Art.1º/3,b), REASP). Passou, também, a incluir-se a formação profissional do pessoal de segurança privada na categoria de atividade de segurança privada (Art. 1º/4,REASP). Excluíram-se deste âmbito as atividades de porteiro de prédio urbano destinado a habitação ou escritórios, com atividade regulada pelas Câmaras Municipais (Art. 1º/5,REASP).

No Art. 2º, REASP encontra-se elencado um catálogo de definições de conceitos, que se aplicam à presente lei e à regulamentação complementar, por exemplo o conceito de “empresa de segurança privada”, sendo definida como *“toda a entidade privada, pessoa singular ou coletiva, devidamente autorizada, cujo objeto social consista exclusivamente na prestação de serviços a terceiros de um ou mais dos serviços previstos no nº1 do artigo 3º”*, também, entidade consultora de segurança, material e equipamento de segurança, entre outros.

No Art.3º, REASP são definidos os serviços de segurança privada, que compreendem vigilância de bens móveis e imóveis e controlo de acesso, permanência e saída de pessoas, também, a proteção pessoal, exploração e gestão de centrais de alarmes, o

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

rastreamento, inspeção e filtragem de bagagens e cargas e o controle de passageiros no acesso a zonas restritas de portos e aeroportos, a fiscalização de títulos de transporte e a elaboração de estudos e planos de segurança. Estes serviços são prestados em obediência a requisitos mínimos estabelecidos em portaria do Ministério da Administração Interna (Art.3º/2,REASP).

Para que seja possível o exercício da atividade de segurança privada é necessário título que o autorize, que pode revestir a forma de Alvará, Licença ou Autorização, é concedido pelo Ministério da Administração Interna, nos termos do Art. 4º/1, REASP, sendo proibido, no exercício dessa atividade prosseguir objetivos estritamente policial ou judiciário, bem como ameaçar, inibir ou restringir direitos fundamentais, ainda proteger bens, serviços ou pessoas envolvidas em atos ilícitos, como prevê o Art.5º/1,a),b) e c), REASP.

É uma prática proibida pelas entidades e pelo pessoal da segurança privada, quando se encontrem no exercício das suas funções, interferir ou intervir em manifestações e reuniões públicas ou qualquer conflito de natureza política, sindical ou laboral, de acordo com o Art. 5º/2,REASP. Sobre estas entidades e pessoal impende, também, o dever de sigilo profissional (Art. 6º,REASP).

Quanto às medidas de segurança, elas são adotadas pelas empresas ou entidades, com vista à prevenção da prática de crimes, podendo passar pela criação de um departamento de segurança ou pela instalação de dispositivos de videovigilância e sistemas de segurança e proteção (Art. 7º, REASP), sendo obrigatórias para entidades que necessitem de efetuar transporte de moeda, notas, fundos, títulos, metais preciosos ou obras de arte, com valor superior a 15 (quinze) mil euros (Art. 7º/4,REASP).

Quanto à obrigatoriedade de adoção de sistemas de segurança, as instituições de crédito e sociedades financeiras são obrigadas a adotar um sistema de medidas de segurança específicas, que passam pela existência, entre outros, de um Departamento central de

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

segurança, a instalação de um sistema de videovigilância, a instalação de dispositivos de segurança e proteção e uma central de alarme ( Art. 8º/1, a) a d), REASP). No caso das entidades gestoras de conjuntos comerciais com área bruta locável igual ou superior a 20 000 (vinte mil) metros são obrigadas a deter um Diretor de Segurança, um sistema de videovigilância, dispositivos de segurança e proteção e uma central de controlo recetora de sinais de alarme e videovigilância (Art. 8º/2, REASP). No que concerne a estabelecimentos onde se proceda à exibição, compra e venda de metais preciosos e obras de arte, o sistema e as medidas de segurança passam pela instalação de videovigilância e dispositivos de segurança e proteção (Art. 8º/3, REASP).

Os estabelecimentos e divertimentos públicos e locais de diversão são obrigados a dispor de um sistema de segurança no espaço físico onde é exercida a atividade, de acordo com o previsto no Art.9º/1, REASP, no caso de recintos desportivos é, ainda, necessária a existência de assistentes de recinto desportivo, de acordo com o Art.9º/2, REASP, no caso de se tratar de espetáculos de natureza não artística ou de representação artística de canto, dança e música realizada em recinto dotado de lugares permanentes e reservados a espetadores ou espetáculos de representação artística de teatro, literatura, cinema, tauromaquia e circo, esta exigência não se aplica ( Art.9º/4,a) e b), REASP).

Referimos, há pouco, os assistentes de recinto desportivo, esta é uma das várias especialidades do pessoal de segurança privada, sendo, as restantes: vigilante, segurança-porteiro, vigilante de proteção e acompanhamento pessoal, assistente de portos e aeroportos, vigilante de transporte de valores, fiscal de exploração de transportes públicos e operador de central de alarmes, como prevê o Art. 17º/3,REASP.

As funções da profissão de segurança privado estão elencadas, taxativamente, no Art.18º, REASP, sendo variáveis em função da especialidade com que estejam habilitados, passando por funções de vigilância, controlo, prevenção e acompanhamento.



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

O Art.19º do REASP refere-se às revistas pessoais de prevenção e segurança, que estão ao alcance dos assistentes de recinto desportivo e, também, dos assistentes de portos e aeroportos, no controlo de acesso a recintos desportivos e a zonas restritas de segurança de instalações portuárias e aeroportuárias, respetivamente. Estas revistas visam impedir a entrada de objetos e substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência.

No Art.20º, o REASP regulamenta a figura do Diretor de Segurança a quem compete, nos termos do Art.20º/3, REASP planejar, coordenar e controlar a execução dos serviços de segurança privada; gerir os recursos relacionados com a segurança privada que lhe estejam atribuídos; assegurar o contato com as Forças e Serviços de Segurança; zelar pelo cumprimento das normas aplicáveis à Segurança Privada; realizar análises de risco, auditorias, inspeções e planos de segurança e, também, organizar, dirigir e inspecionar o pessoal de segurança privada e promover a formação e atualização profissional do pessoal de segurança privada.

Esta formação- a formação profissional do pessoal de segurança privada- está contemplada no Art. 25º, REASP, subdividindo-se em formação inicial de qualificação (Art.25º/1,a), REASP, formação de atualização (Art. 25º/1,b), REASP) e formação complementar (Art. 25º/1,c), REASP).

Possuir esta formação é obrigatório para que o pessoal de segurança privada possa exercer a sua atividade, de acordo com o preceituado no Art.22º/5,b), REASP. Este é um dos requisitos, mas existem outros, previstos no Art. 22º, REASP, por exemplo, ser cidadão português ou de Estado-membro da União Europeia (Art.22º/1,a), REASP), possuir a escolaridade obrigatória (Art. 22º/1, b), REASP), possuir plena capacidade civil, estes requisitos são comuns aos administradores ou gerentes de sociedades que exerçam a atividade de segurança privada em Portugal e ao pessoal de vigilância, nos termos do Art. 22º/2, REASP, bem como não terem exercido funções de fiscalização nos três anos anteriores.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

O pessoal de segurança privada é sujeito a avaliação médica e psicológica, sendo obrigatória a aprovação nestas duas vertentes para que possa ser considerado apto ao exercício das suas funções, como prevê o Art.23º/1 e 2,REASP. A avaliação psicológica é realizada por entidade designada pela Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, sendo tal entidade reconhecida pela Ordem dos Psicólogos (Art. 23º/4, REASP). Os requisitos desta avaliação são definidos em Portaria conjunta do Ministério da Saúde e da Administração Interna (Art. 24º/1,REASP).

Sempre que se encontre no exercício das suas funções o pessoal de segurança deve, obrigatoriamente, exceto no caso da proteção pessoal e elaboração de estudos de segurança, usar uniforme (sobre o qual regula o Art. 28º, REASP), cartão profissional (com regulação no Art. 27º, REASP) devidamente apostado de forma visível, nos termos do Art. 29º/1, a) e b), respetivamente. O uniforme não tem uso obrigatório para o pessoal a exercer a especialidade de operador de central de alarmes (Art. 29º/3, REASP). No caso dos assistentes de recinto desportivo e assistente de recinto de espetáculos o pessoal deve, obrigatoriamente, usar sobreveste de identificação onde conste a palavra “ Assistente”, de forma visível (Art. 29º/3, REASP).

Foquemos, agora, a nossa atenção nos meios de segurança privada, a saber, a central de controlo permanente, sistemas de videovigilância, porte de arma, canídeos e, em alguns casos, coletes de proteção balística. Quanto à central de controlo permanente, ela tem como finalidade assegurar a possibilidade e efetivação de contato, a todo o tempo, com o pessoal de vigilância, os utilizadores dos serviços e as forças de segurança, através de rádio ou outro meio idóneo (Art. 30º/1, REASP) e o contato permanente deve ser assegurado por pessoal de segurança privada ( Art. 30º/3, REASP).

Quanto ao sistema de videovigilância, pode ser usado na realização de vigilância de bens móveis e imóveis e controlo de entradas, presença e saída de pessoas, também, no transporte, guarda, tratamento e distribuição de fundos e valores e objetos com valor económico que justifique proteção especial e, também, quanto a exploração e gestão de

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

centrais de alarme e monitorização de sinais de alarme ( Art. 31º/1, REASP, em conjugação com o Art.3º/1,a), c) e d), REASP). Estes sistemas captam e gravam imagem, com o fim de proteger pessoas e bens, desde que ressalvados interesses e direitos constitucionalmente protegidos, sendo obrigatório o registo de tal meio junto da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (Art.31º/1, II parte, REASP). As imagens captadas por este sistema são conservadas por trinta dias, sendo depois destruídas ( Art. 31º/2, REASP), é proibida a sua cessão ou cópia, e só podendo ser utilizadas em termos processuais penais ( Art.31º/4, REASP), sendo que quem delas tiver conhecimento, por força das suas funções, está sujeito a sigilo, sob pena de procedimento criminal ( Art. 31º/3, REASP), sempre que exista recurso a este meio é obrigatório que esteja afixada informação sobre a sua existência, em local bem visível (Art. 31º/5, REASP).

Em relação ao porte de arma, ele é permitido, em serviço, quando autorizado, por escrito, pela entidade patronal, que o autoriza anualmente e comunica tal autorização à Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, no prazo máximo de vinte e quatro horas (Art. 32º, REASP).

No que respeita aos canídeos, e de acordo com o Art. 33º, REASP, a sua utilização reserva-se, apenas e só, para o acompanhamento de pessoal de vigilância devidamente habilitado, estando a sua utilização, também, sujeita a autorização escrita por parte da entidade patronal. Nestes casos, em que são utilizados canídeos como meio complementar de segurança, devem, as entidades que os utilizam, possuir seguro de responsabilidade civil específico.

Um outro meio complementar de segurança permitido e facultado ao pessoal de segurança privada pelas entidades titulares de Alvará é o colete de proteção balística, sempre que assim o justifique o risco da atividade a desenvolver (Art. 34º/1, REASP). Qualquer outro meio técnico de segurança pode ser utilizado se autorizado por despacho do Ministério da Administração Interna, ouvido o Conselho de Segurança Privada, como estatui o Art. 34º/3, REASP. Sendo, contudo, proibido o uso de algemas, bastões,

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

cassetetes, lanternas de comprimento superior a 0,30 metros e equídeos ( Art. 34º/4, REASP).

Quanto às viaturas utilizadas no exercício da atividade de segurança privada, terão que obedecer às condições fixadas em Portaria, não podendo ser confundíveis com as utilizadas pelas forças e serviços de segurança, nem, tão-pouco, com as viaturas de emergência (Art.34º/4, REASP).

Relativamente aos deveres que impendem sobre as entidades titulares de alvará ou licença para o exercício da atividade de segurança privada e sobre o respetivo pessoal, existe, desde logo, o dever de colaboração com as autoridades públicas, sempre que estas o solicitem, devendo aquelas, sempre que atuem em locais onde também intervenham forças e serviços de segurança colocar os seus meios humanos e materiais à disposição da autoridade pública, ficando sob sua direção e comando (Art. 35º/1 e 2, REASP). Estas entidades e respetivo pessoal estão, também, sujeitos ao dever de identificação, considerando-se que o pessoal de vigilância se encontra devidamente identificado sempre que esteja uniformizado devidamente e com o cartão profissional visivelmente apostado. Quanto a deveres especiais que recaem sobre as entidades titulares de licença ou alvará verificamos, ao ler o Art. 37º, REASP, que as mesmas têm o dever especial de comunicar, de imediato, à autoridade judicial ou policial qualquer crime de que tenham conhecimento no exercício da sua atividade, nos termos da alínea a) do supracitado artigo, também, de diligenciar para que a sua atividade não se confunda com a de forças e serviços de segurança (Art. 37º/1, b), REASP) e outros que se prendem, na sua maioria, com comunicação e prova à Polícia de Segurança Pública que os requisitos para o exercício da atividade de segurança estão a ser, devidamente, cumpridos.

Esta nova Lei continua a definir o Conselho de Segurança Privada como órgão de consulta do membro do Governo responsável pela área da administração interna, mas introduz um novo membro permanente- o diretor nacional do Serviço de Estrangeiros e

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Fronteiras (Art. 39º/2, c), REASP). Quanto aos membros não permanentes “ *um representante do Conselho para a Ética e Segurança no Desporto*” (Art. 20º/3,a), DL 35/2004, 21 de Fevereiro), dá lugar a “*um representante do membro do Governo responsável pela área do Desporto*” (Art.39º/3,a), REASP), “*um representante do Banco de Portugal*” (Art. 20º/3,b), DL 35/2004, de 21 de Fevereiro) deixa de estar presente na atual lei e agora será “ *um representante da Associação Portuguesa de Bancos*” (Art. 39º/3, b), REASP), mantendo-se, contudo, um representante dos estabelecimentos de restauração e de bebidas onde habitualmente se dance. Quanto à competência deste órgão mantém-se como no quadro legal anterior, sem qualquer tipo de alteração.

No Capítulo VI a Lei em análise regulamenta o processo de emissão de alvará, licença e autorização, estabelecendo a Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública como entidade competente para a instrução destes processos (Art. 42º, REASP).

É, também, à Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública que compete a fiscalização das atividades reguladas pela lei de segurança privada (Art. 55º, REASP).

A falta deste alvará, licença ou autorização e o respetivo exercício de serviços de segurança privada constitui exercício ilícito da atividade de segurança privada, punido com pena de prisão de um a cinco anos ou com pena de multa até seiscentos dias, nos termos do Art. 57º/1, REASP. Já quem exercer a atividade de segurança privada não sendo titular de cartão profissional ou exerça funções de especialidade sem a devida habilitação é punido com pena de prisão até quatro anos ou pena de multa até quatrocentos e oitenta dias, assim como quem utilizar os serviços dessa pessoa, sabendo que o realiza sem o cumprimento de algum desses requisitos, como preveem os números 3 e 4 do Art. 57º, REASP. A competência para a investigação criminal destes crimes é reservada à Polícia Judiciária, de acordo com o Art. 7º/3,n), Lei nº 49/2008, de 27 de Agosto- Lei de Organização de Investigação Criminal (LOIC).

No Art.59º, o REASP estabelece um elenco de contraordenações e coimas, sendo competentes para levantar os autos de contraordenação a Direção Nacional da Polícia de

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Segurança Pública, demais forças e serviços de segurança e, também, o IGAI, nos termos do Art. 61º/1, REASP conjugado com o Art. 55º, REASP.

Neste enquadramento do exercício da atividade de segurança privada referimo-nos, a dado passo, à possibilidade de uma determinada categoria de vigilantes- os ARD e os assistentes de portos e aeroportos, deter a prerrogativa de realizar revistas no controlo de acesso a recintos desportivos. Ora, esta possibilidade remete-nos, de imediato e, mais uma vez no nosso subconsciente jurista, para o regime de revistas e buscas no âmbito do processo penal, onde as mesmas são desenvolvidas por um órgão de polícia criminal. Serão estas revistas feitas nos mesmos moldes? Analisaremos, mais adiante, o regime processual penal das revistas e buscas.

Pensemos agora no país vizinho, em Espanha terá a Segurança Privada os mesmos moldes? E no Brasil, será, também, semelhante? Surge-nos a questão quanto ao regime brasileiro, dado que assistirá a um evento desportivo, semelhante ao que Portugal assistiu em 2004 e que levou à alteração do ordenamento jurídico nesta área. Mais adiante debruçar-nos-emos sobre estes ordenamentos jurídicos.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### 4. Questões de inconstitucionalidade- Acórdãos Do Tribunal Constitucional

Ao longo desta evolução legislativa questões de inconstitucionalidade de normas atinentes à Segurança Privada foram sendo levantadas, importa, neste âmbito referirmo-nos a dois Acórdãos do Tribunal Constitucional, em que este se pronunciou pela Inconstitucionalidade, em concreto o Acórdão 188/92<sup>16</sup> e o Acórdão 255/02.

No que respeita ao **Acórdão 188/92**, levantou-se a questão da inconstitucionalidade quanto às incompatibilidades existentes entre o exercício da função de segurança privada e outra atividade remunerada, prevista no Art. 10º/2, DL 282/86, que dispõe o seguinte:

*“O exercício de cargo ou função a qualquer título na administração central, regional ou local, bem como o desenvolvimento profissional de uma actividade remunerada sob a autoridade e direcção de outra qualquer entidade, é incompatível com a prestação de serviço como pessoal de segurança privada”.*

Questionava-se, portanto, o livre acesso á profissional plasmado no Art. 47º/1, CRP, que prevê que:

*“Todos têm o direito de escolher livremente a profissão ou o género de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo interesse colectivo ou inerentes a sua própria capacidade”.*

Este livre acesso constitui um direito fundamental, com a possibilidade de restrições legalmente prevista, nos termos do Art. 18º/2 e 3, CRP. Foi entendimento do Tribunal Constitucional que se tratava, aqui, duma clara restrição a um direito fundamental, nas suas próprias palavras *“a criação desta específica incompatibilidade para aqueles que prestam serviço como pessoal de segurança privada constitui uma verdadeira restrição*

---

<sup>16</sup> Consultado em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19920188.html>, última consulta a 28/11/2013.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

*a um direito fundamental (cfr. Acórdão n.º 169/90 deste Tribunal, in Diário da República, II Série, n.º 210, de 11 de Setembro de 1990)”<sup>17</sup>.*

Por estarmos em face de uma restrição ao um direito fundamental a mesma teria que ser levada a cabo pela Assembleia da República ou existindo uma lei de autorização legislativa poderia ter sido legislada por Decreto-lei ( nos termos do Art.168º/1 b), CRP) tal não sucedeu, sendo entendimento do Tribunal Constitucional estarmos perante uma inconstitucionalidade orgânica, o que declara no ponto 8 do Acórdão em apreço da seguinte forma: *“Ora, constituindo tal incompatibilidade matéria de lei parlamentar ou de decreto-lei autorizado, resulta claro que o n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 282/86, de 5 de Setembro, se acha afectado por inconstitucionalidade orgânica, por violação da alínea b) do n.º 1 do artigo 168.º da Constituição, na versão resultante da primeira revisão e que coincide com a vigente”*.

Esta foi a decisão do Tribunal Constitucional, contudo, assim não o entendeu o Exmo. Sr. Dr. Juiz Vitor Almeida, nem, tão pouco, o Exmo. Sr. Dr. Juiz Alberto Costa, que votaram vencidos, o primeiro por entender que estamos face a uma incompatibilidade e não a uma restrição propriamente dita, pelo que não procede a inconstitucionalidade orgânica. O segundo, por estarmos em face da legislação relativa a segurança privada, que carece de interpretação própria e cuidada, desde logo, face ao seu contexto, o que expressou no seu voto de vencido da seguinte forma: *“É perante esta realidade, correlacionada directamente com a crescente complexificação das tarefas assumidas pelo Estado, não sendo a sua institucionalização mais do que o acolhimento por banda deste de formas de actuação destinadas a colmatar deficiências no cumprimento das suas atribuições e competências correspondentes, que, pensamos, deve ser encarado o diploma em questão e, designadamente, a norma do seu artigo 10.º, n.º 2.*

*A esta luz e, de certo modo, para se evitar que «a máscara do Estado de Direito dissimule o direito do Estado» (N. Rouland), deve ser compreendida a incompatibilidade estabelecida naquela norma, que tem, não apenas uma vertente imposta constitucionalmente de forma inequívoca — CR, artigo 269.º, n.os 4 e 5 — mas uma outra que justifica a norma relativamente aos seus restantes destinatários e que passa pela necessidade de dignificar as tarefas constitucionalmente atribuídas à função policial — CR, n.º 1 do artigo 272.º”*

---

<sup>17</sup> Acórdão 188/92, consultado online



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Em relação ao **Acórdão 255/02**<sup>18</sup>, estamos em face de um pedido de fiscalização sucessiva abstrata, em que o Procurador-Geral da República requereu, ao abrigo do Art. 281º/1, a) e nº2, e), CRP, a declaração da inconstitucionalidade quanto aos Art.8º/4, DL 276/93, Art.7º, DL 231/98 e ao Art. 12º/1 e 2, DL 231/98.

Estava aqui em causa, mais uma vez, o acesso à profissão, contudo, agora pela imposição da nacionalidade portuguesa a quem pretenda exercer funções de vigilância e apoio técnico (Art. 7º, DL 231/98), entendendo o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República que tal restrição colide com o princípio da proporcionalidade a que estão sujeitas as restrições de direitos fundamentais não se vendo, em seu entendimento “*que a nacionalidade seja razão ou critério de exclusão dos candidatos, ou dos profissionais seleccionados, relativamente à escolha ou ao exercício daquelas actividades. Nessa medida, não se julga que tal restrição seja imposta pelo interesse colectivo ou que seja inerente à sua própria capacidade*”. Sendo, também, neste caso alegada a inconstitucionalidade orgânica por falta de lei de autorização legislativa habilitante.

Quanto ao Art 12º, DL 231/98, trata da videovigilância, possibilitando a entidades que prestem serviços de segurança privada a utilização de equipamentos eletrónicos de vigilância e controlo, o que é, aqui, entendido como uma clara restrição aos direitos fundamentais de imagem e reserva da intimidade da vida privada, consagrados no Art. 26º/1, CRP.

No que concerne à inconstitucionalidade orgânica, mais uma vez se pronunciou o Tribunal Constitucional pela mesma, referindo-se “*a anterior jurisprudência do Tribunal Constitucional ao caso dos autos, forçoso é concluir que as normas constantes do nº 1 do e do nº 2 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 231/98, ao fixarem requisitos de que depende o exercício das diversas profissões ligadas à actividade de segurança privada, se encontram feridas de inconstitucionalidade orgânica, por violação do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 165º da CRP, com referência ao artigo 47º, nº 1, da mesma Lei Fundamental*”.

---

<sup>18</sup> Consultado online em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20020255.html>, pela última vez em 28/11/2013.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Em relação à possibilidade destas entidades privadas realizarem videovigilância pronunciou-se, igualmente, o Tribunal Constitucional pela inconstitucionalidade orgânica, por violação da reserva legislativa da Assembleia da República (Art. 165º/1, b), CRP conjugado com o Art. 26º, CRP) acolhendo os argumentos apresentados quanto á restrição dos direitos fundamentais já atrás referidos.

Também, *in casu*, a decisão não foi unânime votou vencido o Exmo. Sr. Dr. Bravo Serra, por entender não constituir uma restrição ao livre acesso a uma profissão a exigência de condições para a ela aceder, consigo votaram mais três juízes, baseados na mesma fundamentação.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### 5. *Outros regimes jurídicos no âmbito da Segurança Privada*

#### 5.1 *Da segurança privada em Espanha*

Em Espanha a Segurança Privada é regulada pela Ley 23/1992, 30 Julho, com as alterações da Ley 25/2009, de 22 de Dezembro, e, de forma muito semelhante à lei portuguesa (desde logo tendo em conta a harmonização legal na União Europeia) estipula no seu Artículo 1, que regula a prestação de serviços privados de segurança e vigilância de pessoas e bens, sendo tal atividade exercida de forma complementar à autoridade pública, no respeito da Constituição e dos princípios da integridade dignidade (Artículo 1/3, Ley 23/1992, 30 de Julho).

Surge, contudo, uma diferença significativa, logo no Artículo 1º/2, Ley 23/1992, 30 de Julho, ao incluir, entre outros, os detetives privados no pessoal de segurança privada, profissão sem regulamentação em Portugal. Esta Lei espanhola elenca depois as atividades exercidas por estes profissionais no seu Artículo 19, cabendo-lhes, nomeadamente obter informação e prova sobre determinadas condutas privadas, não podendo utilizar meios técnicos ou materiais que atentem contra o direito á honra, intimidade da vida familiar, à imagem ou mesmo recorrendo a escutas telefónicas (Artículo 19/4, Ley 23/1992, 30 de julho). Devem sempre que tenham, conhecimento de um crime comunicá-lo de imediato às autoridades policiais e facultar-lhes toda a informação de que disponham, nos termos do número 3, do referido Artículo.

O controlo e autorização para o exercício de funções é, também, levado a cabo pelas autoridades públicas, nomeadamente ao Cuerpo Nacional de Policía quanto ao controlo (Art. 2, Ley 23/1992, 30 de Junho).

Existe, igualmente o dever de sigilo e o impedimento de, no exercício de funções, intervir em manifestações ou reuniões públicas (Art. 3, da referida Ley).

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Quanto às funções exercidas são igualmente semelhantes às estipuladas no ordenamento jurídico português, nomeadamente vigilância e proteção de bens, estabelecimentos, espetáculos (Art. 5, Ley 23/1992, 30 de Junho), para exercerem estas atividades os agentes privados apenas utilizam os meios técnicos previstos legalmente ( Art. 4, Ley 23/1992, 30 Julho), devem garantir a formação do seu pessoal ( Art. 5/2, Ley 23/1992 de 30 de Julho) e reduzir o seu contrato a escrito ( Art. 6/1, Ley 23/1992, 30 de Julho).

As atividades de segurança privada podem ser desenvolvidas por pessoas singulares ou coletivas, devendo estar para tal devidamente autorizadas (Art. 10, Ley 23/1992, de 30 de Julho), no caso das empresas de segurança privada tendo como objeto de atividade alguma das funções estabelecidas no Art. 5 desta Ley , bem como nacionalidade de um Estado Membro, dispondo de um seguro de responsabilidade civil e mediante prestação de caução que acautele eventuais violações a esta Ley ( Art. 7, Ley 23/1992, 30 de Julho) .

Os vigilantes de segurança privada exercem funções de vigilância e proteção de bens móveis e imóveis e de pessoas que se encontrem no interior destes, controlam acessos ao interior de imóveis, pelo controlo da identidade de quem entra, evitam delitos e infrações nesses espaços, garantem o funcionamento de centrais de alarme e a proteção e segurança de dinheiro e objetos de valor (Art. 11, Ley 23/1992, 30 de Julho). Terão sempre que estar ostentar visivelmente o cartão profissional e estar devidamente uniformizados, sem nunca induzir a que tais elementos se confundam com os policiais (Art. 12, Ley 23/1992, 30 de Julho).

Estas atividades nunca poderão ser exercidas na via pública, exceto no caso de transportes de valores, que, pela sua natureza implica movimentação no exterior ( Art. 13 e 14, Ley 23/1992, 30 Julho), e este é um outro ponto diferente da nossa legislação que é completamente omissa quanto a esta questão.

Quanto ao uso de arma de fogo no desempenho das suas funções, podem utilizá-la, mediante as condições regulamentadas e no que toca ao transporte de valores, dinheiro e

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

objetos preciosos, segurança e proteção a fábricas e transporte de armas e explosivos e estabelecimentos isolados e situações análogas, sendo que só podem recorrer ao porte dessa arma de fogo enquanto se encontram no exercício das suas funções ( Art. 14/1 e 2, Ley 23/1992, 30 de Julho). Ora mais uma diferença quanto ao nosso regime em que o pessoal de segurança privada está sujeito ao regime geral de uso e porte de arma, só sendo permitido em serviço se a entidade patronal o autorizar por escrito (Art. 32º, REASP).

Quando os vigilantes desempenham funções em locais que são obrigados a dispor de segurança privada, regem-se nos seus direitos laborais, pelas regras que respeitam aos serviços públicos (Art. 15, Ley 23/1992, 30 de Julho), e aqui está mais uma diferença quanto ao ordenamento jurídico português, novamente omissa nesta área.

A Lei espanhola aqui em apreço estipula figura semelhante ao nosso Diretor de Segurança, é o Jefe de Seguridad, previsto no seu Art. 16, cuja existência depende do número de vigilantes e da complexidade organizativa.

É estipulado um regime para os “escortas privados”, que procedem ao acompanhamento, defesa e proteção de pessoas determinadas, que não ocupem cargos públicos (Art. 17, Ley 23/1992, 30 de Julho), algo semelhante á nossa figura da proteção pessoal. Seguidamente são definidas, no Art. 18 desta Ley , as funções do “guarda particulare del campo”, que se dedica a proteção e vigilância de propriedades rurais, também uma figura desconhecida entre nós.

Quanto às infrações ao disposto nesta Ley, podem ser leves, graves e muito graves, prescrevendo as primeiras ao final de dois meses, as segundas ao final de um ano e as terceiras ao final de dois anos, a partir da data em que a infração se cometeu (Art. 21, Ley 23/1992, de 30 de Julho). São exemplos das infrações muito graves o a prestação de serviços a terceiros sem a habilitação necessária, a instalação de meios não autorizados ou o recurso a armas não autorizadas na presente lei.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Toda a pessoa que tenha conhecimento da prática de alguma irregularidade por parte de empresas ou pessoal de segurança privada, no desempenho da sua atividade pode denunciar ao Ministerio del Interior (Art. 34).

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *5.2 Da Segurança Privada no Brasil*

No Brasil a Segurança Privada é regulada pela Lei nº 7.102, de 20 de Junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Esta lei é regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de Novembro de 1983, e complementada por diversas Portarias.

É, o serviço de segurança privada, entendido por Mauro Tavares Cerdeira<sup>19</sup> como “*uma modalidade de transferência do uso lícito da força, do estado para os particulares, criando uma atividade paramilitar*”.

Esta atividade foi legalmente regulamentada no Brasil em 1983, por força da necessidade de regular uma atividade e um mercado, claramente, em crescimento e, associada a estabelecimentos bancários ou financeiros, que, careciam destes serviços, tendo, depois, sido alargado a diversos outros setores.

Das Portarias que complementam a legislação para o desenvolvimento desta atividade parece-nos de destacar a Portaria nº 3.233, de 10 de Dezembro de 2012, daqui em diante Portaria 3, na medida em que esta Portaria disciplina, em todo o território nacional brasileiro, as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança de estabelecimentos financeiros.

Nesta Portaria (Portaria 3) são definidas como atividades de segurança privada: a vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e curso de formação (Art.1º parágrafo 3º, Portaria 3).

---

<sup>19</sup> In “Segurança Privada no Brasil Panorama Atual- Situação dos Vigilantes e Seguranças”, Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Políticas e Estratégia do Naippe- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

As atividades de segurança privada serão reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal - DPF e serão complementares<sup>20</sup> às atividades de segurança pública nos termos da legislação, conforme o Art.1º, parágrafo 1, desta Portaria.

Nesta Portaria a política de segurança privada envolve, também, a Administração Pública, sempre com respeito da segurança dos cidadãos e a dignidade da pessoa humana.

O controle do exercício da segurança privada é levado a cabo por alguns órgãos e entidades, nos termos do Art.º, Portaria 3, são:

I - Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada - CCASP, órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, presidido pelo Diretor-Executivo do DPF e, em suas faltas e impedimentos, pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, cuja composição e funcionamento são regulados pela Portaria no 2.494, de 3 de setembro de 2004, do Ministério da Justiça;

II - Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada - CGCSP, unidade vinculada à Diretoria-Executiva do DPF, responsável pela coordenação das atividades de segurança privada, assim como pela orientação técnica e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Delegacias de Controle de Segurança Privada e Comissões de Vistoria;

III - Delegacias de Controle de Segurança Privada - Delesp, unidades regionais vinculadas às Superintendências de Polícia Federal nos Estados e no Distrito Federal, responsáveis pela fiscalização e controle das atividades de segurança privada, no âmbito de suas circunscrições;

IV - Comissões de Vistoria - CVs, unidades vinculadas às Delegacias de Polícia Federal descentralizadas, responsáveis pela fiscalização e controle das atividades de segurança privada, no âmbito de suas circunscrições, presididas por um Delegado de Polícia Federal e compostas por, no mínimo, mais dois membros titulares e respectivos suplentes.

No capítulo III esta Portaria regula as empresas especializadas, vedando, desde logo, a propriedade e administração da atividade de vigilância patrimonial a estrangeiros (Art. 4º, Portaria 3). São depois estabelecidos os requisitos para exercer essa atividade, nomeadamente quanto a capital social, número de vigilantes, por exemplo.

---

<sup>20</sup> Por força do Art. 144º, da Constituição Federal, as atividades de Polícia são, exclusivamente, da competência policial em todos os locais públicos.



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Para exercerem a sua atividade as empresas de segurança têm que obter um certificado de segurança, concedido pelo Delegado Regional Executivo e que atesta que a empresa tem instalações físicas adequadas ao exercício da atividade (Art. 4, Portaria 3). Sendo depois o processo de autorização para exercício da atividade autorizado pelo Coordenador- Geral do Exercício da Segurança Privada. O procedimento, em si, variará consoante a atividade em causa.

Já nos referimos a escolta armada, portanto, referir já uma grande diferença quanto ao nosso ordenamento, esta característica da segurança privada brasileira que exerce atividade armada, tendo treino de tiro em formação e realizando transporte de armas e coletes de proteção balística. Uma situação muito díspar da nossa lei, em que, ainda que o vigilante exerça a sua atividade armado, será porque lhe está autorizado uso e porte de arma enquanto cidadão e não enquanto vigilante, e usa-a apenas se a entidade patronal o autorizar, não lhe sendo prestado qualquer treino ou formação.

Quanto à utilização de canídeos vimos já o regime português, o brasileiro também muito distinto, desde logo o cão amestrado que as empresas que possuam autorização, certificado de segurança e tenham unidade orgânica podem utilizar, poderão ser propriedade de canil militar (Art.140º, por via do Art. 139º, Portaria 3), denota-se aqui uma clara cooperação entre o público e o privado.

No exercício das suas funções os vigilantes são obrigados a usar uniforme, que deverá ter um apito com cordão, um emblema da empresa e placa de identificação do vigilante, com uma validade mais reduzida- 6 meses), de acordo com o Art. 149º, parágrafo 1, Portaria3), à semelhança da nossa lei o pessoal de vigilância que se dedica a segurança pessoal não necessita de ostentar este uniforme.

O vigilante terá que ser brasileiro, possuir formação adequada, aptidão física e psicológica, escolaridade mínima obrigatória, entre outros requisitos do Art. 155º, Portaria 3, estar habilitado com Carteira Nacional de Vigilante<sup>21</sup> (CNV) (similar ao

---

<sup>21</sup> Sobre a CNV dispõe, quanto á forma e prorrogação de validade e expedição da mesma a Portaria nº30.544/2013-GAB/CGCSP.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

nosso cartão profissional), nos termos do Art. 157º, Portaria 3, onde constará a sua habilitação e dados de identificação.

O vigilante tem como deveres, de acordo com o Art. 164º, Portaria 3:

I- exercer suas atividades com urbanidade, probidade e denodo, observando os direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos, no exercício de suas funções;

II - utilizar, adequadamente, o uniforme autorizado, apenas em serviço;

III - portar a CNV;

IV - manter-se adstrito ao local sob vigilância, observando-se as peculiaridades das atividades de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal; e

V - comunicar, ao seu superior hierárquico, quaisquer incidentes ocorridos no serviço, assim como quaisquer irregularidades relativas ao equipamento que utiliza, em especial quanto ao armamento, munições e colete à prova de balas, não se eximindo o empregador do dever de fiscalização.

Sempre que violem algum destes deveres será comunicado à DESLEP ou CV, por parte das empresas de segurança, nos termos do Art. 165º, Portaria 3.

Como sanções em caso de incumprimento da Portaria, as empresas poderão sofrer uma pena de Advertência, Multa ou Interdição.

O exercício não autorizado de atividades de segurança privada leva ao levantamento de um auto de encerramento, nos termos do Art. 192º, Portaria 3.

### *Capítulo III*

#### *Das revistas e buscas*

##### *1. Em processo penal*

Em termos processuais penais, as *revistas* e *buscas* podem ser encaradas por uma de duas vias como meios de obtenção de prova ou como medida cautelar de polícia, consoante caíam, respetivamente, no âmbito do Art.174º/1, CPP ou no âmbito do Art.251º, CPP.

Têm, no primeiro caso, como intuito a constatação de que alguém em si (no caso da revista) ou em local do seu acesso (busca) é detentor de um determinado objeto, que relaciona esse indivíduo com a prática de um crime, ou porque o próprio objeto serviu para o cometer ou porque esse mesmo objeto prova que o crime ocorreu.

No segundo caso- as medidas cautelares de polícia- têm como objetivo garantir que uma determinada prova é conservada no imediato, revestindo, assim, um carácter de urgência, dado que se aquela prova não for conseguida naquele momento, jamais será recuperada e poderá, mesmo, implicar que não seja possível conseguir garantir a verdade material inerente àquele crime, por este motivo um dos requisitos (que adiante referiremos) - o da prévia autorização judicial está aqui afastado. Como refere o Acórdão RC de 31 de Maio de 2000:

*“I- As medidas cautelares ou de polícia visam, através da tomada imediata de providências cautelares pelo órgão de polícia criminal sem a prévia autorização da autoridade judiciária competente, acautelar a obtenção de meios de prova que, de outra forma, poderiam irremediavelmente perder-se, provocando danos irreparáveis na prossecução das finalidades do processo”.*

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Atentemos, inicialmente, o Art.174º, CPP, que estatui o seguinte:

1.“*Quando houver indícios de que alguém oculta na sua pessoa quaisquer objetos relacionados com um crime ou que possam servir de prova, é ordenada revista*”.

2.“*Quando houver indícios de que os objetos referidos no número anterior, ou o arguido ou outra pessoa que deva ser detida, se encontram em lugar reservado ou não livremente acessível ao público, é ordenada busca*.”

Deste modo, define-se o âmbito da revista, que é, então, levada a cabo quando existam indícios de que a pessoa oculta, em si, objetos que hajam estado envolvidos na prática de um determinado crime, ou que possam sustentar uma prova do mesmo. Bem como se define o âmbito da busca que se verifica nos mesmos termos, contudo, quando o objeto se encontre em local que não seja de livre acesso.

O regime geral das revistas acompanha o das buscas no número 3 deste mesmo artigo (leia-se Art. 174/3, CPP), carecendo a realização destas de prévia autorização ou ordem pela Autoridade Judiciária competente, cabendo-lhe, sempre que tal seja possível, presidir a esta mesma diligência. Esta Autoridade será o Ministério Público ou o Juíz de Instrução, consoante a fase processual que se encontre a correr, em sede de Inquérito caberá ao Ministério Público (Art. 263º, CPP), na fase de Instrução será competência do Juíz de Instrução (Art.288º, CPP).

Este despacho que autoriza ou ordena a revista ou a busca terá como fundamento os pressupostos do Art.176º/3, CPP, verificando-se as razões que levaram a que se presumisse a existência dos mesmos á data daquele. No caso da diligência ser levada a cabo por um OPC, tais pressupostos devem, já, verificar-se á data em que a mesma é efetuada. Contudo, o referido despacho é válido por um prazo que não poderá ir além dos trinta dias, a partir da data da assinatura do mesmo.

Este é o regime geral que se encontra derogado pela exceção presente no número seguinte do artigo suprarreferido, que estabelece que em determinadas situações os

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

órgãos de polícia criminal podem proceder à revista sem que a mesma esteja, previamente, autorizada ou ordenada. Esta exceção justifica-se por força das realidades aí contempladas, a saber:

- a. Terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, quando haja fundados indícios da prática iminente de crime que ponha em grave risco a vida ou a integridade de qualquer pessoa;
- b. Em que os visados consentam, desde que o consentimento prestado fique, por qualquer forma, documentado; ou
- c. Aquando de detenção em flagrante por crime a que corresponda crime de prisão.

Cada uma destas situações justifica, em si mesma, a exceção; pensemos no caso do terrorismo e criminalidade violenta ou altamente organizada, a gravidade e o alcance da prática destes crimes justifica uma atitude imediata por parte do OPC, por forma a que possa ser garantida a segurança da Comunidade, sendo balanceados os direitos aqui em presença (direito de segurança de toda a comunidade e o direito fundamental restringido do agente criminoso), pesará, naturalmente, a Segurança da comunidade.

Por outro lado, quando os visados consentam nesta revista, e, desde que tal consentimento seja esclarecido, livre, válido e operante, fica afastada a ofensa à dignidade da pessoa humana, sua identidade e reserva da vida privada (conforme Arts.25º e 26º, CRP), tornando assim, plenamente, válida tal diligência.

Numa situação de flagrante delito, admite-se a possibilidade da revista, a título excecional, “*em nome de uma certa proporção racional de eficácia*”, como bem refere Manuel Maia Gonçalves no seu CPP anotado<sup>22</sup>.

Contudo, tal preceito não afasta a necessidade de validação judicial, dado que será, nos casos do Art. 174/5,a), CPP, tal revista, sujeita a apreciação e validação por juiz de instrução, no mais curto espaço de tempo possível, nas palavras da lei é

---

<sup>22</sup> Código de Processo Penal Anotado- Legislação Complementar, Almedina, 17ª edição, 2009, Manuel Lopes Maia Gonçalves

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

*“imediatamente comunicada ao juiz de instrução”* (Art. 174º/6, CPP) , quando assim não aconteça a mesma estará ferida de nulidade.

Ora, surgem algumas questões relativas a tal comunicação, desde logo, o conceito indeterminado, quanto à comunicação revestir um carácter imediato. O que entender por comunicação imediata?

Vários entendimentos foram sendo dados a esta expressão, uns indo mais ao encontro do sentido literal da palavra, outros tendo o entendimento de que seria oportunamente, portanto, definindo conceitos indeterminados com outros, eles próprios, não muito claros também.

Paulo Pinto de Albuquerque entende aqui estarmos em face duma comunicação imediata, logo que cesse a diligência deve a mesma ser comunicada, no caso de cessar já fora do horário de expediente judicial, deverá a comunicação ser realizada assim que reabra o Tribunal, de acordo com a sua anotação ao Art. 174º, CPP<sup>23</sup>.

Veio, o Tribunal Constitucional (TC), pronunciar-se a este respeito, quanto às buscas, sendo, entendimento validamente aplicável às revistas, dado que o regime segue a par e passo, e, assim, ficou vertido no Ac. 285/2007, TC que o prazo de 48 (quarenta e oito) horas é um prazo razoável para comunicação. Ficou, assim, amenizada esta querela, mas não absolutamente resolvida, dado que, é um prazo tido por razoável, mas não um prazo legalmente imposto, e o termo “razoável” abre, também, a porta a que outros se possam justificar casuisticamente.

A propósito da necessidade da realização das revistas estar sujeita a autorização ou ordem prévia por parte da Autoridade Judiciária, refira-se que esta norma foi sujeita a apreciação por parte do Tribunal Constitucional, em sede de fiscalização preventiva, na medida que esta prerrogativa colocada no âmbito de atuação do Ministério Público,

---

<sup>23</sup> Comentário do Código de Processo Penal á luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 2ª edição actualizada, Universidade Católica Editora, pág.474

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

levantou a possibilidade de estar em conflito com o direito à reserva da intimidade da vida privada, disposto no Art. 32º/6, CRP (atualmente Art. 32º/8, CRP). Assim não entendeu o Tribunal Constitucional (TC), e no seu Acórdão (Ac.) 7/87 de 09/04/87, pronunciou-se pela não inconstitucionalidade do preceito, fundando tal entendimento no fato de serem nulas as provas obtidas com recurso a intromissão abusiva na vida privada.

Outra questão de constitucionalidade acompanha este preceito, agora no seu número 5, c), uma vez que se as revistas forem autorizadas em crimes que correspondam a bagatelas penais, poderemos estar em face de uma violação do princípio da proporcionalidade, abordada, igualmente, no Ac. 7/87, do TC.

Relativamente às formalidades da revista estatui o Art. 175º, CPP, que deverá ser entregue ao visado, no caso da regra geral supra aludida, cópia do despacho que a determinou, dando-lhe a conhecer, também, que uma pessoa da sua confiança pode estar presente nesta diligência, desde que se apresente á mesma sem delonga (conforme Art. 175º/1, CPP).

A revista deverá, também, respeitar a dignidade do visado e, na medida do possível, o seu pudor (cfr Art. 175º/2, CPP).

Não sendo cumpridas tais formalidades a revista estará ferida de irregularidade, pelo que, seguindo o regime da mesma, apenas determinará a invalidade do ato sendo arguida pelo interessado no próprio ato, nos termos do Art. 123º/1, CPP.

Se a formalidade incumprida cair no âmbito do Art. 176º/2, CPP, quanto á dignidade, estamos perante uma diligência nula, de acordo com o Art. 126º, CPP, em conjugação com o Art.36º/2, CRP. Tratando-se duma nulidade insanável, por decorrer duma proibição de prova, como refere o Ac. STJ de 5 de Junho de 1991: “*A nulidade resultante da violação de proibição de prova é insanável*”.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Em relação ao pudor do visado, Manuel Guedes Valente<sup>24</sup>, entende estarmos, igualmente, em presença de uma nulidade de diligência, por ofensiva da dignidade, nos termos do Art. 32º. CRP. Deste entendimento se afasta Costa Andrade, que a entende como mera irregularidade, considerando o sentimento de pudor e não o pudor em si do próprio visado.

Voltando à questão da desnecessidade da prévia autorização da autoridade judiciária para a realização da revista e, retomando, também, uma ideia supra abordada, o CPP contempla outras situações em que a revista não obedece a essa necessidade, referimo-nos ao Art. 251º, CPP, que estatui o seguinte:

1. “ Para além dos casos previstos no nº5 do artigo 174º, os órgãos de polícia criminal podem proceder, sem prévia autorização da autoridade judiciária:
  - a) À revista de suspeitos em caso de fuga iminente ou de detenção e a buscas no lugar em que se encontrarem, salvo tratando-se de busca domiciliária, sempre que tiverem fundada razão para crer que neles se ocultam objetos relacionados com o crime, suscetíveis de servirem a prova e que de outra forma poderiam perder-se;
  - b) À revista de pessoas que tenham de participar ou pretendam assistir a qualquer ato processual, ou que, na qualidade de suspeitos, devam se conduzir a posto policial, sempre que houver razões para crer que ocultam armas ou outros objetos com os quais possam praticar atos de violência.
2. É correspondentemente aplicável o disposto no nº6, do Art. 174º.”

Aqui estamos em face de medidas cautelares de polícia urgentes que, a serem adiadas para um momento em que existisse uma autorização iriam perder o seu efeito útil.

Ou seja, se o tempo útil necessário à obtenção da autorização para a realização das revistas e buscas não domiciliárias é tal que leva a que essa diligência perca a sua utilidade prática, o OPC pode, então, avançar para a efetivação da diligência, estamos

---

<sup>24</sup> In *Revistas e Buscas*, Almedina, 2005, 2ª edição, p. 54



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

aqui perante uma situação, por exemplo, de fuga, em que o OPC mediante ponderação avança.

Em suma, a revista consiste na “procura” numa determinada pessoa de objetos relacionados com um crime ou objeto de prova do mesmo, sempre que haja indícios que os oculta, ao passo que as buscas consistem nessa mesma procura, mas agora num local reservado ou sem livre acesso ao público, sempre que haja indícios que o arguido ou qualquer outra pessoa que deva ser detida, ou os objetos atrás referidos aí se encontram.

Ambas estão sujeitas a autorização ou ordenação judicial, exceto nos casos atrás referidos em que existe a comunicação posterior para validação das mesmas.

De referir, ainda, e, em complemento ao que atrás se referiu que a busca pode ser domiciliária ou não domiciliária, que no caso de busca domiciliária a mesma apenas se pode efetuar entre as sete e as vinte e uma horas, sob pena de nulidade Art.177º/1, CPP), fora deste horário apenas pode ser realizada em casos de terrorismo ou criminalidade altamente organizada, mediante consentimento do visado (desde que documentado) ou em casos de flagrante delito sempre que o crime seja punível com pena de prisão superior a três anos (Art.177º/2, a), b) e c), CPP). A regime especial obedecem as buscas a escritório de advogados ou consultório médico em que, sob pena de nulidade, terá de presidir o juiz e estar presente membro da Ordem Profissional respetiva.

Este é o regime em processo penal, vejamos, de seguida, como sucede no âmbito da segurança privada.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### **2. Das Revistas ao abrigo da Lei de Segurança Privada**

#### **2.1 A 1ª regulamentação- DL 35/2004, de 21 de Fevereiro**

A primeira vez que o ordenamento jurídico português conferiu a possibilidade de realizar revistas ao pessoal de segurança privada, foi no DL 35/2004, de 21 de Fevereiro, ao qual atrás já nos referimos.

A lei que regulamentava a Segurança Privada (LSP) conferiu ao pessoal de segurança privada- pessoal de vigilância- a possibilidade de realização de revistas, o que levantou a questão de estarmos aqui em face de uma prerrogativa policial colocada à disposição de um privado, legitimado, estadualmente, por força da aprovação e entrada em vigor do referido diploma.

Analisemos, então, a letra da lei.

Por um lado, começemos por definir o que é entendido como “pessoal de vigilância”, por outro se todo o pessoal de segurança pode levar a cabo uma revista e em que circunstâncias, e de que tipo de revista estamos a falar.

Assim, a LSP define o pessoal de vigilância no seu Art. 6º/1 como sendo:

*“os indivíduos vinculados por contrato de trabalho às entidades titulares de alvará ou de licença habilitados a exercerem funções de vigilante, de proteção pessoal ou assistente de recinto desportivo”.*

E destes indivíduos todos podem levar a cabo uma revista?

Aqui a LSP atribui essa competência, em primeira linha, aos assistentes de recinto desportivo, que são vigilantes especializados que “*desempenham funções de segurança e proteção de pessoas e bens em recintos e anéis de segurança*”, conforme o disposto

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

no Art. 6º/5, LSP, que têm, então, a possibilidade de realizar, no desempenho concreto destas funções, revistas pessoais de prevenção e segurança. Cumpre, também, referir que a Lei 39/2009, de 30 de Julho, no seu Art. 25º confere esta possibilidade aos ARD, por forma a que seja, eficazmente, combatida a xenofobia e violência nos espetáculos desportivos.

De referir que nos recintos desportivos, em que ocorram competições profissionais e cuja lotação seja igual ou superior a vinte e cinco mil espectadores e cujas instalações obedeçam ao Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança nos Estádios (aprovado pelo Decreto Regulamentar nº10/2001, de 7 de Junho) é obrigatório o recurso a assistentes de recinto desportivo, nos termos do Art.2º, Portaria 1522-C/2002, 20 de Dezembro, nas restantes competições que se realizem em recinto desportivo os promotores do espetáculo podem recorrer a assistentes de recinto desportivo (Art. 3º, Portaria 1522-C/2002, 20 de Dezembro).

Quando e de que forma o podem fazer?

Desde logo, a execução desta revistas é-lhes permitida no controlo de acesso aos recintos desportivos (Art. 6º/6,LSP e Art. 25º/1, Lei 36/2009, 30 de Julho), portanto, um qualquer cidadão que se desloque a um recinto desportivo com o intuito de assistir a um evento desportivo, poderá, no momento em que acede ao espaço físico do recinto desportivo ser sujeito a esta revista. Na execução de tal revista os assistentes de recinto desportivo (ARD) podem recorrer á utilização de raquetes de deteção de metais de explosivos, como prevê o Art. 6º/6,LSP, *in fine*.

No caso de um Grupo Organizado de Adeptos (conjunto de adeptos filiados ou não numa entidade desportiva, tendo por objeto o apoio a clubes, associações ou sociedades desportivas- Art. 3º, g), Lei 39/2009 de 30 de Julho) esta revista é obrigatória, nos termos do Art.25º/4, Lei 39/2009, de 30 de Julho.

O legislador estipula que as forças de segurança podem, sempre que tal se mostre necessário, proceder a revistas aos espectadores, por forma a evitar a existência no

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

recinto de objetos ou substâncias proibidas ou suscetíveis de causar violência, conforme o Art. 25º/3, Lei 39/2009, de 30 de Julho.

Quanto à revista realizada, obrigatoriamente, a um Grupo Organizado de Adeptos, a lei é omissa quanto a quem a deve realizar- forças de segurança ou ARD, contudo parece-nos que essa atribuição está cometida aos ARD, dado que são os responsáveis por qualquer outra revista no momento de ingresso no recinto desportivo.

Qual a finalidade destas revistas?

A finalidade destas revistas passa por impedir a entrada de objetos e substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência, nos termos do Art.6º/6, LSP.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *2.2 Atual regime das revistas no âmbito da segurança privada*

Atualmente, o REASP refere-se às revistas como uma das funções da profissão de segurança privado, no seu Art. 18º/2, e), estabelecendo que cabe, exclusivamente, ao vigilante realizar revistas pessoais de prevenção e segurança em locais de acesso vedado ou condicionado ao público, sujeitos a medidas de segurança reforçada. Sendo que estas revistas deverão estar sempre autorizadas, expressamente, por despacho do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.

E quais os vigilantes que podem realizar estas revistas?

A esta questão responde o Art. 19º, REASP, atribuindo tais funções aos assistentes de recinto desportivo, no controlo de acesso a esses mesmos recintos e aos assistentes de portos e aeroportos no controlo de acesso a zonas restritas de segurança de instalação portuárias e aeroportuárias ( Art. 19º/1, I parte, REASP).

Com que finalidade?

Esta mantém-se inalterada face ao diploma anterior e traduz-se em “ *impedir a entrada de objetos e substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência*” (Art. 19º/1, II parte, REASP).

Para realizarem tais revistas estes vigilantes devem recorrer ao uso de raquetes de deteção de metais e de explosivos (Art. 19º/1, in fine, REASP) ou mesmo a qualquer outro equipamento de revista não intrusivo e que tenha a mesma finalidade, desde que previamente autorizado, de acordo com o mesmo artigo.

O membro do Governo responsável pela área da Administração Interna pode, também, autorizar, por um período de tempo delimitado, revistas pessoais de prevenção e segurança em locais que cumpram, cumulativamente, as seguintes características:

- Sejam de acesso vedado ou condicionado ao público

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

- Que justifiquem proteção reforçada

Para levar a cabo estas revistas o pessoal de vigilância habilitado deve utilizar além dos meios atrás identificados, bem como equipamentos de inspeção não intrusiva de bagagem, aqui com o estrito objetivo de impedir a entrada de pessoas ou objetos proibidos e substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar atos que ponham em causa a segurança de pessoas e bens (Art. 19º/2, REASP). Sempre que a revista se realize ao abrigo desta possibilidade a entidade autorizada a realizá-la deve afixar a autorização concedida em local visível e junto aos locais de controlo de acesso, nos termos do Art. 19º/3, REASP.

Sempre que uma revista de prevenção e segurança seja realizada fora das condições legais ou, no caso das revistas previstas no Art. 19º/2, sem autorização ou com violação das condições que foram autorizadas, estamos em face de uma contraordenação muito grave, previstas, respetivamente, no Art. 59º/1, e) e f), REASP, que são punidas com coimas diferenciadas, consoante sejam praticadas por pessoas coletivas ou por pessoas singulares, no primeiro caso a coima varia entre 15 000 (quinze mil) euros a 44 500 (quarenta e quatro mil e quinhentos) euros ( Art. 59º/4, c), REASP) e , no segundo caso, entre 600 ( seiscentos) a 3000 ( três mil) euros ( Art. 59º/5, c), REASP). Contudo, se o agente retirou da infração um benefício económico calculável superior ao limite máximo da coima e não existindo como eliminar esse benefício, a coima pode elevar-se até esse mesmo valor (Art. 59º/7, REASP). Em caso de tentativa ou negligência existe, também, punição (Art. 59º/8, REASP).

Ora, há pouco referimo-nos a estas revistas como sendo revistas de prevenção e segurança, no ponto anterior do presente trabalho, referimo-nos a revistas como meio de obtenção de prova, por um lado, e, por outro, a revistas como medidas cautelares de polícia, cumpre, assim, debruçarmo-nos sobre este novo conceito que, agora, introduzimos- as revistas preventivas e de segurança.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### ***3. Revistas de prevenção e segurança Vs. Revistas como meio de obtenção de prova ou medida cautelar de polícia***

As revistas preventivas e de segurança acabam por ser, e se nos é permitida a expressão, revistas “ mais do dia-a-dia”, na medida em que nestas revistas, em concreto, não existe qualquer tipo de suspeita que recaía sobre determinado cidadão, visando-se, aqui, garantir que num determinado espaço físico não serão colocados em causa direitos fundamentais de outros cidadãos, por força da utilização de objetos ou armas que possam colocar em causa a integridade física ou, até mesmo, a vida de outros. Estas revistas têm, assim, como função prevenir um possível dano posterior, garantindo que num determinado espaço não são introduzidos objetos suscetíveis de desencadear violência. Esta revista visa, em suma, evitar determinados perigos, combatendo-os, *ad inicio*, impedindo a entrada, *in casu*, de determinados objetos num recinto desportivo.

Manuel Guedes Valente<sup>25</sup> define a finalidade destas revistas da seguinte forma:

*“evitar um mal maior ou a violação de um bem jurídico individual ou supra-individual de valor superior ao restringido (...)”.*

Ora, estas revistas (de prevenção e segurança) atenta a sua própria natureza- *preventiva e de segurança*- visam remover um perigo ou garantir que o mesmo é, desde logo, inexistente, por forma a que seja garantida a segurança dos demais num determinado espaço físico, que se encontre, assim, livre de qualquer ameaça, ainda que potencial, à integridade física e à vida dos restantes. Assim, elas nunca se realizam como meio de obtenção de prova, contrariamente às revistas previstas no Art. 174º, CPP ou no Art.251º/1,a), CPP, que têm por finalidade a preservação da prova da prática de um determinado crime. Ou seja, nestas o crime já se consumou e pretende-se, agora, preservar tudo quanto o possa provar, naquelas, pretende-se obstar à possibilidade da prática de qualquer crime.

---

<sup>25</sup> In *Revistas e Buscas*, 2ª edição, Coimbra, Edições Almedina, 2005, p.434-435

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Uma outra característica que acompanha estas revistas é o local onde a mesma é levada a cabo, que a lei define como “*no acesso aos recintos desportivos*” ou “*no controlo de acesso a zonas restritas de segurança de instalações portuárias ou aeroportuárias*” ou até, e em condições excepcionais, “*detetar ou impedir a entrada de pessoas ou objetos proibidos ou substância proibidas*”, conforme atrás referimos.

Levanta-se aqui uma questão quanto à interpretação do conceito de “acesso aos recintos desportivos”, isto porque surge na doutrina uma interpretação, em nosso entender algo extensiva deste conceito, que entende que esta revista, levada a cabo pelos ARD, é legítima não só na entrada do recinto desportivo como no próprio interior do mesmo, entende Manuel Guedes Valente<sup>26</sup> que “*se aqueles assistentes de recinto desportivo se encontram legitimados ex lege a efetuar a revista à entrada, também deveriam poder realizar a revista no interior dos recintos, além de que são estes que efectuam a “segurança” nesses locais*”, parece daqui depreender-se que o autor segue o princípio de que “quem pode o menos pode o menos” para legitimar estas revistas no interior do recinto desportivo. Contudo a própria Lei de combate à violência e xenofobia nos recintos desportivos (Lei 39/2009, 30 de Julho), refere que o assistente desportivo pode na área definida para o controlo de acessos (sublinhado nosso) efetuar revistas de prevenção e segurança aos espectadores.

Em nosso entender se existe a necessidade de realização de uma nova revista, já no interior do recinto desportivo, tal poderá dever-se a uma de duas situações- uma revista realizada à entrada de uma forma menos correta ou não realizada de todo, ou a um comportamento, por parte do espectador, que indiciasse a prática de um crime ou o intuito de o cometer e, aqui, estamos já em face de uma revista de competência policial- ou por ter sido cometido um crime e estarmos enquadrados no âmbito do Art.174º/1, CPP ou por existir razão para crer que um suspeito oculta armas ou outros objetos com os quais possam praticar atos de violência e, aqui, estamos já em face de uma revista ao abrigo do disposto no Art.251º/1, b), CPP, também ela, de absoluta competência de um OPC.

---

<sup>26</sup> Obra supracitada



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Importa, neste momento, referir que por suspeito se deve entender “*toda a pessoa relativamente à qual exista indício de que cometeu ou se prepara para cometer um crime, ou que nele participou ou se prepara para participar*”, conforme dispõe o Art.1º,e), CPP.

Nestes termos e, como acima referimos, parece-nos que se um determinado espectador foi sujeito a uma revista no acesso ao recinto desportivo ou não o foi, por força da avaliação discricionária do ARD, e, se entretanto, no decorrer do evento surge a necessidade de proceder a uma revista, este revés da situação terá por base a manifestação de um indício de que o mesmo se prepara para cometer ou participar num crime. E, aí, estamos já na presença, não de um mero espectador que desfruta de um evento, mas sim de um indivíduo que se tornou suspeito, ao abrigo do disposto no CPP e, nessa medida, estamos já no âmbito pleno de uma prerrogativa policial, que, ao ser desenvolvida por um agente de segurança privada extrapolará as suas funções, sendo tal atuação proibida, nos termos do Art.5º,a), LSP, consubstanciando uma contraordenação muito grave, como estatui o Art. 33º/1,a), LSP, sendo punidas com coimas, nos termos do Art. 33º/4 ou 5, LSP, consoante estejamos em face de um ato cometido por uma entidade coletiva ou singular.

Levanta-se, no âmbito destas revistas, uma outra questão, e se, a dado momento, numa determinada revista de prevenção e segurança, levada a cabo por um ARD numa área de acesso ao recinto desportivo o mesmo se depara com um objeto que prova um crime, a legitimidade deste ARD é a mesma que a de um qualquer indivíduo, entregar às autoridades policiais, dado que, neste âmbito os vigilantes de segurança privada não têm poderes para efetuar apreensões ou detenções (conforme o Preâmbulo da LSP refere *ipsis verbis*). De resto, as entidades de segurança privada têm o dever especial de comunicar de imediato à autoridade policial ou judicial qualquer crime de que tenham conhecimento no exercício da sua atividade (Art. 37º/1,a), REASP).

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Então o que acontece a uma revista que deixa de ser uma revista de segurança e prevenção? Torna-se uma revista de obtenção de meio de prova?

Assim não poderá ser dado que as revistas para obtenção de meio de prova recaem no âmbito de competência estritamente policial. Ao passo que as revistas de prevenção e segurança assumem um papel de mera prevenção criminal, nas quais os vigilantes que as realizam, nem tão-pouco, podem apreender os objetos que possam encontrar no decurso das mesmas.

Imaginemos que no acesso a um determinado Estádio onde decorrerá um jogo de futebol o Assistente de Recinto Desportivo procede a uma revista de prevenção e segurança e, no âmbito da mesma, encontra em posse de um dado adepto, por exemplo, uma faca com uma lâmina de 11 (onze) centímetros, portanto uma arma branca, de acordo com o Art.2º/1,m), da Lei 5/2006, de 23 de Fevereiro, que verifica estar completamente ensanguentada, pode apreender a faca? Efetua uma revista no âmbito processual penal?

A revista não deixa de ser de prevenção e segurança, não podendo o ARD apreender a faca, dado que, no âmbito das revistas de prevenção e segurança o objetivo é impedir a entrada de objetos suscetíveis de gerar violência, aqui, não obstante o ser, relaciona já o adepto com um possível crime. Deste modo, cáímos aqui numa situação de presunção de flagrante delito, nos termos do Art. 256º/2, CPP, na medida em que o infrator, no nosso caso o adepto, é encontrado com um objeto (a faca) que mostra, claramente, que ele acabou de cometer um crime ou nele participar.

O ARD assume aqui a posição que qualquer cidadão estaria legitimado a tomar, de acordo com o plasmado no Art. 255º/2, CPP, ou seja, na ausência de autoridade judiciária ou entidade policial, ou na impossibilidade de a chamar em tempo útil, procede à detenção entregando imediatamente o detido a uma daquelas entidades, a qual elabora um auto sumário de entrega, e procedendo, depois, ao cumprimento do dever de comunicação constante do Art. 259º, CPP.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Acaba, assim, por perder-se um meio de prova, idóneo a demonstrar a prática de um crime, por estarmos no âmbito de uma revista de prevenção não realizada por OPC e, que, assim, não poderá ser validada.

Impõe-se, talvez, repensar esta questão e agilizar a operacionalização entre público e privado, em equipas mistas que possam estar devidamente habilitadas a reagir em consonância com qualquer situação que surja, contribuindo, assim, para uma célere e eficiente aplicação legal e para se manter uma prova que, no caso, ao ser manuseada por um ARD, no âmbito da revista poderá “apagar” ou contaminar uma prova de um crime mais facilmente do que um OPC habilitado e habituado a obter e conservar qualquer meio de prova válido no âmbito das suas normais funções.

Ora, impõe-se a questão de como conjugar tudo isto no nosso ordenamento jurídico, como preencher este quadro em que o público e o privado parecem já não caminhar lado a lado, mas muitas vezes serem apenas um só que se funde com um único objetivo. Tentaremos responder de seguida.

## *Capítulo IV*

### *Da privatização da Segurança*

#### *1. Do público e do privado: a privatização securitária?*

A segurança, como supra referido, constitui competência estatal, ora, se como atrás referimos, também, a mesma se encontra, em parte, a ser garantida e levada a cabo por particulares significa que esta competência estatal está a ser transferida para os particulares, e, assim, a que título o está a ser? Como se enquadra esta situação no ordenamento jurídico português? De que forma pode o Estado transferir para entes privados poderes e atribuições próprios?

Em termos genéricos, o Estado transfere os seus poderes soberanos, ou melhor, o exercício dos mesmos, por várias formas e em diferentes áreas, para as mãos dos privados.

Pensemos, a título de exemplo, nas concessões, nas parcerias público-privadas, que se verificam em áreas tão variadas como a saúde, o ensino, farão, também, sentido numa área tão sensível quanto a segurança?

Constituirá a segurança privada uma, efetiva, transferência de poderes públicos para os privados?

Veremos adiante.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *2. Entendimento jurisprudencial europeu*

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) foi já chamado a pronunciar-se quanto à segurança privada, na sequência dos Artigos 45º e 55º<sup>27</sup> do Tratado da CE, que regulam o direito de estabelecimento e liberdade de prestação de serviços e da sua inaplicabilidade a atividades que num Estado-membro se prendam, mesmo que, ocasionalmente ao exercício da autoridade pública.

Ou seja, no espaço europeu vigora o direito de estabelecimento e liberdade de prestação de serviços, que permite a um qualquer cidadão exercer a sua atividade profissional num outro Estado-membro, abrangendo não só o acesso a determinada atividade e o seu exercício, como, ainda, a constituição e gestão de empresas, nas condições definidas para os nacionais desse mesmo país.

Se, contudo, essa atividade, mesmo que, apenas ocasionalmente, esteja ligada ao exercício da atividade pública deixa de estar abarcada por esta liberdade e direito de estabelecimento.

Foi, então, neste âmbito que o TJUE foi chamado a pronunciar-se, quanto à liberdade de estabelecimento na área da Segurança Privada e a possibilidade de os profissionais se estabelecerem noutro Estado-membro. Foram três os Acórdãos relevantes nesta área, em todos o TJUE entendeu que a segurança privada não toca, em momento algum, o exercício da autoridade pública.

Expomos, de seguida, ainda que sumariamente, cada um deles.

---

<sup>27</sup> Eram estes os Artigos há data dos respetivos Acórdãos, correspondem, agora, respetivamente, aos Artigos 49º e 51º, Tratado União Europeia

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *2.1 Acórdão do TJUE de 29/10/1998- Comissão / Reino de Espanha- Processo C-114/97*

Neste Acórdão estava em causa a apreciação dos artigos 7º, 8º e 10º da Lei 23/1992, de 30 de Julho de 1992, Lei espanhola que estipulava a necessidade de as empresas de segurança a exercer atividade em Espanha deterem nacionalidade espanhola, bem como que os seus administradores e diretores tivessem residência em Espanha e que o pessoal de vigilância possuísse, igualmente, nacionalidade espanhola.

O Governo espanhol entendia que, por estar aqui em causa o exercício de autoridade pública, estava em face duma exclusão à liberdade de estabelecimento e circulação, justificando, ainda, com a derrogação de liberdade de circulação em atividades que coloquem em causa a segurança pública, nos termos do Art. 52º e 56º, Tratado CE.

Ora, no contexto do ordenamento jurídico espanhol, à época, as empresas de segurança forneciam, nos termos do Artigo 5º, nº 1 da Lei 23/1992, de 30 de Julho de 1992 os seguintes serviços:

- vigilância e proteção de bens, estabelecimentos, espectáculos, concursos ou convenções [alínea a)];
- proteção de pessoas determinadas [alínea b)];
- depósito, vigilância, verificação e selecção de moedas, notas, valores e objetos de valor, bem como o transporte e a distribuição desses objetos [alíneas c) e d)];
- instalação e manutenção de aparelhos, dispositivos e sistemas de segurança [alínea e)];
- exploração de centrais de recepção, verificação e transmissão de sinais de alarme e sua comunicação às forças e corpos de segurança, bem como prestação de serviços de atendimento que não sejam do âmbito dessas forças e corpos [alínea f)];
- programação e assistência no que respeita às atividades de segurança visadas pela lei [alínea g)].

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Foi entendimento do TJUE que nenhum destes serviços traduzia o exercício de autoridade pública, dado que a atividade das empresas e do pessoal de segurança<sup>28</sup> assegura missões de vigilância e proteção, que se estabelecem com base em relações de Direito Privado, não estando o pessoal de segurança investido de poderes de coerção quando exerce estas atividades, o que o aparta dos poderes públicos de autoridade. Aparta-os, ainda, desses poderes o fato da lei lhes reservar funções auxiliares quanto às forças e corpos de segurança, não participando, assim, direta e especificamente no exercício de autoridade pública.

Em relação ao argumento utilizado pelo Governo espanhol, e já atrás referido, da garantia da segurança pública não colheu entendimento junto do TJUE, aqui este Tribunal refere que a norma do Tratado CE que estipula esta restrição (Art. 48º/3 e 56º, Tratado CE), visa obstar ao acesso ou estadia em território de Estado- membro de pessoas que coloquem em causa a segurança pública desse território e não vedar o acesso a determinados setores económicos, como é o caso do setor da segurança privada. Ou seja, apenas quando existe uma “ameaça real e suficientemente grave que coloque em causa um interesse fundamental da sociedade” se pode lançar mão desta possibilidade. Cai, ainda, por terra o argumento do Governo espanhol que se socorria da impossibilidade de controlo eficaz por parte das autoridades públicas quanto ao exercício da segurança privada em situações que não fossem nacionais essas empresas, e não surte efeito este argumento, na medida em que todas as empresas estabelecidas em Estado-membro são suscetíveis de fiscalização.

---

<sup>28</sup> Entendia a Lei espanhola por pessoal de segurança: guardas de segurança, os responsáveis pela segurança, os guarda-costas privados, os guardas campestres privados e os detectives privados

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *2.2 Acórdão do TJUE de 09/03/2000- Comissão/ Reino da Bélgica- Processo C- 355/98*

No Acórdão em apreço a questão que se colocava era próxima e semelhante à questão que estava na base do Acórdão anterior.

Aqui, a Lei<sup>29</sup> belga impõe às empresas de vigilância, de segurança e serviços internos de vigilância, que tenham sede operacional na Bélgica, e que quem assegura a sua direção efetiva ou nela trabalhe, à exceção do pessoal interno com funções administrativas ou logísticas, tenha domicílio ou residência habitual na Bélgica, exige, também esta lei que qualquer pessoa que pretenda exercer funções de vigilância obtenha bilhete de identidade belga.

No ordenamento jurídico belga definiam-se, então, no seu Art. 1º como empresa de segurança privada, de vigilância e serviços internos de vigilância:

1. Considera-se empresa de vigilância, para efeitos da presente lei, uma pessoa singular ou coletiva que exerça uma atividade consistente em fornecer a terceiros de modo permanente ou ocasional, serviços de:
  - a) vigilância e proteção de móveis ou imóveis;
  - b) proteção de pessoas;
  - c) vigilância e proteção de transportes de bens;
  - d) gestão de centrais de alarme.
2. Considera-se serviço interno de vigilância, para efeitos da presente lei, qualquer serviço organizado, para necessidades próprias, por uma pessoa singular ou coletiva, em locais acessíveis ao público, sob a forma das atividades enumeradas no n.º 1, alíneas a), b), ou c).

---

<sup>29</sup> Lei de 10 de Abril de 1990



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

3. Considera-se empresa de segurança, para efeitos da presente lei, uma pessoa singular ou coletiva que exerça uma atividade consistente em fornecer a terceiros, de modo permanente ou ocasional, serviços de concepção, de instalação e de manutenção de sistemas e de centrais de alarme.

Mais uma vez o TJUE reiterou que nenhuma destas atividades constitui atividade pública de autoridade, dado não constituir nenhuma delas, normalmente, direta e específica no exercício da autoridade pública.

Reiterou-se, também, que a faculdade que os Estados-membros têm de limitar a livre circulação de pessoas por razões de segurança pública visa manter afastadas pessoas que coloquem em causa perigo para essa segurança e não vedar o acesso a emprego a setores como o da segurança privada.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *2.3 Acórdão do TJUE de 31/05/2001- Comissão/ República Italiana- Processo C- 283/99*

Neste Acórdão situação idêntica às anteriores, a Lei italiana- Decreto Real nº 773, de 18 de Junho de 1931, impunha a necessidade de nacionalidade italiana a empresas que exercessem atividade de segurança privada, bem como a imposição de só ser possível desempenhar a atividade de “ guardas particulares ajuramentados” a quem fosse detentor de nacionalidade italiana.

Também, aqui, é invocado pelo TJUE que estas empresas não desempenham atividades em que desempenhem exercício de autoridade pública, contudo aqui é a própria lei italiana que, desde logo, limita essa possibilidade no seu Art. 134º ao estabelecer que a licença necessária ao exercício da atividade de segurança privada não pode ser concedida para operações que impliquem o exercício de poderes públicos.

Porém, a situação no ordenamento jurídico italiano revela-se algo diferente das anteriores, aqui os guardas particulares ajuramentados estão sujeitos a controlo que passa pela emissão ou privação da licença necessária para o exercício da atividade, que é emitida pela autoridade pública. Estes guardas encontram-se sujeitos ao poder disciplinar do chefe de polícia, prestam juramento que as vincula ao exercício das suas funções na prossecução do interesse geral e sob fidelidade à Republica Italiana. E, desempenham funções de polícia judiciária na prevenção e repressão de delitos, têm poder de detenção em caso de flagrante delito e de levantamento de autos com valor probatório, assim como estão vinculados ao dever de colaboração com as autoridades policiais.

Parece-nos, assim, que, neste contexto, o desempenho de atividades com exercício de autoridade pública está patente, pelo que o entendimento do TJUE quanto à impossibilidade de incluir estas atividades em prerrogativas públicas nos parece de afastar, desde logo, pela sujeição ao poder disciplinar por parte do chefe de polícia e,

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

também, quanto ao direito de detenção e levantamento de autos, aqui as funções não se revelam meramente auxiliares da autoridade pública, mas sim um desenvolvimento das mesmas, em nossa opinião.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### 3. *A segurança como poder público e transferência para privados*

#### 3.1 *Poderes públicos e delegação*

Começamos por nos focar nos poderes e atribuições públicas, o Estado detém atribuições próprias em várias áreas, dado que prossegue fins variados, desde a educação à saúde, passando pela segurança.

Estas atribuições encontram-se expressamente previstas na lei, e o Estado apenas pode agir na medida dessa lei. Por serem vastas, essas atribuições distribuem-se por atribuições principais, auxiliares e de comando, segundo Diogo Freitas do Amaral<sup>30</sup>.

Para o exercício destas funções o Estado recorre aos seus órgãos, que atuam, então, em nome da pessoa coletiva em que se encontrem inseridos. São vários os órgãos estatais, desde o Governo, aos Tribunais, passando, também, pelo Chefe do Estado- Maior General das Forças Armadas, pelos Comandantes- Gerais da Polícia de Segurança pública e da Guarda Nacional Republicana, por exemplo.

Estes órgãos atuam, assim, imbuídos de poderes públicos, no exercício das suas atividades. O conceito de “*poder*” apresenta-se de difícil definição, Marcello Caetano entendia-o como “*a possibilidade de eficazmente impor aos outros o respeito da própria conduta e traçar a conduta alheia*”<sup>31</sup>. No caso de poderes públicos, eles prendem-se com essa possibilidade quando conferida, por lei, a uma entidade que atue prossequindo o interesse público, desta forma os particulares ficam sujeitos a esse poder de autoridade.

Em matéria da sua competência estes órgãos podem delegar a sua competência noutros órgãos ou agentes. De que forma? Através da delegação de poderes.

---

<sup>30</sup> In Curso de Direito Administrativo, 2ª edição, vol. I, Almedina, Maio 2003, pág. 224

<sup>31</sup> In Manual de Ciência Política e Direito Constitucional, 6ª edição, Tomo I Almedina, pág. 5

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

A delegação de poderes opera entre órgãos ou agentes públicos, através deste ato os “*órgãos administrativos normalmente competentes para decidir em determinada matéria podem, sempre que para tal estejam habilitados por lei, permitir (...) que outro órgão ou agente pratique atos administrativos sobre a mesma matéria*”<sup>32</sup>.

Também é possível a delegação de atos de administração ordinária, em matéria de competência de determinado órgão, a favor de um inferior hierárquico, aqui estamos em face da delegação hierárquica (Art. 35º/2, Código de Processo Administrativo).

Portanto, sempre que um órgão normalmente competente, ao abrigo de uma lei habilitante e mediante um ato de delegação permita que outro órgão pratique os seus atos, ele transfere a sua competência para esse outro órgão, mantendo, contudo o órgão delegante o poder de avocar e/ ou revogar atos praticados pelo órgão delegado (Art. 39º/2, Código de Procedimento Administrativo).

E no caso desses mesmos poderes serem transferidos ou atribuídos a particulares? A delegação de poderes não opera. Vejamos, então de que forma sucede.

---

<sup>32</sup> Art. 35º/1, Código de Procedimento Administrativo

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *3.2 Transferência de poderes públicos para privados*

Ocorre, cada vez em maior escala, uma transferência do exercício de funções de natureza pública para as mãos de entes privados, por força da privatização.

Por privatização da Administração Pública, entende Paulo Otero<sup>33</sup>:

*“o exercício por privados ou particulares, de funções de natureza administrativa ou, segundo outra perspectiva, como a transferência para os particulares do exercício de poderes soberanos, normalmente integrando a esfera das autoridades públicas”.*

A privatização pode ocorrer por uma de três vias: por via da lei, de meios jurídicos administrativos ou por meios jurídicos privados. No primeiro caso, sempre que a lei, ao entrar em vigor, o estipule de modo automático. No segundo caso, quando a lei confira à Administração Pública a possibilidade de privatizar, apenas se concretizando se esta assim o entender. E, por último, no terceiro caso quando através duma operação privada o ente público fica sob alçada privada, como acontece quando o capital social de uma empresa pública se privatiza.

Pode dizer-se, então, que o exercício de funções públicas passa, assim, a caber a privados, que, as exercem através da sua atividade privada, mediante autorização ou através de concessão, nos casos em que a atividade seja exercida por privados, mas a titularidade técnica do serviço se mantém pública.

E quanto ao tema em apreço neste trabalho fará sentido aplicar estas figuras à Segurança? Privatiza-se, também, a segurança? E de que forma?

---

<sup>33</sup> Citado na obra “Estudos de Direito de Polícia”, 2º vol., Seminário de Direito Administrativo de 2001/2002, Regência: Jorge Miranda, AAFDL, 2003, pág. 332

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *4. Privatização da segurança*

Quanto à Segurança vimos já, ao longo deste trabalho, que a mesma constitui uma prerrogativa pública, uma garantia do Estado aos seus cidadãos de que é acautelado um seu direito fundamental, por outro lado, falámos, também, da Segurança Privada, do alargamento que se tem verificado das suas competências.

Ora, sendo uma prerrogativa pública colocada à disposição de particulares qual a figura jurídica que sustenta esta transferência?

Como há pouco referimos a delegação de poderes aplica-se entre entes públicos, ora parece aqui afastar-se, dado que as empresas de segurança privada são atores privados. Quanto às figuras da concessão ou da autorização parecem, também, de afastar, dado que nesses casos é a própria atividade que passa para as mãos dos privados, correndo por sua conta e risco, se nos é permitida a expressão. No caso da segurança, a atribuição continua a ser estatal, competência do Estado, que atribui a entes privados, mas que, por um lado, regula o acesso a essa mesma atividade e, por outro, a fiscaliza, colocando-a à sua disposição sempre que haja essa necessidade, então, parece-nos uma situação algo próxima da delegação de poderes prevista no Art. 35º, Código de Procedimento Administrativo, pese embora a dicotomia público/privado. Encontramos semelhança na possibilidade de outro ente realizar uma determinada atividade, que se mantém na esfera, neste caso, do Estado, que detém o poder de a avocar, bem como de revogar os seus atos, desde logo, levando a cabo a fiscalização dos atos de tal entidade.

Na senda dos ensinamentos de Pedro Gonçalves<sup>34</sup> parece-nos o conceito de “delegação de poderes públicos” o conceito mais adequado para definir esta realidade, sendo certa a necessidade de nos desprendermos do conceito de delegação de poderes tipificado no Código de Procedimento Administrativo, dado que estamos fora desse âmbito. Este autor considera a delegação de poderes públicos em entidades privadas uma figura

---

<sup>34</sup> Entidades Privadas com Poderes Públicos- o exercício de poderes públicos de autoridade por entidades privadas com funções administrativas, Almedina, reimpressão da edição de Outubro de 2005

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

jurídica autónoma, dado esse afastamento da figura original da delegação de poderes do Direito Administrativo.

O que se transfere é, então, o exercício de um determinado poder e não o poder por si e em si mesmo, e, contrariamente à delegação prevista no Código de Procedimento Administrativo, aqui basta que a lei atribua uma certa competência a uma entidade privada para que esta a exerça, sem que um órgão administrativo, através duma lei habilitante, a delegue expressamente.

Para que seja válida a transferência destes poderes públicos para entes privados, no âmbito da Segurança, terá que estar cumprido o respeito pelo princípio da legalidade, pela legitimação democrática do particular com poderes públicos e por uma vinculação deste particular ao exercício de poderes públicos com respeito pelos direitos dos cidadãos, como também enuncia Pedro Gonçalves na obra já citada.

Quanto a este último requisito e no caso da Segurança Privada é assegurado pelo poder de fiscalização que o ente público detém, bem como o poder de autorizar o exercício ou o não exercício destas funções por parte das empresas de segurança privada, na medida em que a concessão de Alvará e Licenças passa por estes entes públicos. De resto, a própria CRP, no seu Art. 267º/6 estipula que entidades privadas que exerçam poderes públicos podem ser sujeitas a fiscalização administrativa.

Contudo, mesmo com a garantia desta possibilidade afigura-se-nos a questão: no caso de poderes públicos de autoridade policial será esse controlo o suficiente para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos? Será a função policial privatizável, ainda que nestes termos?

A atividade policial, efetivamente, restringe direitos fundamentais dos cidadãos, quando transferida para os particulares e, mesmo que cumpridos estes requisitos formais, estará em consonância com a CRP e o espírito da Lei?

Cumpra aqui destringer quais as funções e poderes a que nos referimos, dado que a polícia leva a cabo funções administrativas e funções de polícia judiciária, as primeiras



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

garantem a segurança de pessoas e bens através da proteção dos interesses públicos, as segundas visam a investigação criminal, logo, nas segundas a restrição, ou a possibilidade de ter que restringir, direitos fundamentais está inerente à atividade, ao passo que na primeira assim poderá não suceder.

Daqui parece-nos que as funções de polícia administrativa poderão ser delegáveis em particulares, mas já não as de polícia judiciária. Ou seja, parece-nos que um particular está perfeitamente apto a vigiar o acesso a um determinado local privado ou de acesso condicionado e, aí, garantir a segurança das pessoas e dos seus bens, móveis ou imóveis. Desde logo, porque não serão restringidos direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente com recurso a meios coercivos, como o uso da força, que compete apenas ao Estado ou, mesmo a restrição da liberdade, que aos privados apenas compete nos termos gerais, como a qualquer outro cidadão, numa situação de flagrante delito, por exemplo, e apenas e só até à entrega a autoridades policiais. Por outro lado, pensemos nas interceções telefónicas, por exemplo, qual a legitimidade de um privado para as levar a cabo? Mais uma vez estaríamos a permitir que este restringisse direitos fundamentais de outros concidadãos.

Isto para ilustrar que nas relações privadas apenas se podem levar a cabo condutas privadas e no espaço privado, o pessoal de segurança privada pode, legitimamente, tomar a posição de outro privado que lhe atribuiu, por vontade própria essa possibilidade, no sentido de impedir a entrada de outra pessoa na sua própria casa, já situação diferente se passa quando um segurança privado tivesse a seu cargo a possibilidade de impedir o acesso a uma via pública ou proceder a uma detenção de outro particular, munido, então, de um *ius imperii*, que não lhe assiste.

Voltemos ao Art. 272º, CRP, onde no seu número 3 prevê que a prevenção dos crimes apenas se pode fazer com observância das regras gerais de polícia e em respeito dos direitos, liberdades e garantias, sendo tal função policial e devidamente tipificada na lei ( Art. 272º/1 e 2, CRP), significa, então, que não é possível privatizar estas funções

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

específicas, dado que passaria a ser a empresa de segurança privada o órgão estatal competente.

Contudo, atento o REASP essa competência é, igualmente, atribuída a privados.

Miguel Nogueira de Brito<sup>35</sup> levanta a propósito da privatização duas questões distintas: por um lado quando pode o Estado obrigar os privados a proverem à sua própria segurança, suportando, eles próprios esse custo e, por outro, até que ponto está o Estado autorizado a prosseguir as suas próprias tarefas de segurança através de privados e não através de autoridades policiais.

Para o autor a resposta à primeira questão passa pelo facto de os privados apenas exercerem direitos privados que lhes são confiados pelos outros privados que os contratam ou pelo exercício daqueles que a todos assistem, como sejam a legítima defesa, neste caso de terceiro, ficam-lhe vedadas atividades que sejam medidas de polícia, nomeadamente a identificação de pessoas, isto porque a atividade policial e de segurança privada, embora securitária, é diferente entre si, as policias protegem bens privados quando seja necessário obstar à sua subtração ao legítimo proprietário, já que visam garantir a ordem pública. No caso da segurança privada, passa-se o oposto, os bens protegidos são os daqueles particulares em concreto, é o interesse deles que se visa proteger e não o da generalidade da população.

---

<sup>35</sup> In Tratado de Direito Administrativo Especial, volume I, coordenação Paulo Otero e Pedro Gonçalves, Almedina, pag. 302

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### 5. *Guardas de recursos florestais- um bom exemplo de privatização de algumas atividades policiais*

Temos vindo a referir-nos à privatização de funções policiais por força da Lei de Segurança Privada, contudo a lei portuguesa consagra um ótimo exemplo desta possibilidade de privatização, como atrás referimos, o Estado pode delegar funções nos privados, por mero efeito de uma lei, e, assim se passa quanto aos Guardas de Recursos Florestais (GRF).

Aos guardas florestais auxiliares, atualmente GRF, foi conferido o poder de policiamento e fiscalização da caça (nos termos do DL 202/2004, de 18 de Agosto), sendo este guarda um trabalhador de uma entidade privada com a qual mantém uma relação laboral privada.

São recurso essencial da Autoridade Florestal Nacional (AFN), que àqueles recorre para desenvolver as suas atribuições, a saber: *“promover e participar na formulação de políticas cinegéticas, apícolas, aquícolas das águas interiores e ainda as relativas a outros produtos silvestres, coordenar as respetivas ações de desenvolvimento e ainda a promoção e a participação na elaboração de planos globais de gestão e de planos de caça e pesca em águas interiores, situados em áreas do Estado ou sob sua jurisdição”*, de acordo com o DL n° 153/2008, de 8 de Agosto.

Os GRF coexistem, assim, com o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR, sendo que, naturalmente, os militares da GNR que integram o SEPNA estão munidos de autoridade de poder público, são agentes de autoridade que desenvolvem a sua atividade no sentido de conservar e proteger a natureza e o meio ambiente, os recursos hídricos, os solos e a riqueza cinegética, piscícola, florestal ou outra, acrescentando-lhes competência em matéria contraordenacional, sobretudo de investigação e repressão de ilícitos. Ao passo que os GRF são trabalhadores privados, vinculados a uma entidade gestora ou concessionária de caça ou pesca, que exercem

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

funções sem estarem investidos de poder de autoridade, atuando no âmbito de responsabilidade da entidade empregadora, tendo sempre como limite o território continental português.

O regime jurídico aplicável ao exercício da atividade dos GRF está consagrado no DL n°9/2009, de 9 de Janeiro (RJAGRF).

No exercício das suas funções, em matéria de fiscalização ou policiamento, estes GRF, entre outras, verificam a identidade dos caçadores e pescadores (Art. 2º/1, a), RJAGRF), verificam a posse dos documentos exigíveis para o exercício da caça ( Art. 2º/1, b), RJAGRF), tomam as medidas necessárias à preservação de vestígios de infrações na sua área de atuação e participam de imediato aos OPC ilícitos de que tenham conhecimento ( Art. 2º/1, e) e f), respetivamente, do RJAGRF), têm, também, o poder de ordenar aos caçadores que descarreguem as armas, que as afastem do corpo e as coloquem a uma distância nunca inferior a dez metros ( Art. 2º/1, h), RJAGRF).

Estes GRF detêm um vínculo laboral privado. Contudo, a AFN emite o seu parecer quanto a essa contratação, mediante as conclusões resultantes de uma entrevista pessoal realizada pela entidade privada, de acordo com o Art. 3º, RJAGRF.

A atividade das entidades privadas está sujeita a poder de supervisão por parte da AFN que, verificando qualquer incumprimento, o deve comunicar ao membro do Governo responsável pelas florestas (Art. 5º, RJAGRF).

A atuação destes GRF está limitada ao território continental português, como já referimos, e a sua área de intervenção será o espaço físico contido nos limites da área adstrita à zona de caça ou concessão de pesca, sem nunca ultrapassar os cinco mil hectares por cada guarda (Art. 6º, RJAGRF).

É obrigatório o uso de arma de fogo no exercício das suas funções, que é adquirida pela entidade privada gestora ou concessionária, mediante autorização prévia do diretor

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

nacional da PSP, como estatui o Art. 7º, RJAGRF, esta arma só pode ser usada e portada para o exercício das suas funções de guarda e só pode ser transportada para fora da área de intervenção pelo GRF a quem está atribuída ou por responsável pela entidade gestora ou concessionária, sendo que o GRF apenas pode utilizar a arma que esteja averbada no seu cartão de identificação, nos termos do mesmo Artigo.

No exercício das suas funções os GRF devem usar obrigatoriamente farda, cartão de identificação aposto visivelmente e equipamento, sendo a farda e o equipamento definidos em despacho pela AFN, que é responsável pela emissão do cartão de identificação, cuja validade é de um ano, renovável por iguais períodos, tudo isto nos termos do Art. 8º, RJAGRF.

Particularidade interessante é o facto destes guardas serem sujeitos privados, vinculados a uma entidade privada, mas são ajuramentados por uma entidade pública, no caso pelo presidente da AFN ou pela entidade a quem este delegar, como prevê o Art. 9º, RJAGRF.

Estes guardas estão obrigados a colaborar com os OPC e autoridades judiciárias, sendo que se um OPC se encontrar a atuar no exercício das suas competências, os GRF apenas intervêm se lhes for solicitado por aqueles (Art. 11º/1 e 2, RJAGRF), estando obrigados a colaborar no apuramento da verdade.

Em suma, temos uma entidade privada responsável por uma parte do espaço público, que recorre a trabalhadores, também eles, privados para policiar e fiscalizar esse espaço e quem aí se desloca, encontram-se estes guardas obrigados ao uso e porte de arma no exercício das suas funções e têm que ser ajuramentados para exercerem as suas funções. Parece-nos uma privatização mais completa e coerente do que aquela que observamos no REASP, desde logo, no nosso ponto de vista a ajuramentação estabelece uma diferença no regime privado, dado que aquele trabalhador, não obstante privado, vinculou-se expressamente a um compromisso público e de prossecução e garantia desse interesse. Tal situação faz toda a diferença quando este guarda leva a cabo uma

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

função policial, nomeadamente de verificação de identidade e de ordenar condutas aos caçadores, nomeadamente que descarreguem as armas e as afastem do corpo.

Afigura-se-nos um bom exemplo para, com as devidas adaptações, aplicar ao regime da segurança privada.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Capítulo V*

### *1. Ensaio sobre perspectivas futuras*

A atividade de segurança privada tem, então, vindo a desenvolver-se a um ritmo galopante, mesmo em Portugal, um país de brandos costumes, ao consultar-se o Relatório Anual de Segurança Privada (RASP) de 2005, o mesmo identificava o setor da segurança privada como um setor importante da atividade económica portuguesa, sendo constituído por 149 (cento e quarenta e nove) entidades, entre empresas dedicadas à prestação de segurança a terceiros e aquelas que funcionam em autoproteção, totalizando um valor aproximado de 34 400 ( trinta e quatro mil e quatrocentos) vigilantes. No ano seguinte- 2006, o RASP notava já um aumento para 166 entidades e 36 998 (trinta e seis mil novecentos e noventa e oito) vigilantes, um claro e vincado aumento num espaço tão curto de tempo.

Em 2007 passou-se para 203 entidades de segurança privada e 38 874 (trinta e oito mil oitocentos e setenta e quatro vigilantes), de acordo com o RASP 2007. No ano de 2008 e, de acordo com o RASP 2008, o número de vigilantes efetivos aumentou para 38 928, estando, contudo registados 61 392 vigilantes, sendo que a diferença se explica pelo facto da diferença não deter qualquer vínculo de efetividade, quanto ao número de empresas de segurança privada passou para 160. Com algumas oscilações têm vindo estes números a evoluir<sup>36</sup>, até ao RASP 2011 em que existiam 112 empresas e 40 287 vigilantes efetivos.

De facto o setor da segurança privada tem já um peso muito vincado na nossa sociedade e, parece-nos, que continuará a aumentá-lo, não só ao nível do número de empresas, vigilantes ou alvarás emitidos, mas do próprio aumento das suas funções atribuídas à segurança privada.

---

<sup>36</sup> De acordo com quadro integrado no RASP 2011 que se anexa no final deste trabalho.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

O Estado transfere, cada vez em maior escala, as suas funções para entes privados, seja a nível da segurança ou mesmo a outros níveis, o momento delicado que atravessamos do ponto de vista financeiro e social tanto mais o propicia. Haverá que garantir a segurança do coletivo, mas cada vez mais o cidadão terá que acautelar a sua própria segurança, o que pode não se revelar equitativo, sendo, ainda assim o que se pode verificar da evolução dos últimos anos.

A atividade de segurança privada cada vez tem recebido um maior número de atribuições, assumindo uma importância inquestionável, muitas vezes sem que o cidadão comum se aperceba. Por exemplo, um qualquer cidadão que vá assistir a um evento desportivo depara-se com a Segurança Privada e dela usufrui, ou, menos evidente, quando se desloca a uma caixa multibanco, no sentido de levantar um determinado montante não existe a perceção imediata que aquela operação foi possível porque existe um serviço de segurança privada a garantir o transporte e distribuição de moeda.

Sendo certo que estas empresas não estão revestidas de poderes públicos de autoridade, desde logo, porque a lei lhe veda o exercício de funções exclusivamente judiciais ou policiais, elas colaboram com essas entidades que os detêm e, dessa forma, acabam por assumir funções públicas, até porque são chamadas a colocar todos os seus meios sob comando e à disposição da força pública, sempre que intervenham no mesmo espaço físico.

Ao analisar o novo REASP existem elementos que se nos afiguram indicativos de que as atribuições destas empresas vão ser cada vez maiores, atente-se nos seguintes artigos:

Logo no seu Art. 1º, REASP, as medidas de segurança passam, agora, a ser comuns a entes públicos e privados na prevenção da prática de crimes.

No Art. 5º/2, REASP fica vedado às entidades e pessoal de segurança privada, no exercício das suas funções, interferir ou intervir em manifestações e reuniões públicas



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

ou conflitos de natureza política, sindical ou laboral, muito semelhante à restrição imposta aos militares e agentes de forças e serviços de segurança.

A possibilidade de realização de revistas pessoais de prevenção e segurança, ainda que delimitada no tempo, nos termos do Art. 19º2, REASP, também parece para aí apontar, dado que esta era uma função exclusivamente policial, que está a ver o âmbito de atuação privada cada vez mais alargado.

O próprio dever de colaboração (Art. 35º, REASP) também para aí aponta como atrás referimos, uma vez que se os meios humanos das empresas de segurança privada são colocados à disposição das entidades públicas, então, poderão desenvolver atividades públicas.

Caminhamos, em nosso entender, gradualmente, para uma privatização da função policial ou de parte significativa da mesma. O Estado manterá sempre um papel relevante neste âmbito, desde logo de fiscalizador, mas coadjuvado por entes privados. Acompanhamos neste ponto o raciocínio de Norberto Rodrigues quando diz que “*a polícia concentra, tendencialmente, a sua atenção nos domínios da segurança interna que constituem o cerne da soberania, ou seja, nas competências impossíveis de ser desempenhadas por outros atores*”<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> In obra citada, pág. 123

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### 2. *Resposta às questões que nos propusemos*

#### **Está o Estado a demitir-se da sua função de prestação e garante de uma sua função essencial a favor dos privados?**

A segurança, como já ficou ilustrado atrás, constitui uma tarefa fundamental do Estado, que lhe impõe, como dever perante o cidadão, que garanta que existe uma força pública capaz de contribuir para a manutenção da sua segurança individual e da segurança da coletividade, foi, de resto, neste fito que parte da liberdade individual foi cedida ao Estado pelo contrato social.

O Estado detém o monopólio do uso da força justamente para se encontrar em condições de garantir a segurança das pessoas, através da Polícia, sustentada pelos impostos dos cidadãos, com o intuito de garantir que todos usufruem dela.

O Estado está a colocar estas prerrogativas cada vez mais no lado dos privados, transferindo as suas responsabilidades para estes entes, talvez esta seja uma das formas como, ele próprio, contribui para gerar mais insegurança, dado que uma franja populacional não terá como recorrer a meios privados de segurança, e aí vai estar em causa, inicialmente, a segurança dessas pessoa e depois acabará por se alastrar a outras e passará a um fenómeno de ordem pública onde será chamada a intervir a força policial pública.

Contudo, o que o Estado transfere é o exercício de uma ou outra atribuição e não a própria atribuição de per si, essa mantém-se na esfera estatal, que a continua a deter e a exercer sob a forma de poder de fiscalização e autorização a que se exerça e de que forma.

O Estado chama, assim, os privados a contribuírem para a segurança da coletividade, balizados por limites que o próprio Estado lhes impõe e sempre em respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos demais.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Não há, assim, uma transferência de poderes, mas uma alteração na forma como o Estado presta essa garantia ao cidadão, na medida em que deixa de ser um Estado prestador e torna-se num Estado regulador.

### **Estando é legítima tal privatização? Nomeadamente à luz da CRP?**

Como atrás referimos transfere-se um exercício do poder e não o poder por si mesmo. Nessa situação a CRP estaria a ser violada grosseiramente, dado que ao ser uma tarefa do Estado passaria a ser realizada em espaço público por entes privados.

O exercício da segurança privada deve ocorrer em local vedado ao público ou de acesso condicionado, agindo, aí, subsidiariamente ao poder público. Sempre sem recurso ao uso da força, que se mantém na esfera pública.

Esta atividade tem sempre que agir em respeito pelos direitos fundamentais e sem o exercício de qualquer tipo de função policial.

Nestes termos está legitimado o exercício da segurança privada em complemento da segurança pública.

No atual quadro legislativo apresentamos algumas reservas quanto à possibilidade da realização de revistas por estes entes, mesmo que apenas revistas de prevenção e segurança, na medida em que está a ser restringido um direito fundamental, o que só pode ser feito nos casos expressamente previstos na CRP (Art. 18º/2, CRP) e a dado passo essa revista pode tornar-se uma medida policial, caso se detete a presença da prova de um crime, por exemplo, e quem a estava a realizar não apresenta competência nessa área.

Também quanto à prevenção do crime e utilização de medidas de segurança similares entre entes públicos e privados se nos afiguram algumas reservas, por força do Art.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

272º/2, CRP, que estabelece que a prevenção criminal só pode fazer-se com observância das regras gerais de polícia.

Nestes dois pontos e, não obstante ser o exercício do poder público que é transferido e não o próprio poder público, parece-nos adequado que sejam levados a cabo por entes públicos, revestidos de poderes policiais, até porque a situação pode tenuemente resvalar para campo policial e, desta forma, estão acautelados, ad inicio, todos os direitos dos particulares.

Em pontos como vigilância, acompanhamento e demais não nos parece que esteja colocada em causa a Constituição e é, até, salutar essa coexistência pública e privada.

### **Qual o papel da Segurança Privada enquanto ente no qual se privatizam funções policiais?**

A segurança privada quando recebe a delegação de poderes públicos, que sejam delegáveis em privados, assume um papel de destaque no quadro da segurança interna, dado que a segurança de cada um vai contribuir para a garantia da segurança da coletividade, complementa as forças públicas de autoridade aliviando-as nas tarefas que, pela sua natureza, não exijam o exercício de uma tarefa policial, permitindo, assim, libertar recursos públicos, para onde efetivamente estes se justificam.

Agindo subsidiariamente às entidades públicas, as entidades privadas dão um contributo muito valioso em termos de manutenção de sentimento de segurança, mas contudo sem nunca se poderem ingerir em atividades policiais.

O exercício de funções que lhes é concedido está sempre sujeito a fiscalização e autorização, por parte da entidade delegante- o Estado.

Sendo subsidiárias à autoridade policial estes serviços têm sempre que se colocar à disposição humana e técnica destas autoridades, sujeitando-se ao seu comando, sempre

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

que se torne necessário. Avocando o Estado a si o exercício dessas atribuições sempre que se mostre necessário, por forma a garantir o interesse da coletividade.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *Conclusões*

Chegados ao termo deste trabalho e após exposta esta vertente de privatização de funções policiais, portanto a transferência da responsabilidade do exercício de poderes públicos para empresas privadas, cumpre concluir que, antes de mais, importa reter que o que aqui está em causa não é a privatização total e absoluta das funções policiais, mas apenas do exercício de algumas das suas atribuições.

Sim, o que se transfere é o exercício da atribuição e não a atribuição em si, sob pena de aí, estarmos, igualmente, em face de uma privatização total destas funções.

O termo “ polícia” tem vários sentidos, consoante a tarefa que esteja em causa, em sentido funcional – quando está em causa atividade que controle condutas através de atos de autoridade, em sentido institucional ou orgânico- quando pensamos nos serviços que exerçam maioritariamente uma atividade policial. No caso da polícia administrativa prende-se com o exercício por sujeitos da Administração de funções, que vinculam os particulares.

Nem todos estes sentidos admitem privatização, sob pena de, no caso da polícia em sentido orgânico, por exemplo, privatizarmos o próprio órgão público e todo o seu poder.

Quando ocorre a privatização do exercício de funções policiais ela nunca é plena, desde logo a fiscalização fica a cargo da autoridade pública e a respetiva regulação do exercício daquela atividade.

É sempre garantido o exercício e manutenção de direitos fundamentais, já que quando eles estão em causa não é possível a privatização.

A privatização do exercício de algumas funções não provoca rutura com o ente estatal, dado que ele passa de prestador para regulador.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Não obstante todos os limites, a segurança privada, em respeito das mesmas, está a ganhar cada vez mais atribuições.

Parece-nos útil rever o processo de privatização securitária e beber inspiração na figura do GRF ou na Segurança privada italiana e conceder poderes mais efetivos aos privados, isto porque conceder-lhes a possibilidade de exercer alguns poderes e depois ter a necessidade de intervir a autoridade pública, leva-nos a uma falácia de aproveitamento de meios humanos.

No caso das revistas de prevenção e segurança à entrada de recintos desportivos, por exemplo, criem-se equipas mistas sob o comando de um elemento policial e obste-se, desta forma, a invalidar atos ou provas de que se possa ter conhecimento.

Privatizando os exercícios de poder público privatizáveis, abre-se caminho a que a segurança pública esteja mais liberta para esse fim e não tenham todos os privados de suportar os custos da segurança de uma parte da sociedade.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Bibliografia*

### *1. Livros e publicações periódicas*

ALVES, Armando Carlos, “Introdução à Segurança”, Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana, Lisboa, 2010;

ANDRADE, José Carlos Vieira de, “Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976”, 3ª edição, Coimbra, Almedina, Outubro, 2004;

AMARAL, Diogo Freitas do, “*Curso de Direito Administrativo*”, Volume I, Coimbra, Almedina, 2003;

BARRETO, Irineu Cabral, “A Convenção Europeia dos Direitos do Homem Anotada”, 4ª edição revista e atualizada, Coimbra Editora Wolters Kluwer, Novembro, 2010

CANAS, Vitalino; “A actividade de Polícia e a Proibição do Excesso: as Forças e Serviços de Segurança em Particular”, in Estudos de Direito e Segurança, coordenação GOUVEIA, Jorge Bacelar e PEREIRA, Rui, Almedina, Março 2007, pág. 445 e seguintes;

CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital, “Constituição da República Portuguesa Anotada”, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1993;

CARRASCO, Manuel, “La Seguridad privada: régimen jurídico-administrativo”, Valladolid, Lex Nova, 2004

CARVALHO, João Soares, “A Metodologia nas Humanidades Subsídios para o Trabalho Científico”, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1994;

CORREIA, Sérvulo, “Polícia”, Separata do VI Volume Dicionário Jurídico da Administração Pública, Dezembro, 1994;



## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

COSTA, José António Vilhena Pereira da, “ A privatização dos Serviços de Polícia Administrativa”, in Estudos de Direito de Polícia, 2º Volume, regência MIRANDA, Jorge, Seminário de Direito Administrativo de 2001/2002, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2003, pág. 325 e seguintes;

DIAS, Mário Gomes, “ Limites à atuação das forças e serviços de segurança”, in Polícia e Justiça, Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, Publicação Semestral, Julho- Dezembro 2005, III Série, nº6, pág. 21 e seguintes;

FEITEIRA, Alice Mendes, “ Uma concepção integrada de segurança no domínio das políticas públicas: tópicos de reflexão”, in Estudos de Direito e Segurança, Volume II, Coordenação: GOUVEIA, Jorge Bacelar, Almedina, Outubro 2012, pág. 7 e seguintes

FERNANDES, Luís Fiães, “ A Insegurança e as Políticas Públicas de Segurança”, in Estudos de Direito e Segurança, Volume II, Coordenação: GOUVEIA, Jorge Bacelar, Almedina, Outubro 2012, pág. 307 e seguintes;

FRIAS, João, “ O Regime jurídico da segurança privada em Portugal”, in Estudos de Direito e Segurança, Volume II, Coordenação: GOUVEIA, Jorge Bacelar, Almedina, , Outubro 2012, pág. 167 e seguintes;

GOMES, Paulo Valente, “ Reflexões sobre o novo quadro da Segurança Interna e o Papel da Segurança Privada”, in Estudos de homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo, Coordenação: VALENTE, Manuel Guedes, Coimbra, Almedina, 2008, pág. 595 e seguintes;

GONÇALVES, Maia, “ Código de processo penal anotado legislação complementar”, 13ª edição, revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2002

GONÇALVES, Pedro, “ Entidades privadas com poderes públicos o exercício de poderes públicos de autoridade por entidades privadas com funções administrativas”, reimpressão da edição de Outubro 2005, Coimbra, Almedina

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

JESUS, Francisco Marcolino, “ Os Meios de Obtenção da Prova em Processo Penal”, Almedina, 2011

LEANDRO, José Eduardo Garcia, “ O Estado, o Cidadão e a Segurança. Nova Soluções para um novo paradigma”, in Revista Segurança e Defesa, nº2, Loures, pág. 12 e seguintes;

MARQUES, António Oliveira, “ As empresas de segurança privada”, Revista Segurança e Defesa, nº2, Loures;

MASCARENHAS, Orlando Jorge, “ Segurança, Políticas e Polícias”, in Ensaios e Estudos Investigação Criminal;

MIRANDA, Jorge, regência, “ Estudos de Direito de Polícia”, 2º Volume, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2003;

-----, “ Direitos Fundamentais Introdução Geral Apontamentos das Aulas”, Lisboa, 1999;

-----, “ Manual de Direito Constitucional, Tomo II- Constituição”, 6ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2007;

-----, MEDEIROS, Rui, “ Constituição Portuguesa Anotada”, Tomo I, Coimbra Editora, 2005

-----, “ Tomo IV- Direitos Fundamentais, 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2008;

-----, “ Manual de Direito Constitucional, Tomo VI- Inconstitucionalidade e garantia da Constituição”, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2008;

NOVAIS, Jorge Reis, “ Direitos Fundamentais trunfos contra a maioria”, Coimbra Editora, Setembro 2006;

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

OTERO, Paulo e GONÇALVES, Pedro, BRITO, Miguel Nogueira de “ Tratado de Direito Administrativo Especial”, volume I, Almedina- Direito de Polícia

PEREIRA, Rui, “ A Segurança na Constituição”, in Estudos de Direito e Segurança, Volume II, Coordenação: GOUVEIA, Jorge Bacelar, Almedina, Outubro 2012, pág. 409 e seguintes;

POIARES, Nuno Barros; “ Novos horizontes para a Segurança Privada”, in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo, Coimbra, Almedina, 2008, pág. 579 e seguintes;

RAMALHO, Gonçalo; “ Futebol e polícia necessidade de mudança”, in Separata da Revista Polícia Portuguesa, Ano LXIV II série Bimestral nº130, Julho- Agosto 2001, pág. 2 e seguintes;

RODRIGUES, Norberto Paulo Gonçalves, “ A Segurança privada em Portugal Sistema e Tendências”, Coimbra, Almedina, Dezembro 2011;

SOUSA, António Francisco de, “ Regime jurídico e Organização dos Serviços de Segurança Privada em Portugal”, AEFDP, 1998

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, “ Constitucionalização da segurança limites às (novas) tendências privadas”, Revista Segurança e Defesa 8, Outubro- Dezembro 2008, pag. 60 e seguintes;

-----, “ Teoria Geral do Direito Policial”, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2009

-----, “ Revistas e Buscas”, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2005

VEIGA, Paula Margarida Santos, “ Segurança e direitos fundamentais dos cidadãos Os direitos dos cidadãos como fim e limite da atividade de segurança”, in Revista trimestral GNR, Pela Lei e Pela Grei, nº1/2001;

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### *2.1 Edições on line*

MARINS, Vinicius; “ Contratação de serviços de segurança privada pela administração pública: uma análise à luz da moderna privatização de poderes administrativos”, in Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Janeiro-Março 2010, v. 74-n.1 ano XXVIII;

COELHO, Fernando da Cruz, “ Análise da política institucional da segurança privada- um estudo comparado”, Centro de estudos de criminalidade e segurança pública, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006;

Tomé, Luís "Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, N.º 1, Outono 2010

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### 2.2 Links

<http://eur-lex.europa.eu/JURISByNumber.do?year=2013> (consultado a última vez a 11/07/2013)

Consultados em 24/06/2013:

[http://debates.parlamento.pt/Constituicoes\\_PDF/CRP-1822.pdf](http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/CRP-1822.pdf)

[http://debates.parlamento.pt/Constituicoes\\_PDF/II%](http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/II%)

<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf>

[http://debates.parlamento.pt/Constituicoes\\_PDF/CRP-1911.pdf](http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/CRP-1911.pdf)

[http://debates.parlamento.pt/Constituicoes\\_PDF/CRP-1911.pdf](http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/CRP-1911.pdf)(consultado

<http://dre.pt/util/pdfs/files/dudh.pdf>

<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/32007X1214/htm/C2007303PT.01000101.htm>

[http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/teses\\_monografias/monografia\\_FernandoCruzCoelho.pdf](http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/teses_monografias/monografia_FernandoCruzCoelho.pdf) (consultado em 08/07/2013)

<http://www.securitas.com/PageFiles/53381/Revista%20Securitas%20Edi%C3%A7%C3%A3o%2072.pdf> (consultado a última vez em 27/11/2013)

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19920188.html> (última consulta em 28/11/2013)

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20020255.html>(última consulta em 27/11/2013)

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## ***2.3 Relatórios***

Relatório Anual de Segurança Privada 2005

Relatório Anual de Segurança Privada 2006

Relatório Anual de Segurança Privada 2007

Relatório Anual de Segurança Privada 2008

Relatório Anual de Segurança Privada 2009

Relatório Anual de Segurança Privada 2010

Relatório Anual de Segurança Privada 2011

## ***2.4 Legislação consultada***

Constituição Federal Brasileira

Constituição da República Portuguesa

Código de Procedimento Administrativo

Código de Processo Penal

Convenção Europeia dos Direitos do Homem

Declaração Universal dos Direitos do Homem

Decreto- Lei 35/2004, 21 de Fevereiro

Decreto-Lei 282/86, 5 de Setembro

Decreto-Lei 276/93, 10 de Agosto

Decreto-Lei 231/98, 22 de Julho

Decreto- Lei 9/2009, de 9 de Janeiro

Lei nº 53/2008, 29 de Agosto

Lei nº 34/2013, 16 de Maio

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

Lei nº 49/2008, de 27 de Agosto

Lei nº 39/2009, de 30 de Julho

Lei nº 23/1992, de 30 de Julho

Portaria 1522-B/2012, 20 Fevereiro

Portaria 1522-C/2002 , 20 Dezembro

Portaria 1084/2009, 21 de Setembro

Portaria 1085/2009, 21 de Setembro

Tratado da CE

Ley 23/1992, 30 Julho (espanhola)

Lei nº7.102, de 20 de Junho de 1983 (brasileira)

Portaria 3.233, 10 Dezembro 2012 (brasileira)

Portaria 214/89 (brasileira)

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## *Anexos*



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

2011

Junho 2012



# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

---

### Índice

Nota introdutória.....	3
1. Introdução .....	4
2. Licenciamento.....	5
2.1. Caracterização geral do regime de licenciamento .....	5
2.2. Licenciamento de entidades privadas prestadoras de serviços de segurança privada .....	6
2.3. Licenciamento de entidades com serviços de autoprotecção .....	7
2.4. Entidades formadoras.....	9
2.5. Pessoal de vigilância .....	10
3. Regulação .....	12
3.1. Medidas legislativas em 2011 .....	12
3.2. Matriz de regulação.....	12
3.3. Não conformidades detectadas .....	12
3.4. Autorizações de revista e buscas de prevenção e segurança .....	13
4. Fiscalização e Investigação .....	14
4.1. Prioridades .....	14
4.2. Acções de Fiscalização .....	14
4.3. Movimento processual .....	16
5. Sistema Integrado de Gestão de Segurança Privada (SIGESP).....	18
6. Conclusões .....	20

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

## Nota introdutória

A atividade de Segurança Privada tem, nos termos do respectivo quadro legal, uma função subsidiária e complementar da atividade das forças e serviços de segurança pública do Estado.

O relatório anual sobre as atividades de segurança privada é elaborado pelo Conselho de Segurança Privada, no quadro das competências previstas no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, enquanto órgão de consulta do Ministro da Administração Interna.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

---

### 1. Introdução

O ano de 2011 representou, em muitos aspetos, a continuidade da consolidação de importantes medidas adotadas no quadro da reforma legal que tem sido operada desde 2008.

O presente relatório completa dois grandes objetivos:

- Por um lado apresentar uma caracterização do sector, tendo por base o balanço das atividades desenvolvidas em sede de licenciamento, controlo e fiscalização;
- Por outro, e em face dos problemas detetados, apresentar uma visão dos principais problemas e quais as medidas implementadas.

De acordo com os indicadores disponíveis, a segurança privada em Portugal constitui um sector de atividade importante.

Os dados analisados permitem também indiciar a existência de fragilidades no quadro legal e na qualidade dos serviços que são prestados, e sobre quais têm sido analisadas e implementadas medidas corretivas no quadro da regulação.

Com efeito, assumindo um papel complementar e subsidiário das forças e serviços de segurança do Estado, no quadro da política de segurança interna, importa reconhecer a crescente importância que assume, em resultado das solicitações dos cidadãos visando aumentar a sua segurança e qualidade de vida.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

---

### 2. Licenciamento

#### 2.1. Caracterização geral do regime de licenciamento

A atividade de segurança privada, tal como caracterizada no respetivo regime jurídico<sup>1</sup>, abrange a prestação de serviços a terceiros por entidades privadas com vista à proteção de pessoas e bens, bem como à prevenção da prática de crimes, assim como a organização, por quaisquer entidades e em proveito próprio, de serviços de autoproteção com a mesma finalidade.

A titularidade da autorização para o exercício da atividade de segurança privada traduz-se na emissão de *alvará* (para entidades prestadoras de serviços a terceiros) e de *licença* (para as entidades que organizem em proveito próprio serviços de autoproteção).

São também objeto de licenciamento o pessoal de vigilância com a emissão do respetivo cartão profissional e as entidades formadoras que ministram os cursos regulados no âmbito da atividade de segurança privada, titulado pela emissão de *autorização*.

Os serviços previstos em cada um dos alvarás ou licenças correspondem às seguintes tipologias<sup>2</sup>:

- a) A vigilância de bens móveis e imóveis e o controlo de entrada, presença e saída de pessoas, bem como a prevenção da entrada de armas, substâncias e artigos de uso e porte proibidos ou suscetíveis de provocar atos de violência no interior de edifícios ou locais de acesso vedado ou condicionado ao público, a que corresponde o *alvará ou licença A*;
- b) A proteção pessoal, sem prejuízo da competência exclusiva atribuída às forças de segurança, a que corresponde o *alvará ou licença B*;
- c) A exploração e a gestão de centrais de receção e monitorização de alarmes, a que corresponde o *alvará ou licença C*; e
- d) O transporte, a guarda, o tratamento e a distribuição de valores, a que corresponde o *alvará ou licença D*.

Relativamente ao pessoal de vigilância, o respetivo licenciamento consiste na atribuição de cartão profissional que titula a satisfação dos requisitos especiais de acesso à atividade e a frequência de ações de formação específicas.

As categorias de pessoal de vigilância criadas, as diferentes categorias previstas são<sup>3</sup>:

---

<sup>1</sup> cf. art. 1.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de fevereiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro.

<sup>2</sup> Cf. art. 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de fevereiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro.

<sup>3</sup> Cf. Portaria n.º 1084/2009, de 21 de Setembro.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

- a) Coordenador de segurança;
- b) Vigilante ou segurança;
- c) Segurança-porteiro;
- d) Porteiro;
- e) Assistente de recinto desportivo;
- f) Assistente de recinto de espetáculos;
- g) Vigilante de proteção e acompanhamento pessoal;
- h) Vigilante de transporte de valores;
- i) Vigilante de segurança aeroportuária.

Quanto às entidades formadoras, o objeto do licenciamento corresponde à autorização para a realização dos cursos ou módulos regulados, nos quais se enquadram:

- a) Os módulos previstos nas Portarias n.º 64/2001 e n.º 1325/2001, de 31 de Janeiro e de 4 de Dezembro, respetivamente, – pessoal de vigilância e de acompanhamento, defesa e proteção de pessoas;
- b) Os módulos previstos na Portaria n.º 1522-B/2002, de 20 de Dezembro – assistentes de recinto desportivo;
- c) O curso previsto na Portaria n.º 1142/2009, de 2 de Outubro – diretor de segurança;
- d) O curso previsto na Portaria n.º 181/2010, de 26 de Março – coordenador de segurança.

## 2.2. Licenciamento de entidades privadas prestadoras de serviços de segurança privada

Em 31 de Dezembro de 2011 existiam licenciadas 112 empresas de segurança, titulares de 173 alvarás.

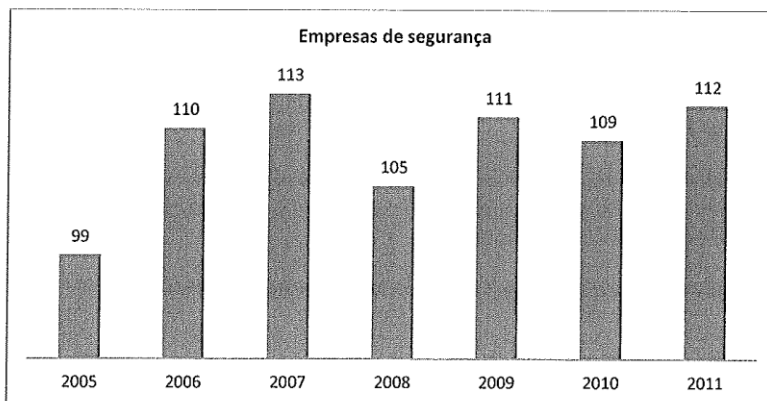


Ilustração 1 - Empresas de Segurança

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

Relativamente a 2010 registou-se uma taxa de crescimento de 2,75% relativamente ao ano anterior.

Durante o ano de 2011 foram autorizados 17 alvarás.

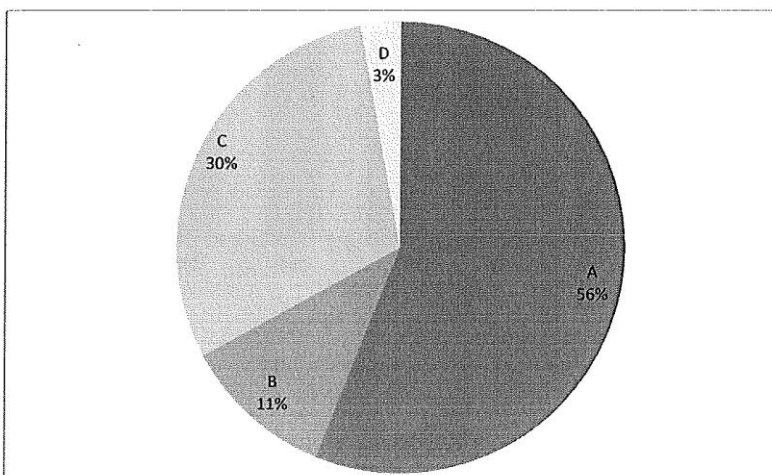


Ilustração 2 Tipologia de alvarás

Quanto ao tipo de alvará, 56% (97) correspondem aos serviços titulados pelo alvará A, 30% (52) ao alvará C, 11% (19) ao alvará B e 3% (5) ao alvará D.

### 2.3. Licenciamento de entidades com serviços de autoproteção

Os serviços de autoproteção referidos na alínea b) do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, devem ser organizados com recurso exclusivo a trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho com entidade titular da respetiva licença<sup>4</sup>.

Em 31 de Dezembro de 2011 existiam 80 entidades com serviços de autoproteção, titulares de 91 licenças.

---

<sup>4</sup> Cf. art. 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de fevereiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

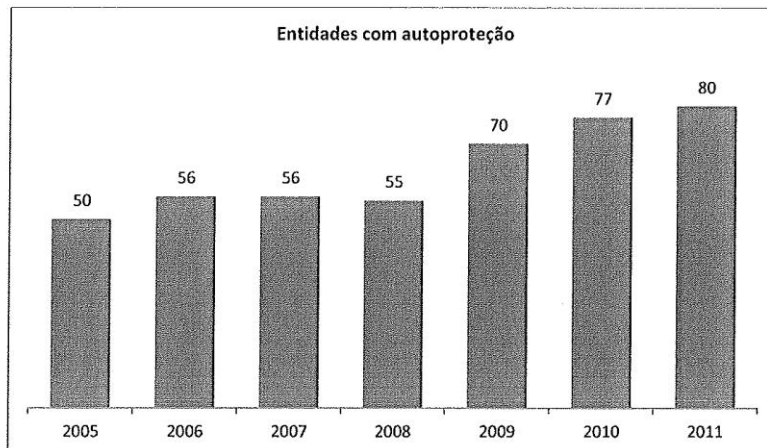


Ilustração 3 - Entidades com autoproteção

A tendência é de crescimento positivo, sendo que em 2011 o crescimento foi de 3,90% relativamente ao ano anterior.

Durante o ano de 2011 foram emitidas 10 licenças.

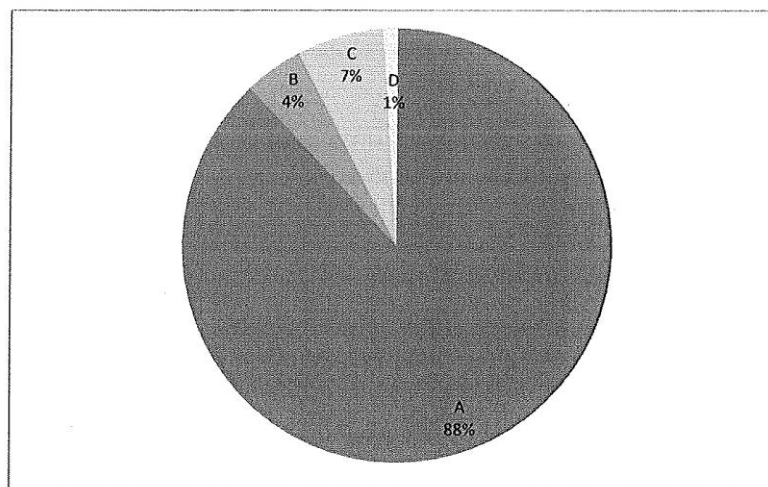


Ilustração 4 - Tipologia de licenças

Relativamente ao tipo de licença, 88% (80) correspondem aos serviços titulados pela licença A, 7% (6) à licença C, 4% (4) à licença B e 1% (1) à licença D.



# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

#### 2.4. Entidades formadoras

Em 31 de Dezembro de 2011 existiam 93 entidades formadoras autorizadas, detentoras de 129 autorizações.

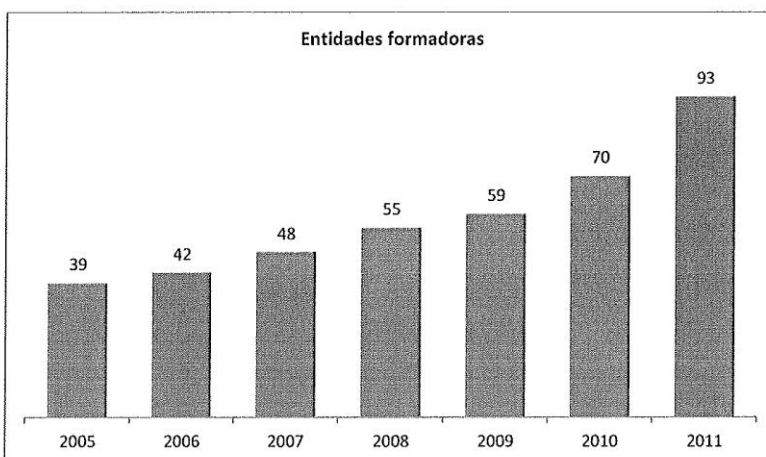


Ilustração 5 - Entidades formadoras

A tendência verificada é de crescimento positivo, sendo que em 2011 a taxa de crescimento foi de 32,86% relativamente ao ano anterior.

Durante o ano de 2011 foram emitidas 17 autorizações.

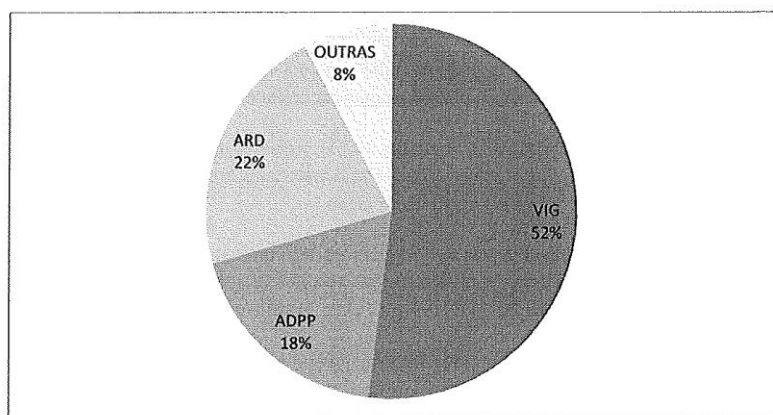


Ilustração 6 - Tipologia das autorizações



# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

Relativamente ao tipo de autorização, 52% (67) correspondem aos módulos 3, 4 e 6 da formação de vigilantes (VIG), 22% (28) ao curso de formação de assistente de recinto desportivo (ARD), 18% (24) de formação de vigilantes de proteção e acompanhamento pessoal (ADPP) e 8% (10) à formação de diretores de segurança e docentes dos cursos de assistente de recinto desportivo.

### 2.5. Pessoal de vigilância

Em 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se registados como ativos 40 287 vigilantes ativos.

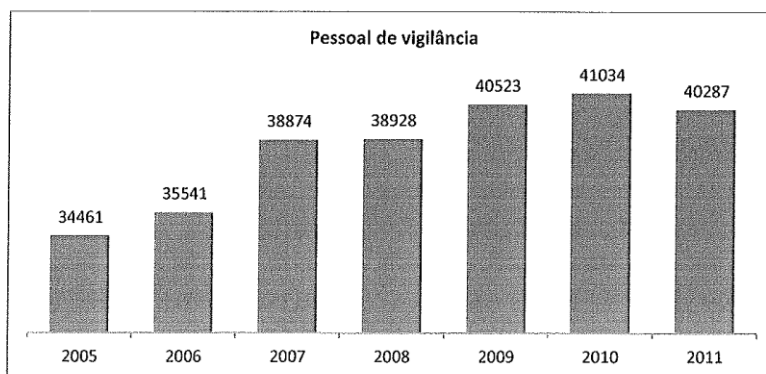


Ilustração 7 - Pessoal de vigilância

Este valor representa, em relação a 2011, uma variação negativa de 1,82%.

O conceito de ativo corresponde a um vigilante de segurança privada titular de cartão profissional válido e vinculado por contrato de trabalho a uma entidade prestadora de serviços de segurança privada ou a entidade autorizada a organizar serviços de autoproteção.

Além destes vigilantes encontravam-se registados 17 711 vigilantes inativos (não vinculados a entidade prestadora de serviços de segurança privada), mas cujos cartões profissionais ainda se encontravam dentro do respetivo período de validade.

Durante o ano de 2011 foram autorizados 5676 novos cartões profissionais e renovados 7787, sendo emitidas as correspondentes guias de substituição em resultado de dificuldades técnicas com o novo sistema informático.

Os novos cartões profissionais autorizados corresponderam a um aumento de 4981 pessoas que passaram a estar autorizadas a exercer a atividade profissional de segurança privada.

No mesmo período foram cancelados os cartões profissionais a 5651 cidadãos. Estas situações resultaram de 4 causas diretas:

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

---

- a) Caducidade do respetivo cartão profissional;
- b) Indeferimento do pedido de renovação por não se encontrarem reunidos os requisitos legais;
- c) Cassação do respetivo cartão profissional em resultado de decisão judicial ou, por ter sido detetado que os mesmos deixaram de reunir os requisitos previstos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro; e
- d) Inibição do exercício da atividade (máximo de 2 anos) em resultado de sanção acessória aplicada em processo de contraordenação.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

---

### 3. Regulação

#### 3.1. Medidas legislativas em 2011

Durante o ano de 2011 foi publicado o Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, o qual procedeu à republicação do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de fevereiro. A alteração resultou da extinção dos governos civis.

#### 3.2. Matriz de regulação

Durante o ano de 2011 foi aplicada a matriz de regulação da atividade de segurança privada consolidada em 2010.

Esta matriz constitui o documento base da ação desenvolvida pelo Departamento de Segurança Privada e assenta em três pilares fundamentais.

Em *primeiro lugar*, a proteção de direitos fundamentais, como a vida, a integridade física, mantendo o Estado o monopólio da violência legítima e a clara distinção entre segurança pública e segurança privada.

Em *segundo lugar*, a efetiva qualidade dos serviços prestados e a responsabilização pela eventual violação de direitos e bens fundamentais.

Em *terceiro lugar*, que exista uma competição de mercado baseada num quadro mínimo de padrões éticos e autorreguladores, bem como referenciais de qualidade de formação e profissionalização dos serviços que constituem a oferta do mercado.

#### 3.3. Não conformidades detetadas

No quadro da função de controlo da atividade destacam-se os principais problemas detetados:

- a) Existência de vigilantes na qualidade de prestadores individuais de serviços de segurança a entidades titulares de alvará, quando, no termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, os mesmos devem estar vinculados por contrato de trabalho;
- b) Uso indevido de uniformes autorizados, nos quais se enquadram dois tipos de situações detetadas: por um lado, pessoal de vigilância que faz uso de uniformes de empresas às quais não estão vinculados, situação especialmente detetada em espaços de diversão noturna; por outro, a extensão do uso dos uniformes aprovados para o pessoal de vigilância a outros trabalhadores (administrativos, auxiliares) gerando para

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

o cidadão confusão na distinção entre pessoal de vigilância e outros trabalhadores da mesma entidade;

- c) Incumprimento dos deveres especiais a que estão obrigadas as empresas titulares de alvará ou licença, incluindo a prova de cumprimento das obrigações fiscais, e das relativas à Segurança Social;
- d) Incumprimento dos planos de formação, no que concerne às cargas horárias mínimas dos cursos, requisitos dos locais e a existência de protocolos com entidades formadoras não autorizadas. Neste âmbito, foram detetadas também entidades formadoras indiciadas de burla relativa aos serviços de formação prestados;
- e) A existência de publicidade e a realização de ações de formação nos quais se incluem componentes típicas dos serviços designados por “segurança privada do tipo militar”, cujos fins divergem do quadro regulado, induzindo quem os frequenta que a mesma constitui formação suficiente para o exercício da atividade de segurança privada;
- f) A ausência de livro de registo de atividades ou o seu não preenchimento, tendo sido detetadas situações de ausência de contrato de prestação de serviços ou de emissão de faturas, tal como exigido legalmente, bem como a não conformidade entre a prestação de contas e os valores dos serviços prestados a terceiros,
- g) A utilização de armas de fogo, sem que haja autorização expressa da entidade patronal comunicada ao Departamento de Segurança Privada, nos termos do artigo 14.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, com a redação introduzida pela Lei n.º 38/2008, de 8 de Agosto.

#### 3.4. Autorizações de revista e buscas de prevenção e segurança

O artigo 6.º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 38/2008, de 8 de Agosto, prevê, mediante autorização expressa do Ministro da Administração Interna e por um período delimitado no tempo, que o pessoal de vigilância devidamente qualificado no controlo de acesso a locais de acesso vedado ou condicionado ao público que justifiquem proteção reforçada, possa efetuar revistas pessoais e buscas de prevenção e segurança.

Durante o ano de 2011 foram instruídos 40 processos, dos quais foram autorizados 21.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

---

#### 4. Fiscalização e Investigação

##### 4.1. Prioridades

Em face das situações detetadas foi objetivo operacional em 2011 aumentar a taxa de fiscalização em 5% relativamente ao ano anterior.

As prioridades de ação tiveram em linha de conta os riscos e ameaças identificados, bem como as vulnerabilidades identificadas no sistema de regulação da atividade de segurança privada e que serão objeto de análise no presente documento.

Genericamente a matriz de prioridades teve por base os seguintes indicadores, por ordem de importância e impacto:

- a) Exercício ilegal de segurança privada, ou fora das condições legais, em estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço de dança ou onde habitualmente se dance, sujeitos ao regime do Decreto-Lei n.º 101/2008, de 16 de junho, bem como a criminalidade associada;
- b) Violações a direitos fundamentais de cidadãos em grandes superfícies comerciais;
- c) Práticas inseridas na esfera de competências reservadas a forças e serviços de segurança e órgãos de polícia criminal;
- d) Entidades licenciadas com práticas reiteradas de incumprimento das suas obrigações fiscais e relativas à segurança social, bem como a prática de preços anormalmente baixos;
- e) Formação profissional fora das condições legais;
- f) Redução da pendência processual em processos de contraordenação;
- g) Posse de armas proibidas;
- h) Revistas pessoais fora das condições autorizadas ou não autorizadas;
- i) Falta de registo criminal de cidadãos estrangeiros;
- j) Vulnerabilidades do transporte de valores;
- k) Falta do uso de uniforme e cartão profissional;
- l) Utilização de canídeos fora das condições legais;
- m) Necessidade de proteção de dados pessoais em centrais de receção e monitorização de alarmes;
- n) Ausência de contacto permanente.

##### 4.2. Ações de Fiscalização

Durante o ano de 2011 foram realizadas um total de 7472 ações de fiscalização.

Este valor representou face ao ano de 2010 um crescimento de 6,80%.

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

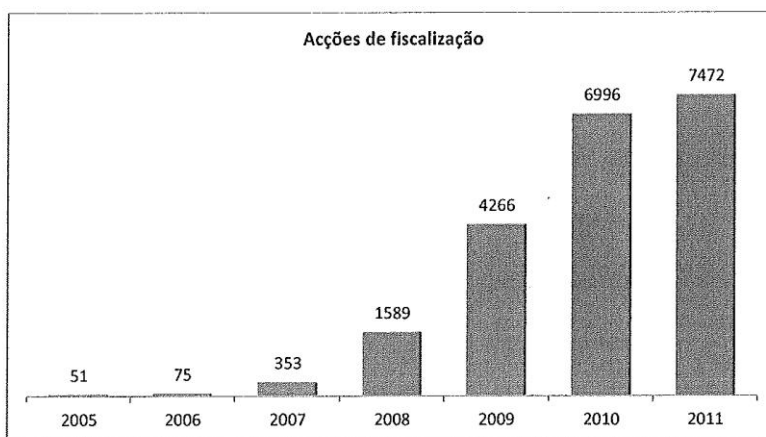


Ilustração 8 - Ações de Fiscalização

Quanto a infrações detetadas verificam-se 1623 contraordenações, representando um acréscimo de 3,31%.

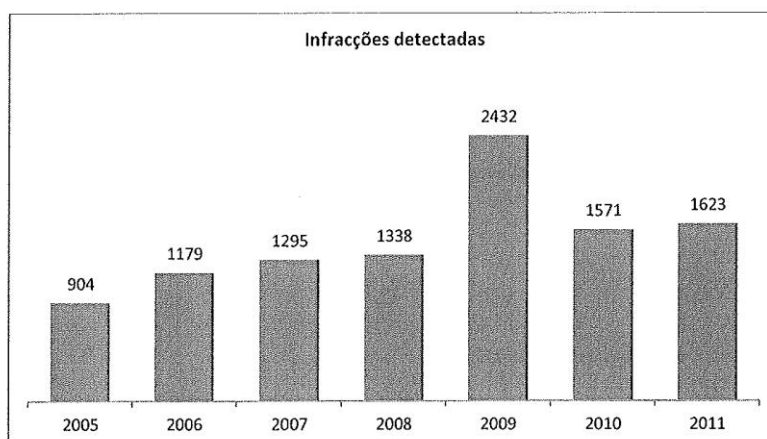


Ilustração 9 - Infrações detetadas

No mesmo período foram objeto de controlo ou fiscalização 20 895 vigilantes.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

A incidência do tipo de ações de fiscalização por áreas de fiscalização e as infrações detetadas reflete de igual modo as prioridades estabelecidas durante o ano de 2011.

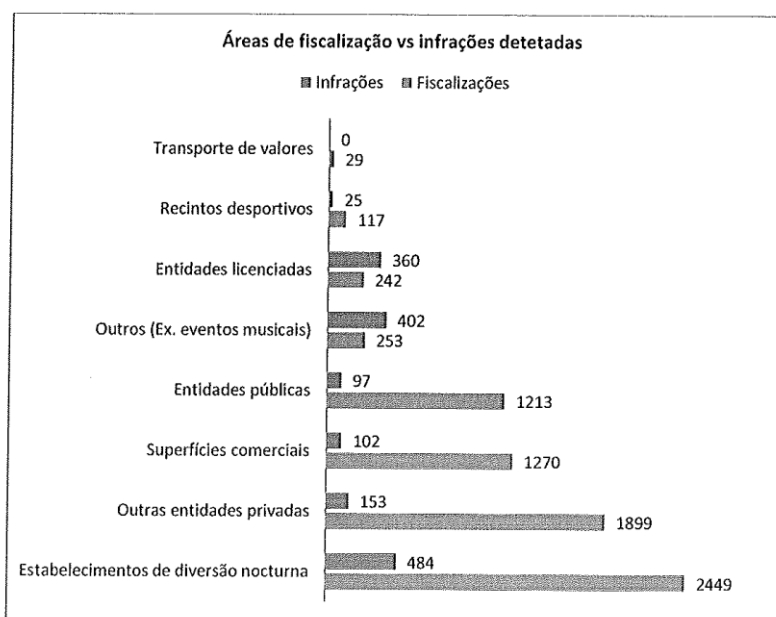


Ilustração 10 - Tipo de áreas de fiscalização e infrações detetadas

Em termos de crimes detetados foram verificados durante o ano de 2011, em ações de fiscalização, 415 crimes. Destes crimes, 411 reportam-se a exercício ilegal da atividade de segurança privada.

#### 4.3. Movimento processual

Relativamente ao movimento de processos de contraordenação verificou-se o seguinte movimento em 2011:

## “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

### RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

#### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

Situação	Total de processos
Transitados de 2010	3 342
Iniciados em 2011	1 864
Concluídos em 2011	1 181
Em instrução (transitados para 2012)	4 025

Dos 1881 processos concluídos em 2011, resultaram 138 decisões condenatórias por conexão de 323 processos, em especial por violação das disposições legais do Decreto-Lei n.º 101/2008, de 16 de junho, e dos artigos 11.º, 12.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de fevereiro.

Os restantes 858 processos foram objeto de despacho ou sentença judicial de arquivamento por ausência de ilícito contraordenacional, aplicação do princípio *in dubio pro reu*, por dissolução de sociedade ou por prescrição do procedimento ou da coima.

Em resultado das decisões condenatórias foram aplicadas 1,2 M€ em coimas.



# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

#### 5. Sistema Integrado de Gestão de Segurança Privada (SIGESP)

Durante o ano de 2011 foi adjudicado o desenvolvimento da aplicação SIGESP.

Esta nova aplicação, que substitui a existente, entrou em produção em 1 de março de 2012.

O SIGESP suporta a gestão integrada das diferentes componentes processuais relativas às competências da PSP no domínio da atividade de Segurança Privada, assumindo-se como uma ferramenta efetiva no suporte à desmaterialização dos processos deste âmbito, promovendo a simplificação do relacionamento dos cidadãos e empresas com a PSP no contexto deste sector de atividade.

Entre as inovações introduzidas destacam-se os serviços *online*, sendo disponibilizado, a partir do website institucional da PSP<sup>5</sup>, um conjunto de serviços relacionados com a atividade de segurança privada aos diversos intervenientes nos processos (empresas privadas, vigilantes, entidades e público em geral).

Pelo mesmo canal, é disponibilizada a informação pública relativa a entidades licenciadas, referências legislativas e documentais, bem como informação relativa aos passos e procedimentos relativos ao processo de licenciamento ou obtenção de cartão profissional.

Os benefícios esperados para os cidadãos, empresas, entidades fiscalizadoras e serviços de polícia criminal ou judiciais são os seguintes:

- a) Facilitar o relacionamento com a PSP no âmbito das atividades de segurança privada;
- b) Simplificar o relacionamento entre os cidadãos e organizações com a PSP, quer ao nível processual quer ao nível operativo;
- c) Permitir uma interação de forma mais rápida e simples, pela utilização do cartão de cidadão como meio de identificação/autenticação nos pedidos que dispensarem contacto presencial;
- d) Permitir agilizar o tratamento dos processos em todas as suas fases de tramitação, pela disponibilização de serviços de consulta e de registo de denúncias.

Entre as principais funcionalidades disponíveis destacam-se:

##### 1) Serviços comuns:

- a) Obter Informação sobre a regulamentação da atividade de segurança privada;
- b) Reportar uma atividade ilícita – onde se pode denunciar uma situação da qual teve conhecimento, de forma anónima ou apresentando os seus dados pessoais;
- c) Submeter um pedido de informações ao DSP – ao preencher o formulário, será enviado um mail à DSP com o conteúdo do mesmo;
- d) Pesquisar Entidades Formadoras e entidades licenciadas – de acordo com um conjunto de critérios de pesquisa, permite a obtenção dos contactos das mesmas;

---

<sup>5</sup> Em [www.psp.pt](http://www.psp.pt) ou <http://sigesponline.psp.pt>.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

- e) Obter listas de Empresas Formadoras e com Alvará de Segurança em PDF para consulta.
- 2) Áreas reservadas vigilantes e entidades (acessível mediante autenticação):
  - a) Verificar o estado atual de processos administrativos, nomeadamente estado de pedidos e dados do respetivo processo no DSP;
  - b) Alterar dados da conta, nomeadamente a morada e outros contatos;
  - c) Submeter requerimentos (Pedido de Emissão de Cartão, Alvará, Licença de Autoproteção, Aprovação de Uniforme, etc...);
  - d) Cumprir obrigações legais.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

---

### 6. Conclusões

O presente relatório permite concluir que a atividade de segurança privada representa um papel importante no quadro da segurança de pessoas e bens.

Contudo, são também identificadas disfunções importantes face à realidade atual, que importa rever no sentido de garantir uma maior qualidade de serviços prestados.

Em concreto, tendo em conta as disfunções identificadas e os projetos analisados o Conselho de Segurança Privada recomenda as seguintes medidas:

- a) Exercício de segurança privada ilegal – agravamento da medida da pena prevista no n.º 1 do artigo 32.º-A do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro, para pena de prisão de 1 a 5 anos ou pena de multa até 600 dias, no caso de prestação de serviços de segurança sem o necessário alvará ou licença, e pena de prisão até 4 anos ou pena de multa até 480 dias, no caso de exercício de funções de vigilância não sendo titular de cartão profissional;
- b) A densificação dos critérios de definição da condição de robustez física e perfil psicológico.

No plano dos problemas identificados nas áreas afins, o Conselho de Segurança Privada recomenda a adoção das seguintes medidas:

- a) A regulação da atividade de detetive privado, em especial, quanto às atividades proibidas, aos registos obrigatórios, aos deveres e direitos e à definição dos requisitos de acesso e manutenção da respetiva licença;
- b) A regulamentação do regime de segurança bancária, definindo as condições técnicas e os sistemas de segurança mínimos, nomeadamente, prevendo a obrigatoriedade de diretor de segurança, da existência de central de segurança integrada em relação às instalações e dependências, bem como a obrigatoriedade de ligação a central de alarme dedicada;
- c) A obrigatoriedade de registo prévio das entidades instaladoras de sistemas de alarme e vigilância destinados a segurança bancária;
- d) A obrigatoriedade de registo das entidades prestadoras de serviços de estudo de sistemas de segurança, seguindo as recomendações internacionais, de regulação da atividade;

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

---

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA PRIVADA

### CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

- e) A obrigatoriedade de consulta à entidade reguladora e à Autoridade das Condições de Trabalho, no caso de aquisição de serviços de segurança privada por parte de serviços públicos, visando a conformidade com o regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada e demais quadro normativo aplicável.

Quinta-feira 24 de Junho de 1965

III Série — Número 147



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 30\$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 2005	Semestre . . . . .	2004
A 1.ª série . . . .	140\$	» . . . . .	80\$
A 2.ª série . . . .	150\$	» . . . . .	70\$
A 3.ª série . . . .	150\$	» . . . . .	70\$

Para o estrangeiro e a ultramar acresce o porte de correio

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

## ADMINISTRAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário do Governo» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado  
Conservatória dos Registos Centrais

Atendendo a que se acham provados os factos alegados no processo que correu seus termos nas Conservatórias do Registo Civil da Sertã e dos Registos Centrais por Rafael Dinis Nunes, natural da freguesia do Troviscal, concelho da Sertã, de 49 anos de idade, solteiro, comerciante, residente no lugar de Covões, Troviscal, Sertã, filho de António Dinis Nunes e de Rosa da Silva, e Dália Silva Nunes, natural da freguesia do Troviscal, concelho da Sertã, de 17 anos de idade, solteira, doméstica, residente no lugar de Covões, Troviscal, Sertã, filha de Manuel Marçal e de Florinda Nunes da Silva, com assentos de nascimento, respectivamente, sob os n.ºs 418 e 619 de 1915 e 1947 da Conservatória do Registo Civil da Sertã, parentes em terceiro grau da linha colateral;

Atendendo ao estabelecido no artigo 8.º do Decreto n.º 2, de 25 de Dezembro de 1910, e a que se cumpriram as formalidades dos artigos 320.º a 322.º do Código do Registo Civil;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que seja concedida e publicada a dispensa daquele impedimento, a fim de os referidos Rafael Dinis Nunes e Dália Silva Nunes poderem contrair casamento.

Ministério da Justiça, 24 de Abril de 1965. — O Ministro da Justiça, João de Matos Antunes Varela. (5046)

Atendendo a que se acham provados os factos alegados no processo que correu seus termos nas Conservatórias do Registo Civil do Sabugal e dos Registos Centrais por Isabel Augusta Fernandes, natural da freguesia de Vale do Espinho, concelho do Sabugal, de 46 anos de idade, casada, doméstica, residente na freguesia de Vale do Espinho, Sabugal, filha de José Andrade e de António Fernandes, com assento de

nascimento n.º 317 de 1919 da Conservatória do Registo Civil do Sabugal;

Atendendo a que se cumpriram as formalidades referidas nos artigos 324.º a 327.º do Código do Registo Civil e se atende às regras da constituição dos nomes estabelecidas no artigo 123.º do mesmo código;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que o referido nome Isabel Augusta Fernandes seja alterado para Isabel Augusta Fernandes Andrade e se lave à margem do identificado assento o averbamento correspondente.

Ministério da Justiça, 26 de Março de 1965. — O Ministro da Justiça, João de Matos Antunes Varela. (5049)

Atendendo a que se acham provados os factos alegados no processo que correu seus termos nas Conservatórias do Registo Civil de Lisboa (9.º) e dos Registos Centrais por César António Simões Ribas de Sousa, casado, agente comercial, residente na Avenida de Roma, 96, rés-do-chão, direito, Lisboa, na qualidade de representante legal de seus filhos menores Maria Madalena da Gama Ribas de Sousa, de 9 anos de idade, César António Teles da Gama Ribas de Sousa, de 4 anos de idade, com assentos de nascimento, respectivamente, n.ºs 2191 de 1955 e 4853 de 1960 da 8.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa e Maria Isabel da Gama Ribas de Sousa, de 6 anos de idade, com assento de nascimento n.º 1262 de 1958 da 2.ª Conservatória do Registo Civil, também de Lisboa, naturais da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, daquele concelho de Lisboa;

Atendendo a que se cumpriram as formalidades referidas nos artigos 324.º a 327.º do Código do Registo Civil e se atende às regras da constituição dos nomes estabelecidas no artigo 123.º do mesmo código;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que os referidos nomes Maria Madalena da Gama Ribas de Sousa, César António Teles da Gama Ribas de Sousa e Maria Isabel da Gama Ribas de Sousa sejam alterados para Maria Madalena Soares Ribas de Sousa, César António Soares Ribas de Sousa e Maria Isabel Soares Ribas de Sousa e se lavrem à margem dos identificados assentos os averbamentos correspondentes.

Ministério da Justiça, 15 de Maio de 1965. — O Ministro da Justiça, João de Matos Antunes Varela. (5047)

Atendendo a que se acham provados os factos alegados no processo que correu seus termos nas Conservatórias do Registo Ci-

vil de Lisboa (10.º) e dos Registos Centrais por João Lopes, solteiro, fabricante de calçado, residente no Bairro da Liberdade, 7, Lisboa, na qualidade de representante legal do seu filho menor Universo João Torres Lopes, de 19 anos de idade, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa, com o assento de nascimento n.º 405 de 1946 da 5.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa;

Atendendo a que se cumpriram as formalidades referidas nos artigos 324.º a 327.º do Código do Registo Civil e se atende às regras da constituição dos nomes estabelecidas no artigo 123.º do mesmo código;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que o referido nome Universo João Torres Lopes seja alterado para Paulo João Torres Lopes e se lave à margem do identificado assento o averbamento correspondente.

Ministério da Justiça, 22 de Maio de 1965. — O Ministro da Justiça, João de Matos Antunes Varela. (5048)

Atendendo a que se acham provados os factos alegados no processo que correu seus termos nas Conservatórias do Registo Civil de Lisboa (3.º) e dos Registos Centrais por José Maria Filipe, natural de Alfeizerão, concelho de Alcobaca, de 81 anos de idade, solteiro, estudante, residente na Rua de Finheiro Chagas, 108, Lisboa, filho de António Filipe e de Maria Joaquina, com assento de nascimento n.º 404 de 1934 da Conservatória do Registo Civil de Alcobaca;

Atendendo a que se cumpriram as formalidades referidas nos artigos 324.º a 327.º do Código do Registo Civil e se atende às regras da constituição dos nomes estabelecidas no artigo 123.º do mesmo código;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que o referido nome José Maria Filipe seja alterado para José Maria Machado Filipe e se lave à margem do identificado assento o averbamento correspondente.

Ministério da Justiça, 22 de Maio de 1965. — O Ministro da Justiça, João de Matos Antunes Varela. (5050)

Atendendo a que se acham provados os factos alegados no processo que correu seus termos nas Conservatórias do Registo Civil de Luanda e dos Registos Centrais por Primavera Lusitana dos Anjos Monteiro, natural da freguesia do Carnaxide, concelho de Oeiras, de 29 anos de idade, casada, doméstica, residente em Luanda, Rua do Governador Eduardo Costa, 122 (edifício Império), filha de Joaquim Augusto Mon-



# "Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado"

2114

III SÉRIE — NÚMERO 147

15.º  
No caso de dissolução, todos os sócios serão liquidatários e procederão à liquidação conforme for acordado em assembleia geral.

16.º  
Toda a deliberação sobre aumento de capital deverá obter a totalidade dos votos correspondentes ao capital da sociedade.  
§ único. Na subscção de novas quotas terão sempre preferência os sócios, na proporção das que ao tempo possuírem.

17.º  
Para todas as questões emergentes deste contrato, entre a sociedade e os seus sócios e os herdeiros ou representantes destes, fica estipulado o foro da comarca da sede social, com expressa renúncia a qualquer outro.

Vai conforme o original.

Porto, 17 de Maio de 1965. — O Ajudante do 8.º Cartório Notarial, Carlos Oswald da Cunha Fernandes. (4586)

## SURGICAL — SOCIEDADE ORTOPÉDICA-CIRÚRGICA, L.ª

Certifico que, por escritura de 14 de Maio de 1965, lavrada de fl. 65 v.º a fl. 67 v.º do livro n.º 19-B das notas do 4.º cartório notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Alexandra de Carvalho Araújo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos seguintes:

1.º  
A sociedade adopta a denominação de Surgical — Sociedade Ortopédica-Cirúrgica, L.ª, e fica com sede, escritório e armazém em Lisboa, na Rua da Escola Politécnica, 82, 1.º, direito e frente.

2.º  
O seu objecto social é o comércio de materiais cirúrgicos e afins e qualquer outro que se resolva explicar e que não dependa de autorização especial.

3.º  
A sua duração é por tempo indeterminado.

4.º  
O seu capital é de 150 000\$, está todo realizado a dinheiro, já entrado na caixa social e representado por duas quotas, sendo uma de 90 000\$, do sócio Peter Oswald Eugene Grant, e outra de 60 000\$, do sócio Tomás Daniel dos Santos Henriques.

5.º  
A cessão de quotas, a divisão das mesmas ou a associação de terceiros às quotas sociais ficam dependentes do acordo expresso dos sócios.

6.º  
Ambos os sócios são desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme entre si for convencionado.

7.º  
A sociedade será representada em juízo e fora dele, activa e passivamente, por qualquer dos sócios gerentes, excepto em actos que envolvam obrigação de património social, caso em que será necessária a assinatura de ambos.

8.º  
Fica ressalvado unicamente o caso previsto na seguinte cláusula 10.ª, em que o administrador dos valores sociais poderá agir livremente, só por si, enquanto não se definir a situação legal do outro sócio ou sócios e os respectivos representantes legais, ficando com expressa e imediata obrigação de prestação de contas perante os referidos representantes.

9.º  
Os lucros líquidos que resultem do balanço anual, deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva, serão divididos pelos sócios na proporção das quotas, mas sem prejuízo de qualquer outra deliberação.

10.º  
No caso de falecimento, incapacidade ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá e subsistirá com os representantes legais do falecido ou interdição que venham a ser habilitados como tal, e, se nomeado administrador dos bens sociais o outro sócio sobrevivo ou não incapaz, no caso de este se impossibilitar também, será entre os citados representantes legais constituída uma administração provisória para acautelar os negócios sociais, a qual será nomeada por maioria de votos.

11.º  
Os sócios gerentes não podem em caso algum obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor ou outros actos cujos documentos estranhos aos negócios sociais, ficando bem entendido que a infracção desta cláusula em nada obrigará a sociedade e apenas o sócio infractor individualmente.

12.º  
Os sócios poderão fazer suprimimentos à sociedade até ao limite em que ambos acordarem.

Está conforme ao original.

Lisboa, 17 de Maio de 1965. — O Terceiro-Ajudante do Cartório Notarial, Lucílio de Jesus Rodrigues. (4729)

## EPELI — EMPRESA POPULAR DE ESPECTÁCULOS, L.ª

Certifico que, por escritura de 1 de Fevereiro de 1965, lavrada de fl. 9 a fl. 10 do livro n.º 514-A do 8.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado José Joaquim Frascuillo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se há-de reger pelos artigos seguintes:

1.º  
A sociedade adopta a denominação Epeli — Empresa Popular de Espectáculos, L.ª, e tem a sua sede e domicílio em Lisboa, no Teatro de Maria Vitória, no Parque Mayer.

2.º  
O seu objecto é a exploração de espectáculos teatrais e qualquer outro ramo de comércio que os sócios resolvam explorar e para que não seja necessária autorização especial.

3.º  
O capital é de 100 000\$, em dinheiro, integralmente realizado e representado pelas seguintes quotas: Milton José da Silva, 50 000\$; Francisco de Oliveira Bastos, 25 000\$; e Eduardo José Damas, 25 000\$.

4.º  
Qualquer dos sócios poderá fazer à sociedade os suprimimentos que julgar necessários, nas condições que em assembleia geral se determinar.

5.º  
A gerência da sociedade, dispensada de caução, fica a cargo de todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, mas a sociedade só fica obrigada com a assinatura de dois gerentes.

6.º  
É livre a cessão de quotas entre sócios, no todo ou em parte; a cessão a estranhos depende do prévio consentimento da sociedade.

7.º  
As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, com a antecedência de oito dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Declara-se que na parte omitida da escritura nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Está conforme.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 1965. — A Ajudante do 8.º Cartório Notarial, Odete de Lemos Figueiredo. (4732)

## CUSTÓDIA — ORGANIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO, L.ª

Certifico que, por escritura de 17 de Maio de 1965, lavrada de fl. 37 v.º a fl. 40 do livro de notas para escrituras diversas n.º 570-A do 1.º cartório da secretaria notarial do concelho de Sintra, a cargo do notário licenciado José Torres Ferrari e Silva, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos e condições constantes dos artigos seguintes:

1.º  
A sociedade adopta a denominação Custódia — Organização de Vigilância e Prevenção, L.ª, e tem a sua sede e estabelecimento na Avenida do Infante Santo, 82, 2.º, letra A, da cidade de Lisboa, e durará por tempo indeterminado.

2.º  
A sociedade tem por objecto preparar e fornecer guardas e vigilantes contra incêndios, roubos, desabamentos e outros acidentes e, bem assim, negociar dispositivos de alarme e segurança e ainda qualquer outra actividade que delibere explorar e seja legalmente possível.

3.º  
O capital social é de 50 000\$, em dinheiro, que já deu entrada na caixa social, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são: uma de 30 000\$, do sócio Erik Philip-Sørensen, e quatro iguais, de 5 000\$, dos sócios Olof Holst, Per Hjalmar Fagerholm e Kaj Goran Frederik Engberg e da sociedade Engberg, L.ª.

4.º  
O sócio Erik Philip-Sørensen poderá ceder livremente a sua quota, total ou parcialmente.

5.º  
A sociedade dissolver-se-á nos casos previstos na lei ou por simples vontade do sócio Erik Philip-Sørensen.

# “Segurança Privada- a desestadualização de uma função fundamental do Estado”

24 DE JUNHO DE 1965

2115

6.º

A gerência, dispensada de caução, pertence somente aos sócios Erik Philip-Sørensen, Olof Holst, Per Hjalmar Fagerholm e Kaj Goran Frederik Engberg, que entre si dividirão os respectivos serviços; mas os documentos de obrigação da sociedade para terem validade basta que tenham a assinatura de um destes gerentes.

7.º

Pela simples vontade do sócio Erik Philip-Sørensen, as quotas dos restantes sócios poderão ser amortizadas pela sociedade e pelo seu valor nominal.

8.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com quinze dias de antecedência, reuniões estas que terão lugar no local indicado nas convocações.

E certidão de narrativa que fiz extrair e vai conforme ao original.

Sintra, 18 de Maio de 1965. — O Ajudante da Secretaria Notarial, Manuel Pereira. (4736)

## BALTIX — SOCIEDADE INDUSTRIAL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.ª

Certifico que, por escritura de 25 de Maio de 1965, lavrada de fl. 82 a fl. 85 do livro de notas para escrituras diversas n.º 570-A do 1.º cartório da secretaria notarial do concelho de Sintra, a cargo do notário licenciado José Torres Ferrari e Silva, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Baltix — Sociedade Industrial de Importação e Exportação, L.ª, vai ter a sua sede e estabelecimento em Lisboa, na Avenida do Infante Santo, 32, 2.º, letra A, e durará por tempo indeterminado.

2.º

O seu objecto é o fabrico, a compra, a venda, a importação e a exportação de artigos e utensílios de equipamento doméstico ou de quaisquer estabelecimentos e ainda qualquer outra actividade, legalmente possível, que elle delibere explorar.

3.º

O capital social é de 50 000\$, integralmente realizado, em dinheiro, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: uma de 40 000\$, pertencente ao sócio Per Monsson; uma de 5000\$, pertencente ao sócio sociedade por quotas Engberg, L.ª, com sede e domicílio na villa de Sintra, no Chão da Meninas, 2, e uma da mesma importância de 5000\$, pertencente ao sócio Kaj Goran Frederik Engberg.

4.º

O sócio Per Monsson poderá ceder livremente a sua quota, no todo ou em parte.

5.º

A sociedade dissolve-se a nos casos estabelecidos na lei ou por simples vontade do sócio Per Monsson.

6.º

Por simples vontade do sócio Per Monsson, a sociedade poderá amortizar, pelo seu valor nominal, a quota ou quotas de qualquer sócio.

7.º

A gerência, dispensada de caução, pertence aos sócios Per Monsson e Kaj Goran Frederik Engberg, que entre si dividirão os respectivos serviços, mas os documentos de obrigação da sociedade, para terem validade, basta que tenham a assinatura de um destes gerentes.

8.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com uma antecedência de quinze dias, reuniões estas que terão lugar no local indicado na convocação.

Na parte omitida desta escritura nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

E certidão de narrativa que fiz extrair e vai conforme ao original.

Sintra, 27 de Maio de 1965. — O Ajudante da Secretaria Notarial, Henrique Lima Simões. (4737)

## GAMA — ARTIGOS DE COURO, L.ª

Certifico que, por escritura de 24 de Maio corrente, lavrada de fl. 41 a fl. 45 v.º do livro de notas n.º 211-B do 2.º cartório notarial do Porto, a cargo da notária Maria Madalena de Azevedo Rua, o capital da sociedade comercial por quotas sob a firma Aires & Otero, L.ª, com sede na Rua Direita de Francos, 230, desta cidade, foi elevado para 1 500 000\$, com o reforço da quantia de 1 490 000\$, inteiramente realizada, em dinheiro, pela firma Guilherme Augusto de Oliveira Gama, Sucs., L.ª, que, por consequência, ficou admitida como nova sócia daquela sociedade. E pela mesma escritura o pacto regulador da mencionada sociedade Aires & Otero, L.ª, foi inteiramente substituído pelo constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade passa a adoptar a denominação Gama — Artigos de Couro, L.ª, continua a ter a sua sede no Porto, com estabelecimento e domicílio na Rua Direita de Francos, 230, podendo este ser mudado por simples deliberação dos sócios, e a sua duração continua a ser por tempo indeterminado.

2.º

A sociedade tem por objecto o fabrico de carteiras para homem e senhora, malas, pastas, cintos e outros artigos de couro e similares e o comércio dos mesmos artigos, mas poderá dedicar-se a outros ramos de indústria e comércio em que os sócios acordem.

3.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 1 500 000\$, dividido nas seguintes quotas dos sócios: firma Guilherme Augusto de Oliveira Gama, Sucs., L.ª, 1 490 000\$; Aires de Almeida Braga Ribeiro, 5000\$, e Abílio Otero, 5000\$.

4.º

Não haverá prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à caixa social os suprimentos de que ele ca-

rega, nas condições de juro e reembolso que sejam determinadas em assembleia geral.

5.º

A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre os sócios; mas para estranhos fica dependente do consentimento da sociedade e dos outros sócios, sem prejuízo do direito de preferência, conferido sucessivamente à sociedade e aos sócios, devendo aquele que pretenda ceder a sua quota comunicá-lo à sociedade, com a indicação do nome do adquirente, do preço e das condições da cessão.

6.º

A gerência, dispensada de caução, compete à sócia Guilherme Augusto de Oliveira Gama, Sucs., L.ª, que a exercerá através de um dos seus gerentes e representantes José Manuel Barbedo Galhano, ou engenheiro Luís Fernando da Rocha Barreiros, e, na falta ou impedimento destes, pelo gerente daquela firma sócia que por esta seja indicado em simples carta.

§ 1.º Basta em qualquer caso a assinatura do representante da dita firma sócia para obrigar a sociedade e a representar em juízo e fora dele, activa e passivamente.

§ 2.º A gerência conferida àquela firma sócia, e que será retribuída conforme os sócios acordarem em acção, não prejudica a remuneração que esteja ou seja atribuída aos demais sócios pelos serviços prestados à sociedade, conforme a sua natureza e categoria, embora tais sócios não tenham a qualidade de gerentes.

§ 3.º Fica expressamente vedado à gerência obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor ou quaisquer actos ou documentos estranhos aos negócios sociais, sob pena de perder a favor da sociedade os lucros do respectivo exercício.

7.º

O balanço será anualmente dado em 31 de Dezembro, e os lucros líquidos apurados, depois de retirada a percentagem para o fundo de reserva legal e as mais percentagens que a assembleia geral determinar para outros fundos ou efeitos, serão distribuídos, bem como os prejuízos, pelos sócios na seguinte proporção: 80 por cento para a sócia Guilherme Augusto de Oliveira Gama, Sucs., L.ª, e 10 por cento para cada um dos sócios Aires Ribeiro e Abílio Otero.

8.º

A sociedade não se dissolve pela morte ou interdição de qualquer dos sócios, pessoas físicas, mas dissolve-se a imediatamente se se verificar a dissolução da firma sócia Guilherme Augusto de Oliveira Gama, Sucs., L.ª, aplicando-se nessa hipótese as regras da dissolução estabelecidas no artigo 9.º; por morte ou interdição dos outros sócios, pessoas físicas, os respectivos herdeiros ou representantes ficarão na sociedade, se assim o quiserem, com a mesma posição do falecido ou interdito, devendo, porém, indicar, por escrito, um que a todos represente na sociedade.

§ 1.º Se os herdeiros ou representante do falecido ou interdito não quiserem ficar na sociedade, do que deverão informar esta por escrito e no prazo de 60 dias a contar do falecimento ou da investidura na representação do interdito, a sociedade liquidar-lhes-á a respectiva posição social, pagando o seguinte:

a) A quota, pelo valor atribuído no último balanço aprovado ou pelo seu valor nominal, na falta de atribuição;